



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MARIA APARECIDA DE BARROS

**PERCEPÇÕES DO FEMININO EM NARRATIVAS ORAIS DE
MULHERES EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE**

Londrina
2022

MARIA APARECIDA DE BARROS

**PERCEPÇÕES DO FEMININO EM NARRATIVAS ORAIS DE
MULHERES EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual de Londrina - UEL, como
requisito para a obtenção do título de Doutora
em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Frederico Augusto Garcia
Fernandes

Londrina
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Barros, Maria Aparecida de.

Percepções do feminino em narrativas orais de mulheres em situação de cárcere / Maria Aparecida de Barros. - Londrina, 2023.
158 f.

Orientador: Frederico Augusto Garcia Fernandes .

Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2023.
Inclui bibliografia.

1. narrativas orais - Tese. 2. mulheres - Tese. 3. prisões femininas - Tese. I. Garcia Fernandes , Frederico Augusto. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDU 82

MARIA APARECIDA DE BARROS

**PERCEPÇÕES DO FEMININO EM NARRATIVAS ORAIS DE
MULHERES EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual de Londrina - UEL, como
requisito para a obtenção do título de Doutora
em Letras.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Frederico Augusto Garcia
Fernandes
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dra. Walnice Aparecida Matos Vilalva
Universidade Estadual de Mato Grosso -
UNEMAT

Prof. Dra. Alexandra Santos Pinheiro
Universidade Federal da Grande Dourados -
UFGD

Prof. Dra. Maria Carolina de Godoy
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dra. Gisele Gimmi Chiari
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 06 de dezembro de 2022.

Dedico este trabalho aos meus pais José Afonso e Maria das Graças,
Às mulheres que fizeram parte da minha trajetória, perto ou longe,
em especial, minha filha amada Ana Beatriz.

AGRADECIMENTOS

Depois de uma longa caminhada, permeada por desafios, perdas e vitórias, em meio há um contexto de pandemia, poder vislumbrar o final do caminho é bastante gratificante. E nesse momento tão especial, gratidão é a palavra mais adequada. Meus agradecimentos em primeiro lugar são a Deus, pelo sustento, pela luz e proteção nas inúmeras travessias sobre o Rio Paraná. Agradeço a minha família pelo apoio e amor constante, por acreditarem no meu sonho, por entenderem as minhas ausências. Aos meus amigos, pelas alegrias dos encontros. Aos meus superiores hierárquicos na AGEPEN, por possibilitarem os momentos de estudo. Aos colegas do doutorado, pelas partilhas intelectuais e de vida, pela ajuda e disponibilidade constate. Aos professores e professoras do PPGLETRAS da UEL, pelas partilhas intelectuais, pela paciência e acolhida nas dificuldades, certamente levarei para a vida tudo o que aprendi. Às professoras da banca, pela leitura e análise generosas, que contribuíram para a construção e crescimento desse texto.

Agradeço em especial à professora Alexandra Santos Pinheiro, por acreditar nas possibilidades a minha frente. Ao meu orientador Frederico Augusto Garcia Fernandes, a quem dedico admiração profunda, pela escuta atenta e paciente, por confiar na minha capacidade, pelas palavras de sabedoria e incentivo. Não poderia deixar de lembrar e agradecer às queridas Madalena e Virgiliana, anjos no meu caminho, também à amiga Maria Cristina, por seu otimismo contagiante. Por fim, agradeço também às mulheres narradoras que gentilmente se dispuseram a contribuir com a minha pesquisa, ainda no mestrado. Minha sincera gratidão a todos.

[...] Tempo virá. Uma vacina preventiva de erros e acertos se fará. As prisões se transformarão em escolas e oficinas. E os homens, imunizados contra o crime, cidadãos de um novo mundo, contarão às crianças do futuro, estórias absurdas de prisões, celas, altos muros, de um tempo superado. (CORALINA, 1983)

Não existirá um porvir verdadeiro para humanidade e não existirá um verdadeiro progresso, se o futuro não tiver um 'coração antigo', isto é, se o futuro não se basear na memória do passado. (DISTANTE, 1998, p. 84)

BARROS, Maria Aparecida de. **Percepções do feminino em narrativas orais de mulheres em situação de cárcere**. 2022. 158 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

RESUMO

Esta tese se insere no campo dos estudos das narrativas orais de vida, centrando-se na oralidade e na memorialística como processos construtores de sentido. Neste trabalho, a análise das narrativas orais de quatro mulheres em situação de prisão procurou investigar qual percepção de feminino foi representada nas vozes das narradoras e demais personagens presentes nos relatos. Para alcançar este objetivo a tese foi dividida da seguinte maneira: primeiro, trouxemos estudos sobre oralidade e narrativas orais, *performance* e memória, que foram fundamentais para compreensão dos relatos. Também utilizamos as contribuições da História Oral como procedimento metodológico, pois ela possibilita que, além das experiências únicas e singulares, seja analisado o tempo histórico onde a narradora se insere, despertando o fascínio pelo vivido, agora tornado enredo. Em seguida, discutimos sobre o sistema prisional brasileiro, em especial as prisões femininas, suas estruturas e a forma como elas são tratadas pelo poder público e pela sociedade, possibilitando a compreensão sobre o espaço onde as narrativas foram gestadas. Os conceitos do vocábulo feminino e sua representação social e na literatura possibilitaram compreender, por meio de diversos olhares, a percepção do feminino no decorrer das narrativas, assim como as novas feminilidades e os novos olhares para o feminino. Por fim, analisamos como são as representações sociais e a forma como o feminino se reflete nas narrativas, considerando o espaço prisional, onde elas foram registradas, em seguida, como se deu a percepção do feminino nas falas das narradoras, assim como de que forma outros personagens femininos e masculinos perceberam as narradoras. A análise desse *corpus* permitiu adentrar com maior profundidade as histórias de vida e a constituição de suas existências em meio aos percalços narrados. Ao final, em nossos resultados, verificamos que as narradoras revelam compreensões diversas do feminino em si e nas demais personagens e que, embora haja conceitos socialmente construídos, cada pessoa tem sua própria maneira de concepção e expressão do feminino, considerando as vivências e singularidades próprias.

Palavras-chave: narrativas orais; memória; mulheres; prisões femininas.

BARROS, Maria Aparecida de. **Perceptions of femininity in oral narratives by incarcerated females.** 2022. 158 p. Thesis (Doctoral Degree in Letters) – State University of Londrina, Londrina, 2022.

ABSTRACT

This thesis falls within the scope of real-life oral narrative research, and it focus on orality and memory as meaning building processes. By examining oral narratives provided by four incarcerated females, we investigate their perceptions of femininity depicted by their voices and in other characters portrayed in these reports. To achieve this goal, we have divided the thesis as follows. In the first one, we examine orality and oral narrative, performance, and memory studies, which are essential to our reading of the reports. We also consider the contributions of Oral History research as a method as it allows, in addition to the unique and singular experiences, to analyze the historical time in which the narrator is inserted, awakening the fascination for what was lived, now turned into a plot. Next, we explore the structures of the Brazilian prison system, especially women's prisons, and how the treatment given by the State and the society to incarcerated females made it possible to comprehend the space where the narratives were conceived. The concepts of feminine vocabulary, its social and literary representations allowed us to comprehend, through different points of view, the perception of femininity during the narratives, as well as the new femininities and new ways to view femininity. Lastly, we analyze how the social representations and femininity are reflected in the narratives, taking into consideration the place where these narratives were recorded, how femininity was portrayed in the narrators' speeches, as well as how other characters, feminine and masculine, have perceived the narrators. By examining this *corpus*, we delve deeply into the life stories and the constitution of these existences during the narrated misfortunes. At the end, we have verified that the narrators reveal, in themselves and others, various perceptions of femininity and even though these concepts are socially constructed, individuals have their own concepts and ways of expressing femininities and these are shaped by their life experiences and singularities.

Key words: memory; oral narratives; women; women's prisons.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGEPEN	Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário
DEPEN	Departamento Penitenciário Federal
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FACALE	Faculdade de Comunicação, Artes e Letras
FUMEC	Fundação Mineira de Educação e Cultura
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PFRBR	Penitenciária Feminina de Rio Brilhante - MS
PNAMPE	Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional
PNPCP	Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária
SISDEPEN	Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Federal
SPA	Substância Psicoativa
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	NARRATIVAS E ORALIDADES: PERFORMANCE E MEMÓRIA CONSTRUINDO HISTÓRIAS	16
1.1	MODOS DE NARRAR: TRABALHOS DA MEMÓRIA	17
1.2	VOZES E TRAJETÓRIAS: IDENTIDADES EM PERCURSO.....	30
1.3	ORALIDADE E PERFORMANCE.....	39
2	A MULHER E SUAS REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS, CULTURAIS E MIDIÁTICAS	48
2.1	AS PRISÕES FEMININAS COMO REFLEXO DO PATRIARCADO	50
2.2	O FEMININO EM QUESTÃO: ADJETIVO E SUBSTANTIVO	60
2.3	AS FILHAS DE EVA: ENTRE O DEVER E A TRANSGRESSÃO	69
3	PERCEPÇÕES DO FEMININO NAS VOZES DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRISÃO	87
3.1	OLHAR A SI.....	89
3.1.1	Amália: “Ela ficou grávida, num tava casada, a culpada era eu”	90
3.1.2	Vanuza: “Fui embora pro mundo”	99
3.1.3	Lívia: “Isso te dá força pra você podê tentá vencê aqui dentro, pra você podê vencê lá fora também”	108
3.1.4	Rosa: “Eu não sou flor que se cheira”	117
3.2	OLHAR A OUTRA	125
3.3	O OLHAR DO OUTRO	130
	EXISTIR ALÉM DAS GRADES: NOTAS FINAIS	139
	REFERÊNCIAS	145
	GLOSSÁRIO	158

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, estudamos narrativas orais de mulheres em situação de prisão, tendo a premissa de que mulheres encarceradas se autorretratam, assim como retratam outras mulheres em suas histórias. A análise da percepção do feminino, em si mesma ou em outras personagens femininas presentes nas vozes, aliada aos estudos referentes ao sistema prisional, é o ponto de partida. Importa também compreender como se constroem as relações identitárias da mulher presa e das demais mulheres que a cercam, bem como as relações intramuros. Ao propor uma reflexão sobre narrativas de mulheres presas, propomos, conjuntamente, uma reflexão sobre trajetórias de pessoas que possuem histórias e memórias a serem narradas, sem, contudo, cair no “vitimismo” (GIGLIOLI, 2014). Para além dos dados e estereótipos, é importante conhecer a pessoa e a história que há por detrás dos tristes números na escala da violência.

As prisões brasileiras são cercadas por uma desigualdade social gritante, sem uma rede de proteção aos mais pobres, e têm a insegurança criminal acentuada pela atuação policial e as diversas formas de discriminações sociais, raciais e de gênero agravando severamente as condições da vida no cárcere (WACQUANT, 2001). Aqui, entendemos gênero como “um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos [...] uma forma primária de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

A realidade das prisões, atualmente, continua tão caótica quanto no seu início, com o nascimento da sociedade disciplinar na Europa, no final do século XVIII e início do século XIX. No Brasil, essa realidade não é diferente, já que as prisões femininas se encontram em condições ainda mais adversas.

Nesse sentido, o que significa mulheres encarceradas poderem falar? Dar depoimentos sobre suas vivências? Ao falarem de suas experiências, revelam intimidades, convicções e, também, inseguranças. As violências sofridas e cometidas são trazidas à luz para serem encaradas. Saem das sombras das grades, saltam sobre muralhas e chegam até a sociedade, que certamente preferiria histórias de sucesso, pois as prisões revelam o fracasso na lida com os filhos mais rebeldes.

Aqueles que não se enquadram no sistema de produção vigente permanecem à margem e aqueles que infringem leis e regulamentos pré-estabelecidos passam a integrar outro sistema de confinamento, desta vez, o espaço carcerário, inclusive mulheres e menores (GIORGI, 2006). Enxergar-se como pessoa receptora e produtora de sentidos e capaz de dar forma a sua trajetória é o grande salto da *zoé* para a *bios*¹. Ou seja, é enxergar-se como agente político que evolui da vida nua para a consciência de que uma vida politizada, com acesso aos direitos e condicionada aos deveres, é possível (AGAMBEN, 2002). Ao saírem da invisibilidade do cárcere, em sua maioria condenadas pelo delito de tráfico de drogas, massificadas como uma categoria de “mulas”, elas saem da *vida* “nua” para a existência política. Fazendo-se ouvir, deixam a exclusão silenciosa e adentram o grupo das barulhentas que gritam pela efetividade dos direitos adormecidos no papel. A condição de *Mulier Sacer*², “matável” e ao mesmo tempo “insacrificável”, é suprimida em um esforço para auferir as mínimas condições de sobrevivência. Caso sejam mortas, outras “mulas” as substituirão e o poder policial pouco fará para encontrar seus algozes. Enquanto vivas, são apenas um peso para o Estado sustentar, “corpos dóceis” e ociosos, números de uma triste estatística.

As histórias analisadas foram colhidas entre os anos de 2014 e 2015, na Penitenciária Feminina de Rio Brilhante - MS (PFRBR), administrada pela Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (AGEPEN). Inicialmente, elas foram escolhidas para compor o *corpus* da investigação da nossa pesquisa de Mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Letras, da FACALE (Faculdade de Comunicação, Artes e Letras), na UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados), com dissertação defendida em 2016.

Neste segundo momento, as narrativas são contempladas sob outros olhares, uma vez que aspectos relacionados às representações sociais presentes nas narrativas não foram explorados na dissertação. São quatro

¹ Podemos distinguir *zoé e bios*, segundo os gregos propunham: *zoé* se refere ao simples fato de viver, seria a vida meramente natural; e *bios* refere-se à forma de vida de um indivíduo ou grupo, à vida qualificada, politizada (AGAMBEN, 2002).

² Trocadilho com o termo *Homo Sacer*. Ainda segundo os gregos, considerava-se *homo sacer* (homem sacro) o criminoso que não podia ser sacrificado segundo os ritos da punição, no entanto, se fosse morto, o seu assassino não seria punido. O crime praticado por ele está acima de qualquer punição. Nem os deuses nem os homens o desejam. Assim, torna-se “insacrificável”, mas “matável” (AGAMBEN, 2002).

narrativas que tratam de experiências no cárcere e antes dele, de percepções de si e das demais mulheres com as quais as entrevistadas se relacionaram. A continuação da pesquisa com o mesmo *corpus* fez-se necessária para que esses aspectos fossem mais bem analisados, uma vez que no Mestrado o tempo foi limitado. Como pesquisadora e servidora do sistema penitenciário há mais de 17 anos, atuando sempre em unidades femininas, a nossa história também se entrecruza com histórias diversas de mulheres presas. Ao longo dessa jornada, conhecimentos da Teoria Literária adquiridos na Academia foram muito úteis na prisão, assim como as experiências da prisão enriqueceram nossas experiências na Academia.

É importante salientar que as internas Amália, Lívia, Rosa e Vanuza contam suas histórias de vida e, embora pertençam a uma classe numerosa de mulheres, elas não as representam e tampouco servem como exemplos universais para esse grupo (PENNA, 2013, p. 115). A modalidade oral foi escolhida para colher as narrativas das mulheres encarceradas, considerando as dificuldades que existem em meio ao sistema prisional e por ser a metodologia da História Oral aquela que mais se aproxima dos objetivos propostos. Tratando sobre narrativas, destacamos que só podia narrar aquela que tinha algo para contar e que se propunha a fazer a partilha de suas experiências, sendo elas reais ou imaginadas.

No que se refere aos estudos sobre prisões femininas, mulheres presas ou que cometeram crimes, fizemos um levantamento no catálogo de teses e dissertações da Capes, onde foram encontrados diversos trabalhos referentes aos temas. No entanto, quando se refina a pesquisa e se utiliza o termo “presidiárias”, encontramos apenas 52 trabalhos, sendo 38 dissertações de Mestrado, 4 em Mestrado Profissional, e 10 teses, que foram produzidas entre os anos de 1998 e 2019. Referente às teses, 6 delas são na área de Ciências Humanas, 2 na área de Linguística, Letras e Artes, 1 na área de Ciências da Saúde e 1 em área multidisciplinar. Nesse contexto, nossos estudos se somaram aos conhecimentos existentes trazendo novas contribuições para esse assunto.

O interesse desta pesquisa é o de efetuar a escuta das narrativas e verificar como a identidade de cada narradora é apresentada e de que modo outras imagens femininas são retratadas em suas narrativas. Investigar como ela se relaciona com a história e com a construção da imagem feminina e de que

forma as *performances* narrativas são construídas mostra-se um importante passo para alcançar os objetivos propostos.

Esta produção está inserida no ambiente e contexto cultural atual, uma vez que dará visibilidade a um grupo socialmente marginalizado, condenado à “vida nua” por estar em uma condição vaga, destituído do uso pleno de seus direitos, submetido a viver em um “Estado de Exceção” (AGAMBEN, 2002) como consequência dos delitos cometidos. Ela também contribui para estudos sobre a memória, as representações sociais femininas e a vida no cárcere.

As reflexões desta investigação podem suprir parte da lacuna existente no que se refere aos estudos sobre a mulher encarcerada, que ainda carece de maiores pesquisas e levantamentos. Nesse sentido, é importante compreender o papel da pessoa que partilha sua história não como uma vítima ou refém de seu passado, mas alguém que conta suas vivências, a partir do espaço prisional.

É fundamental que a sociedade ouça e conheça as narrativas abafadas atrás de grades, para que contemple novos olhares e seja sensibilizada para atitudes não discriminatórias com mulheres egressas, que ao saírem do cárcere esbarram em inúmeras dificuldades para encontrar trabalho digno, que possa prover o seu sustento e de sua família. O acolhimento da sociedade e a inserção na cadeia produtiva são parte das condições para que elas não retornem ao crime.

A proposta procura também corresponder aos debates mais recentes sobre a importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os meios para alcançar os desafios lançados em 2015, durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, na Organização das Nações Unidas (ONU). O Brasil está entre os 193 Estados-membros que aprovaram o documento “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”.

Acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que pessoas em todos os lugares possam desfrutar de paz e de prosperidade são os objetivos da ONU ao propor os 17 objetivos, que devem se concretizar em ações que visem alcançar os propósitos. Todos eles possuem importância fundamental, pois, ainda que abranjam uma diversidade de demandas, estão integrados para atingir o mesmo fim.

Considerando o ODS 16, que contempla Paz, Justiça e Instituições eficazes e tem por ação “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”, detivemo-nos em suas metas 16.6 e 16.10.

A meta 16.6 consiste em “Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis”. No Brasil, isso significa “Ampliar a transparência, a *accountability* e a efetividade das instituições, em todos os níveis”. Já a Meta 16.10 para as Nações Unidas e para o Brasil se mantém a mesma: “Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais”.

Como a pesquisa proposta também analisa instituições públicas que têm por objetivo custodiar pessoas presas, entendemos que os seus resultados são benéficos e contribuem para o cumprimento das metas 16.6 e 16.10, no que se refere à transparência e à oferta de informações de cunho científico, relacionado a um sistema pouco visto, ao público. Analisar e publicar dados e fatos pertinentes à vida de mulheres na prisão também favorece para que elas tenham seus direitos fundamentais assegurados.

Assim, para alcançar os objetivos propostos, a presente tese foi estruturada da seguinte maneira: primeiro versamos sobre a oralidade e as narrativas orais (PERAZZO, 2015), dando-se ênfase para a *performance* e a memória sobre a testemunha e o testemunho na narrativa e sobre as contribuições da História Oral (THOMPSON, 2002; MEIHY, 2005). A oralidade como instrumento para a partilha das narrativas de si é a possibilidade de usar a voz para expor-se, além daquilo que informa o inquérito policial. E os discursos narrativos de uma história de vida devem ser olhados sob o diferencial da subjetividade do seu autor (BERTAUX, 2010). Também utilizamos os estudos de Kearney (2012) para refletirmos sobre os aspectos funcionais da narrativa.

Em seguida, abordamos o sistema prisional. Detivemo-nos, em especial, nas prisões femininas, suas estruturas e a forma como elas são tratadas pelo poder público e pela sociedade. As Regras de Bangkok, que traz orientações para o tratamento de mulheres infratoras presas e em medidas não privativas de liberdade mereceram uma atenção especial, pois é uma das poucas resoluções

que tem o gênero feminino como prioridade. Abordamos também os conceitos do vocábulo “feminino” para falarmos sobre a representação da mulher na sociedade e na literatura. Compreender o conceito de feminino, sob diversos olhares, é crucial para compreendermos também as percepções que as narradoras nos apresentam em suas narrativas. Para tal, utilizamos como referencial os estudos de Menezes (2008), Levinás (1961), Wolff (2009), Xavier (1991), Beauvoir (2009) e seus apontamentos sobre a necessidade da redefinição da carga semântica mistificadora do vocábulo em questão. Também se mostrou importante abordarmos as novas feminilidades e os novos olhares para o feminino (ABRAMOVAY; FEFFERMANN, 2014).

Depois, trouxemos a análise das narrativas, considerando as teorias utilizadas. Analisamos como as representações sociais são apresentadas e a forma como o feminino se reflete nas narrativas, considerando o espaço prisional, onde as narrativas foram registradas. Abordamos também a questão do feminino nas representações sociais, bem como as imagens escolhidas para revelar os valores e conceitos das narradoras, como elas referem-se a si e às demais mulheres. Em seguida, pontuamos sobre o desejo de reconstruir-se, mediante os espaços existentes e os espaços possíveis, observado nos relatos. A vontade de retornar ao convívio em liberdade e retomar o espaço social, antes ocupado, esbarra em diversos empecilhos e contrariedades, entre eles o preconceito presente no olhar construído socialmente em relação a elas.

Por fim, nas notas finais, suscitamos questões ligadas à vida das mulheres egressas do sistema prisional, bem como possibilidades de projetos de políticas públicas para atendê-las e integrá-las ao convívio social de forma digna.

A tese delimita-se aos estudos e reflexões sobre os elementos ligados ao feminino presente nas narrativas orais, pontuando como eles apontam para a construção da identidade de cada narradora. Ela considera também o espaço prisional onde as narrativas nasceram e revelaram parte das experiências vividas, as quais que se modificam a cada nova narração.

1 NARRATIVAS E ORALIDADES: *PERFORMANCE* E MEMÓRIA CONSTRUINDO HISTÓRIAS

Há três coisas importantes em relação às histórias: se contadas, elas gostam de ser ouvidas; se ouvidas, elas gostam de ser acolhidas; e, se acolhidas, elas gostam de ser contadas (Ciaran Carson).

Os sons estão presentes em diversos momentos da vida, participando do cotidiano e, também, dos importantes rituais que marcam vidas: música fúnebre, o choro no início e ao final da vida, a marcha nupcial, as palmas de aceitação, apitos de advertências, buzinas... E entre tantos sons está o da voz humana.

Nas unidades penais, os sons determinam a rotina. O excesso dele, assim como a ausência, sugere que algo não vai bem. São portões e cadeados, sirenes e apitos, vozes revoltadas, estridentes, lamentos, sussurros. Também há vozes alegres e que cantam louvores cristãos nos intervalos das novelas. Todo dia é um novo começo, o som dos passos dos coturnos e o tilintar das chaves, o ranger das pesadas portas de ferro anunciam a alvorada, em seguida ressoa o alerta: “Confere, pessoal! Bom dia”. Começa mais um ou menos um dia por detrás das grades³.

A oralidade é a principal forma de acesso às narrativas estudadas nesta pesquisa. Por meio das vozes de Amália, Rosa, Lívia e Vanuza, acessamos suas trajetórias. Suas vidas se condensam em sons diversos, ordenados conforme o desejo da memória. São as recordações que ditam as regras e o momento em que cada uma virá à luz. Elas são encorajadas pelo momento, pelo estímulo para falar de si, para partilhar as experiências recolhidas no decorrer da trajetória. O ato de narrar os fragmentos menos importantes do passado, deixados à beira do caminho, se assemelha ao “narrador sucateiro”, que sai a recolher sucata, os cacos e restos, no desejo de que nada fique para trás, mesmo aquilo que é tido com pouca importância não deve ficar esquecido. É recolhido como peça que constrói a história (GAGNEBIN, 2006, p. 54).

³ Mais informações sobre a rotina diária das reeducandas e sobre a estrutura da unidade prisional analisada podem ser encontradas na nossa dissertação de Mestrado intitulada “Por detrás das grades: memórias de mulheres em situação de prisão” (2016).

Neste capítulo, trataremos do recurso teórico-metodológico da História Oral, que permitiu reunir as narrativas das histórias de vida de cada participante, considerando que qualquer questão seja possível de ser analisada por este viés metodológico.

Mas o que vem a ser, afinal, esse método-fonte-técnica tão específico? Se pudermos ariscar uma rápida definição, diríamos que a história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam (ALBERTI, 2013, p. 18).

Abordaremos também os aspectos da narrativa, a função da memória na sua construção e da identidade da narradora. Por fim, falaremos da oralidade como instrumento que possibilita o acesso às narrativas, assim como a sua presença na vida das narradoras, por meio das histórias e aprendizagem intercambiadas pela voz.

1.1 MODOS DE NARRAR: TRABALHOS DA MEMÓRIA

As narrativas em análise foram coletadas conforme o método proposto pela História Oral, que é entendido como:

[...] um método capaz de produzir interpretações sobre processos históricos referidos a um passado recente, o qual muitas vezes, só é dado a conhecer por intermédio de pessoas que participaram ou testemunharam algum tipo de acontecimento (SANTOS, 2000, p. 3).

A história de vida se insere no âmbito da História Oral, e esse viés teórico-metodológico possibilita que sejam captadas na narrativa as experiências, suas produções e os seus significados.

A História Oral tem nas lembranças a sua matéria-prima. Para Halbwachs,

[...] a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. (HALBWACHS, 1990, p. 71).

Nesse sentido, o presente é fundamental para que o passado seja acessado. E para que tais lembranças surjam são necessárias outras pessoas e outros acontecimentos.

As entrevistas, que aconteceram na unidade penal feminina da cidade de Rio Brilhante (MS), não se tratou de entrevistas temáticas, em que há um tema específico a ser trabalhado, mas tiveram como eixo toda a trajetória de vida das narradoras, desde a infância até o momento atual na prisão. A história de vida tem como interesse maior o próprio indivíduo inserido em um tempo histórico (ALBERTI, 2004).

A obra *Memória & sociedade: lembrança de velhos* (1979), escrita pela historiadora Eclea Bosi, é uma das primeiras no Brasil a tratar sobre as histórias de vida. Ela foi dividida em três capítulos, sendo os dois primeiros voltados para questões teóricas e o último com foco nas histórias de vida. Bosi colheu histórias de oito pessoas idosas, com idades superiores aos setenta anos, que viveram na cidade de São Paulo. Os narradores, que participaram ativamente da sociedade trabalhando e atuando, ao chegar à velhice, ocupam uma nova função social: a de contar ao grupo as experiências e saberes acumulados no decorrer da vida. As memórias narradas pelos personagens se mostram bem delineadas, pois é como se fizessem parte de um quadro já terminado, e dessa forma é possível olhar e narrar o todo.

Entre as narradoras da nossa pesquisa, Amália é a que possui mais idade, sendo possível perceber diferenças entre a sua narrativa e a das demais mulheres no que se refere às questões históricas, ao citar que sua mãe lhe contava histórias sobre as fugas em meio ao matagal durante um período de guerra, assim como a dificuldade em obter instrução acadêmica, sendo-lhe proibido estudar.

A rememoração de um fato, por meio da partilha, transforma as experiências passadas em narrativas e dão um sentido à vivência do narrador, sendo cada lembrança que surge ancorada no momento presente.

Cada história de vida partilhada é uma trajetória que ganha um olhar diferente, pois, no momento da contação, narrador e ouvintes já não são os mesmos. O narrador que se volta para o passado com a bagagem que agregou no decorrer da vida já não é o mesmo, tampouco a ocasião da narração e categoria de ouvinte. Dessa forma, uma mesma história poderá assumir diversas faces, conforme o contexto em que for contada.

O filósofo irlandês Richard Kearney afirma que “A vida está preñe de histórias. Ela é um enredo nascente em busca de uma parteira. Porque dentro de cada ser humano existem inúmeras pequenas narrativas tentando escapular” (KEARNEY, 2012, p. 413), ou seja, as nossas vivências desejam ganhar o mundo, atravessar distâncias não apenas por meio de histórias heroicas, mas também aquelas por meio daquelas que contam dores, perdas ou embates. Como em um parto, deixar-se conhecer por meio dos relatos pode ser doloroso, mas também libertador. Impossível impedir que um bebê não nasça, impossível impedir que as memórias não emergjam.

Quando alguém opta por falar de si narrando os acontecimentos passados, sejam pequenos instantes ou grandes conflitos, também se dispõe a revelar-se, a dizer quem é ou como se posiciona diante daquele instante:

Quem é você? Em outras palavras, nossa vida torna-se uma resposta à questão *quem?* – em geral dirigida a nós por outra pessoa – à medida que contamos nossa história-de-vida a nós mesmos e aos outros. Este relato fornece a cada um de nós o sentido de ser um *sujeito* capaz de agir e de comprometer-se com os outros. (KEARNEY, 2012, p. 427).

Quando iniciamos as entrevistas, indagamos às entrevistadas como elas se apresentavam às pessoas ou quem eram elas. Essa pergunta possibilitou que cada uma delas se reconhecesse como sujeito ou como aquele que pratica a ação, que é protagonista da própria história, e não apenas um agente passivo, incapaz de agir. Ainda que algumas de suas ações estejam temporariamente impedidas, por força da lei, a mulher presa continua fazendo pequenas escolhas, muitas vezes, pelo “menos pior” que se apresenta. Ao denominar-se sujeito capaz de narrar a si e sua história, inicia-se a busca da identidade narrativa. Nesse sentido, as narrativas possuem a função de evidenciar aquele que narra.

A rememoração atribui sentidos quando algo vivido anteriormente é revisitado, pois, estando longe temporalmente do fato, é possível fazer uma leitura daquilo que é tido como real, sendo assim, um ato de cognição (SANTOS, 2000, p. 5). A rememoração que ocorre no decorrer de depoimentos permite revelar determinadas realidades que se deseja partilhar. Elas são selecionadas entre as experiências que compõem as lembranças do narrador e apenas a ele fazem sentido, pois integram sua trajetória de vida.

A trajetória de vida é construída tendo como ponto de partida a junção das memórias narradas e não se trata apenas de uma biografia. Ela é um apanhado das “práticas e relações sociais do entrevistado, permitindo-nos estabelecer suas mobilidades social e espacial” (SANTOS, 2000, p. 6). Para a História Oral, as narrativas orais de vida possibilitam que se conheça não apenas a trajetória do narrador, mas também parte do tempo histórico em que ele esteve imerso. O fascínio pelo vivido vem à tona a partir da experiência daquele que conta, alguém único e individual, mas que gera múltiplas imagens decorrentes de sua narrativa, como se tivesse entrado em uma sala de espelhos e fascinado aquele que ouve (HOLANDA, 2009, p. 19).

A narrativa “é sempre e inevitavelmente construção, elaboração, seleção de fatos e impressões” (MEIHY, 2005, p. 56), e tal construção considera o que foi vivido num possível passado e pode ocasionar mentira e esquecimento. Nesse cenário, a História Oral se depara com “a nostalgia de um passado idealizado e o idílico de um futuro desejado e imaginado” (HOLANDA, 2009, p. 19), como é o caso da narradora Lívia, que rememora a infância e adolescência e deseja um futuro em que possa livrar-se das drogas e reconstruir a vida ao lado das filhas.

O trabalho de pesquisa com História Oral possui alguns temas potenciais. Entre eles estão: vozes ocultas, esferas ocultas, tradições orais e conexões através das vidas. As vozes ocultas referem-se às vozes das mulheres, dos trabalhadores que não fazem parte de sindicatos, dos indígenas, comunidades quilombolas, enfim, de pessoas que estão às margens, sejam em favelas ou pelas ruas (THOMPSON, 2002, p. 16-21). Já as esferas ocultas da vida de mulheres que se envolvem com atividades criminosas, assim como a vida no cárcere, são o fundamento para esta pesquisa. As histórias de Amália, Lívia,

Rosa e Vanuza norteiam diversas reflexões referentes à percepção feminina no cárcere e fora dele.

As narrativas orais de mulheres presas revelam muito além do que a sua ficha policial ou o artigo pelo qual estão sendo acusadas. São histórias de mulheres e meninas que relembram a vida em liberdade com suas aventuras e desventuras e, enfim, a história que as levou para a prisão. As narrativas de vida contemplam não apenas a si, mas como elas percebem e representam o mundo a sua volta.

Por meio das narrativas orais de história de vida, é possível conceber outros olhares sobre o já ocorrido, uma vez que cada pessoa narra a partir da sua subjetividade e de seu lugar no espaço social, os quais são passíveis de mobilidades. A construção da narrativa possui as marcas dessa posição, assim como da percepção que o narrador tem de si e do mundo à sua volta. Sobre as narrativas orais de história de vida, Perazzo (2015) conclui que:

Constituem-se um método para se trabalhar com o passado dos indivíduos, com o cotidiano e com as micro experiências sociais. Mas também é um método que nos permite compreender como as pessoas pensam, porque fazem ou fizeram suas escolhas na vida, que posição social assumiram. Por isso é um método que nos permite compreender as subjetividades. E dessa forma, nos permite trazer para a ciência as dimensões dos sentidos, dos sentimentos e das mentalidades, que antes eram apenas dos domínios dos relatos literários e das crônicas. (PERAZZO, 2015, p. 130).

As memórias revisitadas na prisão, em sua maioria, trazem dor e violências diversas e são a base da identidade, agora, reconfigurada no cárcere. As representações femininas presentes nas memórias narradas demonstram em suas entrelinhas a percepção de mundo, as experiências guardadas na memória, assim como a maneira como a narradora revela sua individualidade.

Uma narrativa de vida não é um discurso qualquer: é um discurso narrativo que se esforça para contar uma história real e que, além disso, diferentemente da autobiografia escrita, é improvisada durante uma relação dialógica [...]. Pode-se argumentar que toda biografia traz a marca da subjetividade do seu autor. (BERTAUX, 2010, p. 89-94).

Os discursos narrativos produzidos pelas reeducandas não revelam apenas fatos de suas trajetórias, mas comportam também as marcas da subjetividade de cada uma, suas formas de olhar, compreender e simbolizar o mundo que as cerca. Assim, é possível afirmar também que a narrativa torna-se um “lugar onde a existência humana toma forma, onde ela se elabora e se experimenta sob a forma de uma história” (DELORY-MOMBERGER, 2012, p. 40).

Richard Kearney (2012), filósofo irlandês, ao tratar sobre a narrativa propôs uma reflexão sobre cinco aspectos funcionais, dialogando com as teorias antigas e contemporâneas. São eles: enredo (*mythos*), re-criação (*mimesis*), alívio (*catharsis*), sabedoria (*phronesis*) e ética (*ethos*).

Sobre o enredo, pode-se dizer que a existência humana, do nascer ao morrer, mantém um padrão de ações, e essas ações não são aleatórias, possuem uma finalidade e estão em interação com outros seres. Como *mythos*, essas ações compreendem um contar, uma fábula ou fantasia, e uma estrutura construída. Esses sentidos apontam para a função da narrativa de transformar vivências em histórias, em diversos gêneros, ou seja, compõem um enredo, tendo por base a existência humana.

Nossa fenomenologia contemporânea reconhece que a narratividade é o que marca, organiza e esclarece a experiência temporal; e que todo processo histórico é reconhecido como tal na medida em que pode ser recontado. Uma história é feita de eventos, e o enredo (*mythos*) é a mediação entre os eventos e a história. (KEARNEY, 2012, p. 413).

O segundo aspecto, a re-criação (*mimesis*), refere-se à descrição dos eventos da vida por meio da imaginação, porém essa ação não deve ser vista como uma fuga do real, mas uma reencenação da vida real, onde o que é essencial se reveste de maior importância e tem a sua relevância ampliada. Para o autor, a diferença das ações humanas de outros movimentos é que estes possuem dinâmica e uma razão de ser, ou seja, não são executados ao acaso. Nesse sentido, a consciência e a objetividade desses atos possibilitam que a vida seja descrita como “um fluxo de eventos combinados para formar uma ação que é ao mesmo tempo *cumulativa* e *orientada* – duas características cruciais de qualquer narrativa” (KEARNEY, 2012, p. 414). Por meio da *mimesis* é possível

inventar, *invenire*, descobrir ou criar algo novo ou já existente, realçando situações a partir da realidade concreta.

Kearney (2012, p. 415) retoma o pensamento de Ricoeur acerca do círculo da tripla *mimesis*: o primeiro aspecto é a pré-figuração do mundo vivido, à medida que este busca ser narrado; o segundo é a configuração do texto no ato da narração; e por fim há a refiguração de nossa existência, em que o texto narrativo retorna para a ação. Esse círculo aponta para o movimento que há entre a ação, o texto narrativo e o retorno à vida narrada. Sendo assim, *mimesis* não é imitação, mas recontação criativa da vida, ponte entre o mundo vivido e o mundo narrado.

Essa possibilidade de recriar situações estabelece um vínculo entre a ficção e o real, sem que se perca de vista a diferença entre ambos, de forma que a vida possa ser compreendida unicamente por meio de narrativas sobre si (KEARNEY, 2012, p. 414). A recriação do real através da narrativa se situa entre a possibilidade da ficção e o compromisso com a vida real.

O terceiro aspecto refere-se à liberação (*cathasis*) ou ao poder que as narrativas têm de alterar sentimentos do ouvinte. Essa alteração só é possível quando o ouvinte/leitor se coloca no lugar do outro, sente empatia e apieda-se do personagem. A função catártica da narrativa é responsável pela purgação dos sentimentos diante de uma situação que nos causa medo ou piedade (sofrer com outro) e transporta o ouvinte/leitor para o interior da ação narrada, tornando possível ficticiamente o que é impossível no mundo real (KEARNEY, 2012, p. 418). Sensibilizar-se com a dor do próximo, implica em liberar os sentimentos que muitas vezes no dia a dia são pouco experimentados, o que não se limita apenas à imaginação poética, mas também aos valores éticos do ouvinte. Kearney (2012, p. 419) afirma que:

Se possuímos compaixão narrativa – nos deixando ver o mundo do ponto de vista do outro – somos incapazes de matar. Se não a possuímos, somos incapazes de amar.

A experiência catártica possibilita vivenciar outros sentimentos e experiências. Por meio das narrativas podemos ser e sentir o outro ou sentir a nós mesmos nas experiências vividas por outros. Essa troca de lugares também

proporciona a mudança na posição de onde se olha e, assim, abrem-se novos ângulos de visão.

O quarto aspecto da narrativa refere-se à sabedoria (*phronesis*). Para Aristóteles, *phronesis* remete à sabedoria prática das coisas, que compreende a singularidade de cada evento. Parte do conhecimento que temos resulta de histórias que ouvimos. Dividimo-nos entre a verdade da ficção e a verdade da história, que podem se sobrepor uma à outra. É a compreensão da *phronesis* que permite reconhecer essa superposição entre o fato acontecido e os fatos narrados decorrentes do fato real.

Para Aristóteles (KEARNEY, 2012, p. 421), as narrativas ficcionais possuem um caráter histórico, assim como há certa ficcionalidade na narrativa da História. Nesse sentido, para que a narrativa funcione, ela precisa tornar o impossível em algo crível.

A questão da credibilidade literária é absolutamente crucial para que a narrativa opere; pois o narrador cria um “mundo secundário”, no qual, assim que entramos, fazemos de conta que o narrado é “verdadeiro”, enquanto estiver de acordo com as leis daquele mundo. [...] É este curioso tramado de funções narrativas que permite a) que a ficção retrate as *verdades essenciais* da vida de que fala Aristóteles, e b) que a História retrate um sentido verossímil de particularidade. (KEARNEY, 2012, p. 421-422).

Ficção e História, ainda que entrelaçadas, possuem cada uma sua singularidade e caminham em sentidos diferentes. A narrativa é o ponto intermediário entre ambas para o entendimento da verdade histórica; e nesse sentido, a *phronesis* se aproxima mais da arte do que da ciência e sua função não é a simples narrativa de fatos nem a abstração das teorias, mas é um saber comprometido com as vivências que se tornam história.

O quinto e último aspecto refere-se à ética (*ethos*). Toda narrativa é também discurso, e no ato narrativo necessariamente está comprometido alguém que narra algo para outro alguém. São ao menos quatro elementos que se interligam para que haja equilíbrio na partilha do discurso. A presença humana é indispensável nesse sentido, pois opera como narrador contador, havendo um narrador personagem e ainda um ouvinte que interpreta a narrativa (KEARNEY, 2012, p. 426). A ética se apresenta na identidade narrativa, por meio de ações

éticas e responsáveis que apontam para um eu humano, que ora participa como ator, ora como agente.

Estamos sujeitos à narrativa assim como somos sujeitos da narrativa. Somos feitos pelas histórias antes mesmo de conseguirmos criar nossas próprias histórias. É isso que faz da existência humana um tecido costurado por histórias ouvidas e contadas. Como narradores e seguidores de histórias, nascemos no contexto de uma certa historicidade intersubjetiva, que herdamos juntamente com nossa linguagem, ancestralidade e nosso código genético. (KEARNEY, 2012, p. 426).

A existência humana participa da história e é por ela narrada. Ainda que o indivíduo não narre suas experiências, ele participa de algum modo das histórias que o cercam e como integrante da comunidade de habitantes do planeta Terra, ou seja, tanto como contador quanto como personagem.

Narramos, ouvimos e seguimos histórias que nos interessam, e é fundamental compreender que em toda narrativa há interesses em jogo, os quais devem ter a ética como princípio, pois conta-se o que se julga comunicável, memorável e que possui valor. Para cada ação narrada há sentimentos de aprovação ou reprovação e cabe ao ouvinte/leitor optar por aquele que lhe parecer melhor. Tais sentimentos podem ser diferentes a cada contato com a narrativa, pois ela não se limita apenas à mente ou às ações do ator, ela é sempre aberta ao retorno ético e poético, características que sempre existirão, uma vez que fazem parte da essência humana (KEARNEY, 2012, p. 429).

Nas narrativas reunidas para análise, percebemos claramente os aspectos apontados por Kearney. As histórias, ainda que nascidas no cárcere, transformaram ações em narratividade (*mythos*) e, dessa forma, foram recriadas por meio da oralidade. A ação catártica foi trazida pelas situações de dor e sofrimento vivenciadas pelas narradoras, sendo possível haver sabedoria para distinguir entre o fato acontecido e o fato narrado. Observar o último aspecto citado, a questão ética, é fundamental, pois as narrativas de crimes suscitam sentimentos diversos, ora de aprovação, ora de reprovação:

Apesar de caber sempre a nós, leitores, escolher por nós mesmos entre as diferentes opções de valor propostas pela narrativa. A própria noção de compaixão e medo catárticos, ligada a desgraças imerecidas, por exemplo, entraria em colapso se nossas respostas estéticas fossem totalmente

divorciadas de qualquer empatia ou antipatia dirigida à qualidade ética de um personagem. (KERNEY, 2012, p. 429).

Entre os aspectos mencionados anteriormente, desejamos retomar o terceiro aspecto referente ao papel da catarse na narrativa. Ao tomarmos conhecimento de acontecimentos trágicos, compadecemos-nos, procuramos sentir a mesma dor daquele que sofreu anteriormente, e depois surge o alívio proporcionado pela descarga das emoções causadas pela narrativa. As histórias de guerras são um exemplo delas.

O livro *A guerra não tem rosto de mulher* (2013), escrito pela jornalista Svetlana Aleksievitch, vencedora do Prêmio Nobel de Literatura em 2015, traz os testemunhos e as memórias de mulheres soviéticas que estiveram presentes na Segunda Guerra Mundial. O olhar feminino sobre esse contexto mostrou o outro lado da guerra. A memória feminina, que muitas vezes é deixada de lado, especialmente em assuntos bélicos, foi valorizada e transformada em literatura.

Ao longo da obra, encontram-se testemunhos de sobreviventes com idades, origens e profissões diversas, que narram seus sentimentos e a intimidade diante de um evento tão trágico. Elas recorrem à memória para partilhar as experiências que não são contadas nas histórias de guerra, onde o heroísmo cede espaço para a tragicidade e a dor.

Justo ali, na calidez da voz humana, no reflexo vivo do passado, está escondida uma alegria primitiva, e se desvela a intransponível tragicidade da vida. Seu caos e paixão. Seu caráter único e insondável. Ali, eles ainda não foram submetidos a nenhuma elaboração. São originais. (ALEKSIÉVITCH, 2013, p. 13).

A obra, que posteriormente o premiou, foi rejeitada por diversas editoras. A justificativa era de que o tema da guerra não era tratado da forma que gostariam de ver. Para os editores, os escritos de Aleksievitch eram apenas histórias sentimentais de mulheres e não refletiam a grandeza e heroísmo da guerra, “Dizem: ah, mas memórias não são nem história, nem literatura. É só a vida, cheia de lixo e sem a limpeza feita pelas mãos do artista” (ALEKSIÉVITCH, 2013, p. 13). Sendo assim, é possível perceber o quanto as memórias femininas são vistas como algo sem importância, sem utilidade e que não merecem ser

publicadas. Destituídas de glórias, vitórias ou condecorações, as narrativas femininas permaneciam à margem, não interessavam à história oficial.

Para a escritora, tudo o que foi coletado em suas pesquisas era precioso, pois se tratava do que havia de mais íntimo das suas testemunhas, tanto que até o silêncio tinha a sua importância: “Escuto quando elas falam... Escuto quando estão caladas... Tanto as palavras quanto o silêncio são texto para mim” (ALEKSIÉVITCH, 2013, p. 17). Palavras e silêncio são peças que dão forma e sentido para as narrativas. Ambas fazem parte da atividade de lembrar e reordenar o passado. O trabalho de Aleksievitch tornou-se conhecido e, com isso, inúmeras sobreviventes enviaram suas histórias pelo correio. Elas desejavam falar.

Referente às narrativas de guerra, um movimento oposto foi percebido por Walter Benjamin (1985) nos combatentes que retornavam da guerra. Os homens voltavam silenciosos: “No final da guerra, observou-se que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável” (BENJAMIN, 1985, p. 198). O trauma e as dores da guerra os silenciaram.

Nas quatro narrativas analisadas também é possível verificar a presença do silêncio diante da dor, em alguns episódios. De certa forma, a narradora Vanuza também foi levada para uma batalha desigual, sofreu perdas irreparáveis, foi silenciada por suas dores. O trauma da violência sexual a emudeceu. Ao partilhar que seu pai não acreditou em suas palavras, o sofrimento também a calou e vieram o silêncio e as lágrimas. A incredulidade daquele que deveria protegê-la é tão dolorosa quanto a violência anterior. De um lado, o desejo de narrar o trauma sofrido, de outro, a ausência de palavras que deem conta de dimensionar a dor e aflição. Vanuza sofreu duas derrotas: retornou violada, violentada pelos agressores, tal como desacreditada e ferida pela família.

O silêncio também pode ser atribuído ao fato de que o trauma ainda não tenha sido assimilado pelo narrador, que, dessa forma, opta pela mudez. Amália, após narrar a luta corporal com o companheiro, escolhe parar de falar sobre a sequência dos fatos, que, segundo as investigações policiais, desencadearam na morte, esquartejamento e ocultação do cadáver em um *freezer*, em sua

residência. Amália alega que não se lembra dos fatos seguintes e opta pelo silêncio. Nesse caso, não é possível afirmar se o trauma vivido por ela foi ou não assimilado ou se foi esquecido. Não é possível estabelecer a “verdade do passado” na narrativa de Amália. O silêncio se coloca como uma interrogação que interrompe o fluxo narrativo. A “vontade de verdade” deve se contentar com a história contada até ali (GAGNEBIN, 2006, p. 39).

Sobre a verdade da história, Gagnebin aponta que não há como estabelecer uma verificação factual, que é possível apenas para as ciências exatas, mas que os argumentos se encarregam de mostrá-la, pois a história, ao mesmo tempo que é narrativa, abarcando diversos relatos, é também processo real compondo-se de ações humanas (GAGNEBIN, 2006, p. 41). Sua reconstrução se dá sob os rastros deixados no passado, que representam a presença do ausente e a ausência da presença, possível por meio da retomada memorialística.

O rastro inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente. Sua fragilidade essencial e intrínseca contraria assim o desejo de plenitude, de presença e de substancialidade que caracteriza a metafísica clássica. (GAGNEBIN, 2006, p. 44).

O rastro aponta para a fragilidade dos argumentos, que podem deixar de existir a qualquer momento. A ligação entre rastro e memória é bastante estreita, uma vez que esta última também é tênue e se fragiliza com facilidade. Assim, o apagamento dos rastros implica no esvaziamento e empobrecimento da memória (GAGNEBIN, 2006, p. 46).

Michel Pollak (1989) propõe o conceito de memórias subterrâneas para falar sobre os esforços que buscam alcançar lembranças censuradas, não ditas ou habitadas em zonas de sombras e silêncios, espaços marginalizados. Tais memórias, pertencentes às culturas minoritárias, se opõem à memória oficial ou à memória contada pela maioria, que silencia os dominados. Subverter o silêncio imposto e trazer tais memórias à luz é fundamental para a história oral.

Sendo assim, interessa-nos compreender também o conceito de memória coletiva proposto por Maurice Halbwachs (1990), sociólogo da tradição francesa. Para o teórico, a memória coletiva se forma a partir de influências que o indivíduo adquire em seu meio social, a comunidade onde vive, assim como as tradições

e costumes que são cultivados por ela; ele não se refere apenas à memória em si, mas também aos seus quadros sociais. As experiências do passado, então, são reconstruídas com as imagens que temos hoje. Dessa forma, é possível afirmar que a memória individual é constituída por lembranças reunidas sob uma perspectiva sobre as representações coletivas, criadas a partir dos vínculos sociais e do reconhecimento que cada indivíduo faz dessas representações. A memória narrada possui suas bases no meio social no qual ela está inserida, ou seja, a coletividade possibilita que os alicerces dessa memória não se percam. Embora as lembranças pareçam estar cheias de sentimentos e pensamentos nascidos da individualidade, na verdade, elas não existem sem os contextos sociais onde nasceram.

Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. [...] Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social. Dessas combinações, algumas são extremamente complexas. É por isso que não depende de nós fazê-las reaparecer. É preciso confiar no acaso [...] a sucessão de lembranças [...] explica-se sempre pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos. (HALBWACHS, 1990, p. 77).

Não depende de nós dominar, fazer aparecer ou desaparecer aquilo de que nos lembramos. A nossa relação com o meio coletivo e a nossa posição nesse contexto é que forjam a nossa memória individual, passível de sofrer mudanças, assim como mudam nosso lugar no mundo (HALBWACHS, 1990).

Na atividade narrativa, ainda que haja estímulos para lembrar-se, não é possível que todas as recordações venham à tona. Aquilo que não é lembrado poderá ser substituído por outras referências adquiridas na convivência coletiva, formando a estrutura do indivíduo:

[...] somos aquilo que pensamos, amamos, realizamos [...] somos aquilo que lembramos. Além dos afetos que alimentamos, a nossa riqueza são os pensamentos que pensamos, as ações que cumprimos, as lembranças que conservamos e não deixamos apagar e das quais somos o único guardião (BOBBIO apud GROSSI, 2021, p. 32)

Paulo Bungart Neto (2014) discorre sobre o ato de recordar em *Augusto Meyer Proustiano: a reinvenção memorialística do eu* e se apoia na concepção de Santo Agostinho para considerar que a memória é a narrativa das imagens como elas foram gravadas, não necessariamente como o fato ocorreu:

Ainda que se narrem os acontecimentos verídicos já passados, a memória relata não os próprios acontecimentos que já decorreram, mas sim as palavras concebidas pelas imagens daqueles fatos, os quais, ao passarem pelos sentidos, gravaram no espírito uma espécie de vestígios. Por conseguinte, a minha infância que já não existe presentemente, existe no passado que já não é. Porém a sua imagem, quando a evoco e se torna um objeto de alguma descrição, vejo-a no tempo presente, porque ainda está na minha memória. (SANTO AGOSTINHO, 1987, p. 220 apud BUNGART NETO, 2014, p. 52).

Assim, a memória se encarrega de trazer presente o que está distante temporalmente. As lembranças, ao serem rememoradas, se personificam por meio das imagens, passadas pelos sentidos e guardadas na memória. Para que os fatos acontecidos se façam presentes, basta que sejam evocados. Os vestígios são visitados e vistos com os olhos do tempo presente. A cada visita ao passado, um olhar para um antigo enredo, considerando o cenário atual e os estímulos para acessar as lembranças.

[...] poderíamos dizer que nossas vidas estão constantemente interpretando a si próprias – pré-reflexivamente e pré-conscientemente – em termos de começos, meios e fins (ainda que não necessariamente nessa ordem). Em síntese, nossa existência já segue de algum modo um enredo prévio, antes mesmo que conscientemente busquemos uma narrativa na qual reinscrever nossa vida como história de vida. (KEARNEY, 2012, p. 412).

O ser humano desde o nascimento insere a vida em uma narrativa, e até o último momento ela faz parte de um enredo. Essa trajetória é composta por um passado, em que estão as memórias, e um presente, no qual ocorrem a narrativa e uma projeção para o futuro, assim, toda a existência se transforma em história que pode ser contada, pois foi vivida, primeiramente.

1.2 VOZES E TRAJETÓRIAS: IDENTIDADES EM PERCURSO

Amália, Rosa, Livia e Vanuza são as condutoras de uma viagem narrativa na qual o itinerário e as pausas estão sob seus comandos. Lígia Chiapinni afirma que “Quem narra narra o que viu, o que viveu, o que testemunhou, mas também o que imaginou, o que sonhou, o que desejou” (LEITE, 1985, p. 7). E esta é uma perspectiva que nos interessa no decorrer das escutas.

Nas narrativas em análise, é possível perceber que cada narradora insere sua vivência, mas também a aspiração a momentos felizes para o passado que, em muitos casos, não aconteceram. Livia, por exemplo, revela sua gravidez e os sonhos de vida nova com o companheiro e a filha. No entanto, esse sonho acabou sendo destruído com a descoberta da doença, a depressão pós-parto e, com isso, o retorno às drogas e à prostituição. A narrativa de Livia, inicialmente em terceira pessoa, logo passa a ser uma narradora também observadora e, desse modo, mantém um possível distanciamento dos fatos, sendo capaz de emitir um juízo de valor sobre suas condutas e se transformando na testemunha de si:

Ele narra em 1ª pessoa, mas é um “eu” já interno à narrativa, que vive os acontecimentos aí descritos como personagem secundária que pode observar, desde dentro, os acontecimentos, e, portanto, dá-los ao leitor de modo mais direto, mais verossímil. *Testemunha*, não é à toa esse nome: apela-se para o testemunho de alguém, quando se está em busca da verdade ou querendo fazer algo parecer como tal. (LEITE, 1985, p. 38).

A verdade das narrativas de mulheres em situação de cárcere se apresenta como fato, como desejo e, também, como denúncia de suas dores e seus deslizes, “testemunhar, assim como atestar, tem a ver com ‘ter visto’ e não podemos ver pelo outro” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 12). Elas testemunham para além do que foi visto pelo sistema judiciário, para além do que permanece atrás das grades. Afora dos fatos que constam nos autos processuais e nos relatórios prisionais, há vidas. Trajetórias tortuosas, ora vítimas, ora algozes, até chegar à frente do gravador, que retém mais que sons, mais que mágoas e rancores.

A recuperação das vozes silenciadas é possível por meio do testemunho, que possibilita:

[...] fornecer, sem desvios interpretativos ou analíticos de terceiros, o acesso imediato ao passado e também por possibilitar, mediante a recuperação de vozes silenciadas pela repressão, a construção de presentes e futuros [...]. (AVELAR, 2012, p. 31).

Assim, quando se ouve um relato oral, acredita-se que a realidade narrada aconteceu de fato, tal como é testemunhada.

Sobre a literatura de testemunho, Seligmann-Silva (2008) afirma que testemunha é aquela que tem algo de excepcional para contar. A narrativa nasce da necessidade de descrever a experiência, porém pode acontecer de a linguagem não ser capaz de expressar a experiência vivida, ou seja, diante da experiência, o narrador não encontra palavras que sejam capazes de externar o vivido (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 67).

No decorrer das histórias, o local de origem das narradoras aparece com bastante frequência. Evocar tal espaço, íntimo e familiar, revela o cultivo das raízes, embora por detrás das grades. Pollak (1992), ao discorrer sobre a construção da identidade, pontua que ela está ancorada em três elementos: no sentimento de fronteiras físicas (corpo físico da pessoa ou do grupo), dentro de um determinado tempo (histórico e psicológico) e em um sentimento de ser coerente com o grupo e consigo. O autor reflete que:

[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p. 204).

O pertencimento e a semelhança com um grupo contribuem para que a identidade do narrador seja fortalecida quando as memórias relativas a ele forem revisitadas. A imagem construída para si e para o grupo também passa pelo olhar que vem de fora:

A construção da identidade é um fenômeno que se reproduz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, a admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (*Ibidem*, p. 204).

Memória e identidade são construídas a partir de uma negociação com outras pessoas e com o meio onde a narradora se insere. Considerando o contexto prisional habitado por Amália, Rosa, Lívia e Vanuza, é possível observar que a composição de suas identidades e a forma como revisitam o passado possuem influência do novo espaço e estão em percurso, compondo-se a cada dia.

Após a prisão, as narradoras passaram por inúmeras mudanças: precisaram se submeter à distância da família, amigos e relações sociais importantes para suas vidas, assim como se adaptarem ao isolamento. No espaço prisional as mudanças são diversas. Desde a forma de se vestir, falar, se comportar e sentir, por isso é necessário se adequar à nova realidade e seguir os padrões de comportamentos já existentes. Essa atitude, visando à sobrevivência no cárcere, ocorre muitas vezes de forma sutil e involuntária. Isso porque muitas das mulheres não percebem que estão mudando ao assimilar a cultura da prisão. Tal atitude as distancia cada vez mais da cultura da vida em liberdade, e os efeitos da prisionização⁴ os acompanharão mesmo além dos muros. Os prejuízos psicológicos e sociais são inúmeros e irreparáveis. Na prisão, os mecanismos de dominação são exercidos em grau altíssimo, como destaca Bourdieu:

Os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim serem vistas como naturais. [...] A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) [...]. (BOURDIEU, 2014 p. 56).

As mulheres que narram se evidenciam como alguém que não deseja ouvir desaforos: “um dia eu catei ele pelos colarinho da camisa, que chegô lá mi xingando, catei ele, dei-lhe o socando na parede, ficô brabo comigo” (AMÁLIA, 2015). Amália já não é mais criança ou adolescente e revida os xingamentos do irmão com a mesma linguagem da violência que ele utiliza com ela. E desabafa:

⁴ Por prisionização são entendidos os valores, atitudes, bem como os costumes impostos dentro do ambiente prisional e que são aprendidos e assimilados pelos reclusos como uma forma natural de adaptação e de sobrevivência ao rígido sistema prisional, incluindo aí as formas de comer, falar, vestir-se, o que pode variar em diversos níveis, dependendo do tempo de prisão e da aceitação da pena. Essa mudança comportamental, muitas vezes, acontece de forma inconsciente. Mais sobre o tema podemos ver em: BITENCOURT, C. **Falência da pena de prisão**: causas e alternativas. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 1993.

“Eu num tenho raiva dele, eu sei que ele é meu irmão, né? Fala que, nem liga sabe, dexa pra lá. Num gosta de mim, pronto” (AMÁLIA, 2015). É possível verificar nessa confissão a confusão nos seus sentimentos, ao mesmo tempo que afirma não sentir raiva, pois há os laços de sangue que a une ao irmão, sendo melhor manter-se indiferente e “deixar pra lá”.

São mulheres que se apegam às boas lembranças para superar as dificuldades da prisão e que têm tentado não se esquecerem do que as sustentam. A religiosidade e a crença em Deus possibilitam a sobrevivência entre os obstáculos:

[...] essa lembrança que [...] que eu sei que tá guardado lá no meu coração, primeramente eu acho que é Deus, Deus. Você tê Deus no seu coração e você tê a oportunidade de podê lembrá do teu passado e podê guardá algum-a, algumas memória boas e podê fala: não, não, mais eu conheci. Não, mais eu fiz aquilo lá, eu passei por aquilo lá. Então é isso, é você sabê guardá, é você tentá lembrá e você consegui lembrá. Isso é o que faz a gente num esquecê de muitos momento bom lá fora, que te dá força pra você podê, tentá vencê aqui dentro, pra você podê vencê lá fora também. (LÍVIA, 2015).

Elas são mulheres que procuram consolo para as adversidades e acreditam que a vida pode ser menos dura:

[...] fui professora de catequese durante um bom tempo, porque eu me batizei e, sempre a gente procura consolo ni algum lugar, né? E, eu, procurava na igreja, pro meu pai pará de bebe e, pra ele se torná uma pessoa melhor. Graças a Deus, hoje, ele é uma pessoa melhor, mas antigamente, tudo pra ele era motivo de batê [...]. (VANUZA, 2014).

Elas possuem uma identidade cambiante, intencionando se adaptar ao meio para garantir a superação:

[...] eu num sô... eu também num sô aquelas flor que se chere também. [...] É... mais... antes a mãe dela chorando que a minha, ninguém vai... intão eu vô procurá a minha defesa, num vô dexá ela fazê o que qué também não. [...] tem hora que eu mesmo olho pra mim mesmo, e sabe, eu num sô um pessoa... eu num me vejo uma pessoa ruim, sabe? Mais eu num me vejo uma pessoa boa também. A senhora entendeu? Os dois lado, eu num me vejo nem muito boa, nem muito ruim, sabe? Me sabendo entendê, nós vamos longe. (ROSA, 2015).

Rosa reconhece que possui uma identidade móvel, que diante da ameaça irá se defender da forma que puder, inclusive usando a violência para demarcar seu território, e que dentro dela habita os dois polos, bondade e maldade convivem em tumulto. Por fim, ela sabe que é preciso “saber entendê-la”, ou seja, caso alguém queira conviver pacificamente, deverá aceitar suas condições.

Elas são mulheres que, diante das contrariedades, perdem a esperança em dias melhores:

Ah, vô pro mundo, então, já que num dá certo. Aí, foi aonde que comecei a usá droga, aí coloquei piercing, fiz tatuage, cortei meu cabelo, que meu cabelo era bem grandão, e, voltei, parei pra olhá pra trás e, falei: mais nada do que eu fiz até hoje deu certo? não deu certo, e, eu não vejo futuro. Vou dexá a minha vida me leva, então (VANUZA, 2014).

A atitude de cortar o cabelo, que era “grandão”, revela a revolta de Vanuza após olhar para seu passado e concluir que nada do que havia feito tinha dado certo, de forma que decide deixar a vida fluir, sem se prender aos comportamentos sociais ditados pelo patriarcado para uma mulher. Para o imaginário coletivo, manter os cabelos femininos longos significa poder e sedução, além de estarem ligados à sobrevivência ou manutenção de *status*. Deixar os cabelos longos no passado é romper com esse paradigma, porém Vanuza vai mais além, contrariando leis e fazendo uso de drogas. Nesse sentido, o feminino nela se mostra pelo corpo modificado por meio de tatuagens, *piercing*, corte do cabelo e drogas; por fim, como quem está exausta de lutar em batalha cheia de derrotas, ela declara “Eu não vejo futuro”. E, embora diga que se “deixe levar”, toma uma atitude: “Vou pro mundo!”.

As quatro narradoras apresentam-se como pessoas prontas para reagir, atacar e revidar ataques, para serem gratas, passivas, compassivas e até indiferentes, com individualidades fragmentadas se construindo continuamente. Elas testemunham a si, seus erros e acertos, ainda que não sejam vistos como “excepcionais”, no dizer de Selligman-Silva (2006), são seus feitos, e dos quais elas mesmas são constituídas.

Elas narram tais acontecimentos certificando-se de quem são, para que as memórias continuem “guardadas no coração”, reafirmando a identidade por meio das ações: “*eu* conheci. Não, mais *eu* fiz aquilo lá, *eu* passei por aquilo lá.”.

Afirmar que esteve presente em determinada situação, que agiu, que vivenciou, é testificar o real, a verdade mais próxima do fato narrado. Beatriz Sarlo afirma que “o tempo *próprio* da lembrança é presente: isto é, o único tempo *apropriado* para lembrar e, também, o tempo do qual a lembrança se apodera, tornando-o *próprio*.” (SARLO, 2007, p. 10). É no tempo presente que as ações passadas alcançam um significado maior. O distanciamento trazido pelo intervalo temporal possibilita que ela se volte para o passado com um olhar ampliado e, dessa forma, consiga abarcar todo o acontecido e possa afirmar com consciência de si: “*eu* conheci”.

Conscientizar-se do papel exercido por cada uma das narradoras é um passo fundamental para compreender-se enquanto autora da própria história. O processo de aprisionamento também compreende um processo de negociação, buscando algo para identificar-se na prisão é o que garante a permanência, a salvo, nestas instituições. Embora algumas mulheres narradoras já conheçam o espaço prisional antes de fazer parte dele, por terem visitado seus familiares ou companheiros na prisão, as diferenças apresentadas serão negociadas e interiorizadas no processo de construção identitária. Assim, as relações apresentadas no novo espaço serão absorvidas de acordo com as relações já interiorizadas anteriormente à prisão.

Na narrativa de testemunho sempre haverá aquela que conta as violências pelas quais passou e aquela que é a causadora do sofrimento narrado. Ou seja, de um lado, as vítimas, e de outro, os vitimários. A violência, então, mostra dois lados: a vítima, sob a dor da violência injusta e do sofrimento, e o vitimário, praticante da violência e causador do sofrimento. A condição de vítima é delimitada a partir do sofrimento causado por uma situação de injustiça, que resulta em diversas formas de violência. Vítima e vitimário permanecem ligados enquanto dura a situação de injustiça e sofrimento (RUIZ, 2012, p. 71). As narradoras em análise, ora ocupam a posição de vítima, ora a posição de vitimária, pois a violência a que foram submetidas em dado momentos de seus percursos é o instrumento a ser operado por elas.

Suas narrativas também se alternam, testemunham como vítimas e também contam seus tropeços e crimes. Ao narrar como vítimas, seus testemunhos possuem “uma verdade própria que nem os vitimários nem os observadores externos, chamados imparciais, poderão ter” (RUIZ, 2012, p. 71).

A verdade é narrada sob a perspectiva de quem está para além dos olhares externos.

De outra forma, quando as narradoras ocupam a posição de vitimárias, “tendem a esconder as consequências de sua barbárie” (RUIZ, 2012, p. 72) tirando de cena aqueles a quem machucaram.

A ocultação histórica e política das vítimas se faz através de estratégias de esquecimento. O esquecimento se tornou uma técnica política comumente utilizada para encobrir a barbárie. O esquecimento, além de apagar o fato violento, projeta um manto de inexistência sobre aqueles que foram vítimas da violência (RUIZ, 2012, p. 72).

No caso de Amália, a acusação que pesa contra si é a de que, após entrar em luta corporal e assassinar o marido, ela o esquartejou e ocultou em sacos plásticos, dentro de um *freezer*. Tais fatos não são narrados por ela, pois afirma que após a luta entre ambos não se lembra de mais nada. E não nos cabe levantar questionamentos se houve esquecimento ou não.

Ao tratar sobre o esquecimento na obra *Memória e Identidade*, o antropólogo francês Joël Candau (2014) afirma:

O esquecimento não é sempre uma fragilidade da memória, um fracasso da restituição do passado. Ele pode ser o êxito de uma censura indispensável à estabilidade e à coerência da representação que um indivíduo ou os membros de um grupo fazem de si próprios. (CANDAU, 2014, p. 127).

O esquecimento, em meio à história de Amália, que, nesse momento, ocupa a posição de ré, talvez surja como uma “censura indispensável” para que possa conviver consigo mesma e com a memória resistente ao trauma. O esquecimento, nesse sentido, é tão vital quanto a lembrança.

Para Ricoeur (2007), a memória impedida, memória manipulada e esquecimento de reserva, na perspectiva dos usos e abusos da memória, diferem do apagamento dos rastros, pois possuem uma reversibilidade, ou seja, o que foi esquecido poderá ser um dia novamente acessado. Os rastros não são totalmente apagados, contudo permitem que as lembranças traumáticas não atrapalhem a vida do indivíduo, retornando a todo o momento.

A narrativa vitimária, dessa forma, procura ocultar o sofrimento da vítima. A invisibilidade do sofrimento possibilita que a injustiça e a violência cometidas

não sejam reconhecidas e averiguadas. E, nesse sentido, sempre será fundamental que as vítimas resistam e testemunhem (RUIZ, 2012, p. 77).

Alberto Moreiras, ao tratar do testemunho, utiliza como exemplo o texto de Davis Stoll (1999), *Rigoberta Menchú and Story of All Poor Guatemalans*, (*Rigoberta Menchú e a História de Todos os Guatemaltecos Indigentes*, em português), que discorre sobre o relato de Rigoberta Menchú dado à Elizabeth Burgos-Debray, na obra *Me Llamo Rigobeta Menchú y así me nació la consciência* (1985) (*Me chamo Rigoberta Menchú e assim me nasceu a consciência*), em que questiona se a posição do testemunho de Rigoberta seriam fatos verdadeiros ou a ficção de relato literário. Chegar a um veredicto significa compreender o papel do testemunho dentro da crítica literária, pois sendo um texto literário, sem compromisso com fatos, a obra de Burgos, antes vista como um passo em direção a novos parâmetros para o cânone literário, não representava o que se propunha. Para Stoll, o relato de Menchú deve ser visto apenas com valor literário (MOREIRAS, 2001, p. 250).

De acordo com o autor, o texto de Menchú deve:

[...] produzir ou reproduzir a invisibilidade, a fim de ser persuasivo como um testemunho, por outro lado, porém, a palavra de Menchú é suficientemente lúcida para fazer dessa (re)produção necessária da abjeção, que lhe dá um lugar para falar (...) Menchú parece dizer, nosso lugar vai permanecer desabitado por vocês, o verdadeiramente abjetos. (MOREIRAS, 2001, p. 271).

As falas de Menchú demonstram que os não habitantes de sua terra natal não são capazes de compreender o não dito, a indizibilidade de seu testemunho, pois estes não conhecem o segredo, que é a chave para entender o real, e estão excluídos do lugar textual de Menchú. É possível que o segredo não lhes seja revelado devido às grandes diferenças que impossibilitam sua compreensão (MOREIRAS, 2001, p. 271).

Para Ruiz (2012), a indizibilidade do testemunho se trata de uma lacuna deixada pelo essencial que não foi dito, o sofrimento vivido, presente em todo testemunho. O não dito traz à narrativa da testemunha um paradoxo: “o essencial do seu dizer não pode ser dito pela linguagem” (RUIZ, 2012, p. 80). As palavras não são capazes de dizer o que resta, o resto é o indizível. Não dizer o indizível

está além do desejo da testemunha, pois essa realidade se ancora nas experiências de sofrimento vivenciadas.

O valor da verdade foi enaltecido pelo racionalismo e pelo empirismo, e neste sentido, a questão da verdade, quando se refere ao testemunho, é tida como subjetiva, uma vez que se baseia na narrativa da testemunha, a qual pode ter o seu real valor questionado (RUIZ, 2012. p. 77).

1.3 ORALIDADE E *PERFORMANCE*

O espaço carcerário é, por sua finalidade, um ambiente privativo não apenas da liberdade, mas também da voz. É o espaço fronteiro entre liberdade e a sujeição. Para Zumthor (2001), a voz é a própria realidade, e não uma representação, ela é o real presentificado. Por meio dela, ouve-se a música, a poesia e o lamento. Assim, a voz, para a mulher privada de sua liberdade, surge como uma forma de ir além das barreiras físicas fixadas pelas grades. É a própria realidade que toma forma, pode ser ouvida e acessada. Falar é concretizar o pensamento, o desejo, o desabafo.

A oralidade foi uma ferramenta essencial para trazer à luz as subjetividades de cada narradora, pois, o:

[...] relato oral permite relacionar o passado com o presente de que participa o narrador, assim como pode criar – e de fato cria – uma expectativa de futuro. O relato guarda em si o potencial de articular, de modo dinâmico e efêmero, mas também intenso e rico, toda a temporalidade do sujeito que relata. (SOUZA, 2017, p. 121).

As histórias narradas revisitam o passado e buscam as memórias adormecidas que podem ser revividas, possivelmente ressignificadas, uma vez que é uma mulher adulta que revisita a infância e adolescência, o passado em liberdade que ficou atrás dos cadeados. É importante ressaltar que,

[...] na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. [...] A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão agora à nossa disposição no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. (BOSI, 1994, p. 55).

Todo esse processo tem por base o tempo presente, que é finalizado com uma nova assimilação do passado. Nesse sentido,

A experiência temporal é uma importante dimensão da existência humana, que por vezes nos custa compreender com clareza. Narrar o vivido permite ao ser humano dar sentido ao seu lugar no mundo, construir sua historicidade, tornar-se sujeito da história. (SOUZA, 2017, p. 121).

A compreensão do seu lugar no mundo pode ser verificada nas palavras de Lívia, ao referir-se ao uso de entorpecentes:

É a coisa que eu não recomendo pra ninguém, é uma coisa que hoje em dia quando eu lembro, eu me envergonho porque eu tento imaginá o que que a minha mãe passô, o sofrimento da minha mãe e das minha irmã. Então eu prefiro, eu penso em levá isso pra fora pra não tentá e não voltá mais naquele vício, naquela vida que eu tinha antes. É isso que eu penso. (LÍVIA, 2015).

Revisitando um passado no qual fez o uso de entorpecentes e que causou sofrimento a si e a sua família, Lívia expressa o desejo de manter-se longe das drogas e construir um futuro diferente para si. Deseja tornar-se sujeito de sua história.

Para ouvir a voz daqueles que pouco importam para a meio social, os princípios norteadores da História Oral serviram-nos muito bem. Nesse sentido, Philippe Joutard (1999) afirma que há três motivos que impulsionam o fazer da História Oral: ouvir a voz dos excluídos, extrair a luz de duras realidades e, por fim, testemunhar as situações de sofrimento extremo. Ou seja, ela está comprometida com a transformação das realidades mais precárias e das condições em que as pessoas vivem mais duramente, aquelas que não importam para os grandes centros e que estão à margem do consumo, aquelas que pouco ou nada produzem, como é o caso das mulheres em situação de prisão. Assim, concordamos com a afirmação de Sebe Bom Mehy ao explanar sobre o papel da História Oral:

[...] sabe-se que ela é, pelo menos, uma janela que deixa ventilar o ar puro do 'tempo presente' e que sem ele não se pode pensar a sociedade e os projetos de melhoria da vida coletiva com base em saber rigoroso e comprometido. (MEIHY, 2006, p. 194).

Ela cumpre função essencial como meio para que as narrativas cheguem até o ouvinte. Para Marcuschi (2005), a oralidade, ao lado da escrita, não deixará de existir, pois sempre será um grande meio de comunicação e expressão, de forma que também nunca será substituída por novas tecnologias. Embora as inovações modernas facilitem e aproximem as pessoas por meio da comunicação, a oralidade continuará a ser o meio primordial com o qual os indivíduos partilharão suas identidades.

A *performance* de cada narradora é parte importante na construção de imagens representativas do feminino. As pausas, o tom da voz, os gestos, as mãos entrelaçadas, a cabeça reclinada e até os silêncios que falam. Utilizaremos aqui, o conceito zumthoriano de *performance* entendida como “a ação complexa pela qual uma mensagem poética é simultaneamente, aqui e agora, transmitida e percebida” (ZUMTHOR, 2010, p. 31). Assim, cabe ao pesquisador/ouvinte/receptor a tarefa da análise desse ato performático, considerando tempo e espaço.

De acordo com Fernandes (2007), para haver o entrosamento do *performer* com a sua audiência é necessário que haja competência técnica, ou seja, uso do corpo e da voz e o domínio de códigos especiais. Por meio da interação social, é possível reunir no mesmo momento a rememoração do fato narrado, a transmissão e a escuta, permitindo ao ouvinte/leitor a possibilidade de chegar o mais próximo possível do evento narrado. O fato contado fascina pela interação entre corpo, gesto e palavras:

A *performance* é, então, um momento de fascínio, articulada pela mistura de códigos e diversidade linguística, envolvendo não somente pela fábula, mas também pela maneira como é transmitido. O olhar, o silêncio, o franzir da testa, as mãos, o riso, objetos próximos, sons guturais, a fala. A cabeça, tronco e membros. O corpo é um turbilhão de mensagens, que ressoa códigos impraticáveis na escrita. (FERNANDES, 2002, p. 28).

Nesse processo performático, o corpo do narrador exerce papel fundamental, pois por meio dele é possível sentir, reagir e até vibrar, de acordo com os textos a que se tem acesso (ZUMTHOR, 2007, p. 23). Zumthor se concentra nos efeitos do ambiente e do corpo presentes e ativos, pois a oralidade é muito mais que o som, optando por tratar a voz como algo que vai além da palavra (FERREIRA, 2007). A voz, corpo e ambiente, neste caso, um

estabelecimento prisional, se complementam no ato de narrar memórias e partilhar as vidas. Revisitar o passado supõe reconhecer-se, entender-se e possivelmente uma tentativa de e fortalecer a si própria.

Em meio às narrativas, as entrevistadas ora sorriram, ora se emocionaram, ora silenciaram. A cada passagem revisitada, um sentimento diferente era expresso. Pelo tom da voz foi possível acompanhar cada manifestação de sentimentos: a saudade dos pais ou filhos ausentes, como também a mágoa de si, por causar o distanciamento do outro ou outra pelas dores sofridas. Tanto os sorrisos quanto as lágrimas são importantes para auxiliarem a voz em suas narrativas, e nesse sentido é preciso também estar atenta ao que não é dito, mas é transmitido por meio de gestos e expressões. Esse exercício de oralidade resulta em um trabalho artesanal, onde a escolha e combinação das ações rememoradas e das vozes compõem uma ordem estética própria a cada *performance*, já que busca transmitir a simplicidade cotidiana.

As questões de ordem estética não podem ser apreendidas unicamente pelo aspecto formal, como muitas vezes se faz na literatura escrita. A forma de narrar é, por excelência artesanal. E isso não quer dizer que a palavra esteja totalmente despida de uma estética, ao contrário, aqui a apreensão do belo torna-se mais facilmente compreendida pela transmissão de saberes e de coisas simples do dia-a-dia. (FERNANDES, 2002, p. 15).

Os conceitos de oralidade primária e oralidade secundária desenvolvidos por Ong (1998) afirmam que as culturas com oralidade primária seriam aquelas que desconheciam a escrita ou impressão gráfica; e as culturas de oralidade secundária, aquelas conhecedoras e dependentes da escrita para se expressarem e em que os meios tecnológicos como o rádio, telefone, televisão são os meios de comunicação oral (ONG, 1998, 19). Preservar os conteúdos na memória, sem a ajuda do texto escrito, portanto, é um trabalho que exige bastante esforço, por isso os anciões são tão respeitados em suas comunidades, especialmente nas culturas onde predomina a oralidade primária.

O armazenamento e a manutenção desses bens culturais só são possíveis quando transmitidos de geração em geração. Dessa forma, as pessoas idosas e mestres em algum ofício e detentoras das experiências de vida e dos saberes eram respeitadas e valorizadas pelo bem valioso que possuíam. Sabemos que as narrativas, ao serem recontadas, muitas vezes sofrem

alterações com novos dados, em outras versões, porém preserva-se a essência. Permanece na narrativa aquilo que realmente importa e, neste contexto, as palavras assumem significados diversos, de acordo com uma situação específica. O cenário e a conjuntura em que a palavra é dita devem sempre ser considerados. Assim:

As palavras adquirem significados somente de seu hábitat real sempre constante, que não consiste meramente, como num dicionário, em outras palavras, mas inclui também gestos, inflexões vocais, expressão facial e todo o cenário humano e existencial em que a palavra real, falada, sempre ocorre. Os significados da palavra nascem continuamente do presente, embora os significados passados obviamente tenham moldado o significado presente em muitos e diferentes aspectos, já não reconhecidos. (ONG, 1988, p. 58).

Para Zumthor (2010), a oralidade se distingue em três categorias: a oralidade primária, que não possui contato com nenhum tipo de escrita; a oralidade mista, que se refere ao tipo de oralidade que conhece a escrita, porém não é influenciada por ela; e por fim, a oralidade secundária, em que há a presença de uma cultura letrada, onde é visível a presença da escrita. A oralidade mediatizada é aquela que chega até o ouvinte/expectador por meio do acesso aos aparelhos de rádio, televisão, computadores e meios eletrônicos. A voz mediatizada, ao tempo em que atinge inúmeras pessoas, não possui uma personalidade, pois é constantemente reiterada (ZUMTHOR, 2010). Assim, pode-se ouvir diversas vezes a mesma voz e, a cada vez, lugar e ouvinte não serão os mesmos.

Pierre Lévy (2010) também fez uma categorização da oralidade, dividindo-a em três momentos. O primeiro momento corresponde ao tipo de oralidade ligada à memória e a ausência da escrita. Esse nível de oralidade teria como função manter a memória social, especialmente com a transmissão de informações, tradições e conhecimentos de uma cultura, assim como poesias, mitos e lendas. Essa transmissão possibilita a perpetuação do saber, e a conservação da tradição. O segundo momento é o da oralidade “relacionada a um estatuto da palavra que é complementar ao da escrita, tal como o conhecemos hoje” (LÉVY, 2010, p. 77). Ela sofre interferências da oralidade primária assim como da escrita. Por meio dela, o discurso oral deixa de ser exclusivo do local de sua criação e passa a alcançar outros ambientes e também

outros ouvintes/leitores, sendo possível ler e reler para obter a compreensão do discurso. O terceiro momento, para Lévy, é chamado de mediatizado e está ligado às tecnologias digitais. A oralidade é difundida por meio da “Rede Digital”, o que possibilita que diversas pessoas em lugares variados possam acessar, ao mesmo tempo, imagens e ondas sonoras que se encontram reunidas e guardadas na rede mundial de comunicação.

Seja de forma primária, secundária ou mediatizada, a oralidade é a responsável por manter o saber e a cultura vivos. A cada vez que são recontados, eles se atualizam e se perpetuam. E mesmo depois do aparecimento da escrita, a oralidade continua a ser preservada. Ela é frequente na lembrança das entrevistadas, como no caso da narradora Vanuza, que ao ser indagada se havia, em sua infância, a presença de algum adulto que lhe contava histórias, relata:

Lembro. Da minha finada avó. A vida dela era contá história, de quando morava na Bahia, que é assim, a minha família é toda misturada, índio, baiano, mineiro, é uma mistura, sabe? Então, minha vó era baiana, ela sempre contava que o pai dela, das comida que ela aprendia a fazê naquelas tacha de barro, várias coisas assim, que marcô a vida dela e que ela aprendeu ela ia contando pra gente. Aí pra mim e pros meus otro irmão que ela contava. (VANUZA, 2014).

A presença da avó que conta histórias sobre os costumes e as comidas típicas de sua cultura possibilita que haja uma transmissão dos conhecimentos ancestrais para os novos membros da família, e estes poderão passar o conhecimento adiante.

É importante ressaltar que as memórias que Vanuza guarda de sua avó trazem presente a história da formação de sua família, o que ela denomina como uma mistura. Essa miscigenação de culturas, comum ao povo brasileiro, é bastante rica em costumes, hábitos alimentares, entre outros, e foi esta riqueza de saberes que a avó de Vanuza transmitiu aos descendentes.

Da mesma maneira, na infância de Rosa houve a presença da avó. De ascendência indígena “pura”, a avó lhe ensinou os saberes das plantas medicinais:

Rosa: [...] as muié que se benzia cum ela, era tipo assim, pra dor de cabeça, pra dor é [...] dor no rim, muié que dizia desregulada

tamém, mulher que passo pobrema de coisa assim por dento, umas coisa lá num sei como é que ela falava, intão, ela me falava as coisa no mato, isso aqui é pra tal coisa, isso aqui é pra tal, isso aqui é pra tal coisa.

E: Ela era indígena?

Rosa: Minha vó era indígena pura, aí ela falava pra mim assim, então quando passo muita gente em casa, e eu pidi pra você um remédio, o remédio é esse [...] intão, o nome do remédio é tudo em guarani, eu num sei nenhuma em português. Ela falava esse aqui é tal, esse aqui é tal, esse aqui é tal, esse aqui é tal, aí quando chegava uma pessoa em casa assim, falava assim dona A, por isso que eu ponhei o nome da minha fia de A, dona A eu tô assim, assim, assim, ela vai lá minha fia buscá aquele remédio assim, assim e eu ia, busca pra ela, né?, aí ela fazia o benzimento dela, ela fazia o benzimento dela assim, no entardecê do sol, e, dia de sexta-fera, benzimento [incompreensível] era com ela, benzia só uma vez e já sarava, intão minha vó era muito [...], e minha vó era partera tamém, a minha finada avó, intão [...] ela assim, eu mesma assim quando tinha alguma eu num procuro muito remédio eu tomo [...] um remédio assim pra dor de cabeça, se não tive eu procuro assim, eu vô mais nos remédio jujo sabe? Que ela me passo, que eu sei que é bom.

E: Remédio o quê?

Rosa: Remédio jujo que a gente fala.

E: Jujo?

Rosa: É. Aí a gente faz um tereré, que a gente toma muito tereré, põe no tereré ou põe no chimarrão, fai um chá né? Agripinça e tal.

E: E ela passava um raminho?

Rosa: É, ela passava um raminho na cabeça, aí tipo assim, ela dava um nozinho e jogava pra trás e num olhava, dava um nozinho, jogava pa trás e num olhava, fazia assim três vez, aí a pessoa virava de costa, ela benzia de costa aí fala “agora cê pode i”, era, minha vó era benzedera, melhor benzedera que existia era ela e ela morreu de câncer, a minha finada vó. (ROSA, 2015).

As qualidades de benzedeira e vasta sabedoria para curar por meio dos benzimentos e uso de ervas medicinais e a pureza de sua ascendência são motivos de orgulho para Rosa. A avó era alguém que detinha conhecimentos importantes e capazes de restaurar a saúde das pessoas, fato que a torna alguém especial. Rememorar algo bom do passado dá a ela a oportunidade de trazer a avó, já falecida, para perto de si, por meio de suas lembranças.

A infância de Amália também contou com a presença de uma voz feminina. As histórias durante fugas em período de guerra faziam parte do repertório da avó⁵:

Amália: Ela contô muito como que eles passava, vinha, se escondendo, veio cum bando de mulher, ela contava [...], isso aí ela contô bastante pra nós, como é que era a vida depois da fugida da guerra. Meu pai fugiu, disse que da guerra [...]. Aí ela contava que [...] quando sabia que vinha os homi pra atacá, eles curria, se escondia numa casa só, aquele bando de mulhé, e, fugia, ichi! Muito feio aquilo lá, hein?!

E: Passou necessidades?

Amália: Hunhum. É, porque tinha que ficá escondida né? Um bando de muié, ficava tudo junta assim, se escondendo [...]

E: Dentro do Paraguai? [...]

Amália: Lá no Paraguai. Depois que eles vieram embora pra cá. Aí contava o que a mãe dela passou. A mãe dela da parte dela eu já não conheci mais, nem o pai, nem a mãe, só do [...], do finado meu pai que eu conheci, morô um tempo com nós ainda, a veia, o veio já tinha morrido também.

E: E ela contava?

Amália: Contava, só que eu num lembro direito aquilo lá, eu era nova ainda, né? Eu num lembro direito dela, eu só lembro o que minha avó contava, meu pai também, quando tava de boa, contava, como é que ele fugiu da guerra a cavalo pelos mato. Tudo era de cavalo naquela época, meu pai dixe que nem existia direito carro, sei lá. Sei que minha mãe acabô vindo já do Cati [...], do tal do Cativi pra cá.[...] Sofreram. Do jeito que ela conta sofreram muito viu? Ela falô que ficava dia, da quando discubria que ia pra'quele lado eles tinha que i pra otro canto. Ela falô que chegava gente batendo assim na porta, era cum arma, e, eles tinha que fugi. (AMÁLIA, 2015).

Podemos verificar que questões históricas, comidas típicas e costumes dos antigos também fazem parte do repertório familiar que, de geração em geração, é transmitido pela prática da oralidade. Ao falar sobre os tipos de alimentação ou as dificuldades da vida durante após revoluções, estas mulheres não contam apenas histórias, mas também reforçam as crenças e os valores que norteiam suas famílias. A sabedoria e tradição cultural familiares são assimiladas e posteriormente transmitidas. E a oralidade, segundo Le Goff (2003), consiste

⁵ É possível que a avó da entrevistada tenha se referido ao conflito armado que ficou conhecido como a Guerra do Chaco, entre Paraguai e Bolívia, de 1932 até 1935. Foi o maior conflito armado da América do Sul no século XX, deixando um saldo de 60 mil bolivianos e 30 mil paraguaios mortos; a Bolívia foi derrotada e perdeu parte de seu território.

na forma como uma pessoa expressa as suas lembranças, aciona a sua capacidade psíquica para recordar e entrar em contato com o passado.

É possível notar que das quatro narradoras, três ouviram histórias de suas avós na infância. São anciãs transmitindo oralmente as histórias da família e conhecimentos tradicionais. Nesse sentido, é possível concluir, que a oralidade é o instrumento que torna possível a transmissão das memórias, muitas delas soterradas em meio ao esquecimento. A identidade de cada narradora vai se delineando e se constituindo ao passo que a narrativa se consolida. Os sons, silêncios e gestos expressam os sentimentos que foram vividos no passar do tempo e agora emergem em companhia das memórias revisitadas.

2 A MULHER E SUAS REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS, CULTURAIS E MUDIÁTICAS

As mulheres pouco tiveram lugar de destaque na história, e tratando-se de registro escrito, essa presença é ainda mais apagada. No entanto, quando elas se desviam dos padrões e regras estabelecidas, passam a ser usadas como exemplo a não ser seguido, e as punições tornam-se meios para intimidar e desencorajar aquela que pense em descumprir as normas impostas. A ideia inicial, para este capítulo, era trazer à luz personagens literárias que estiveram encarceradas, no entanto pouquíssimas foram encontradas, sendo muitas dessas mulheres presas políticas. Sendo assim, detivemos-nos em relatos, literários ou não, de mulheres que se desviaram das normas sociais de suas épocas, criminosas ou incriminadas.

A noção de crime, desde o *Malleus Maleficarum*, manual dos inquisidores da Idade Média, que era utilizado com o propósito de identificar, processar e punir bruxas, foi a primeira sistematização do discurso criminológico. Passou por modificações com diferentes discursos, no entanto depois dele:

[...] se constrói o mais perfeito e coordenado discurso, não somente de exclusão ou limitação da participação feminina na esfera pública, mas de sua perseguição e encarceramento como pertencente a um grupo perigoso. (MENDES, 2014, p. 28).

Ou seja, desde então, a postura feminina que se insere nos conceitos criminológicos está fadada à punição e à exclusão. As prisões são o destino inevitável para ela.

Para a ativista Angela Davis (2019), as prisões são um consenso na maior parte do mundo, como um ambiente onde uma pessoa condenada por um crime deva permanecer e, desse modo, se tornar algo inevitável e naturalizado, como parte da vida social. Nesse sentido, não se questiona a existência desses lugares, ainda que eles violem princípios básicos para a existência digna da pessoa e punam seletivamente os sujeitos, segundo um viés elitista e racista.

A prisão, dessa forma, funciona ideologicamente como um local abstrato no qual os indesejáveis são depositados, livrando-nos da responsabilidade de pensar sobre as verdadeiras questões que afligem essas comunidades das quais os prisioneiros são

oriundos em números tão desproporcionais. Esse é o trabalho ideológico que a prisão realiza – ela nos livra da responsabilidade de nos envolver seriamente com os problemas de nossa sociedade, especialmente com aqueles produzidos pelo racismo e, cada vez mais, pelo capitalismo global [...] A prisão se tornou um buraco negro no qual são depositados os detritos do capitalismo contemporâneo. (DAVIS, 2019, p. 17).

Pensar as necessidades das comunidades em que vivem as pessoas que são a grande maioria nas prisões deveria ser, antes de tudo, a maior preocupação do Estado para que se rompa com o ciclo de marginalização e encarceramento. No entanto, para o Estado, a prisão se presta ao papel de tornar invisíveis os problemas e a necessidade de resolvê-los, funcionando como uma grande peneira ao tentar esconder o sol das misérias sociais e mazelas do sistema penitenciário.

É urgente que surjam novas formas de pensamento em que a naturalização das prisões como formas de punição não seja a primeira opção. Segundo Davis (2009), considerando o contexto norte-americano onde ela atua como ativista, as penas alternativas deveriam ser substituídas por alternativas à prisão, como o investimento em educação e escolas revitalizadas, um sistema de saúde que atenda às demandas físicas e mentais de maneira eficiente e eficaz, programas para auxiliar pessoas com dependência química que queiram tratá-los, acompanhado da descriminalização de ações relacionadas ao uso de entorpecentes, além de novas formas de distribuição de renda e da construção de um sistema de justiça que incentive a reconciliação e a reparação (DAVIS, 2019). Tais alternativas devem ser pautadas no combate às estruturas preconceituosas de dominação, de racismo, homofobia e de dominação masculina, que asseguram a existência das prisões (DAVIS, 2019, p. 117).

2.1 AS PRISÕES FEMININAS COMO REFLEXO DO PATRIARCADO

Os espetáculos sanguinários em praça pública, em que os vagabundos, pobres, prostitutas e malfeitores em geral eram o alvo, cujos corpos eram destroçados sob o olhar de uma plateia, com a intenção de purgar a maldade que continham, servindo como afirmação da aplicação da justiça, já não existem mais. Em seu lugar, surgem silenciosamente as prisões, espaços onde, ao menos hipoteticamente, sejam possíveis a reeducação e a transformação desses indivíduos em sujeitos úteis ao sistema social. O cárcere passa a ser entendido como meio para a transmutação de delinquentes em cidadãos produtivos. (GIORGI, 2006, p. 27).

A prisão nasce como instrumento da biopolítica, a articulação de grupos humanos, do corpo disciplinado com a alocação de forças direcionadas à ação produtiva, proveitosa e certamente lucrativa. O espírito “correcional”, que fundamenta a criação das prisões, tem por base o controle social disciplinar, que associa a força de trabalho, antes ociosa, em força obediente e útil.

Os malefícios decorrentes das prisões são muitos e, embora cientes de todo o prejuízo nascido da pena privativa de liberdade, é possível constatar que: “Conhecem-se todos os inconvenientes da prisão, e sabe-se que é perigosa, quando não inútil. Entretanto, não ‘vemos’ o que pôr em seu lugar. Ela é a detestável solução, de que não se pode abrir mão” (FOUCAULT, 2010, p. 218). Aos que trilham pelo caminho da criminalidade, serem confinados em espaços inóspitos é como serem tirados da cena de uma peça teatral, em que eles nunca atuaram. Ou seja, prende-se para ressocializar pessoas que, possivelmente, nunca usufruíram dos direitos básicos assegurados em lei, nunca estiveram, de fato, socializados. Para estes, quando cometem delitos, não há outro espaço possível senão o do cárcere.

A primeira prisão feminina de que se tem notícia foi inaugurada em 1597, em Amsterdã, na Holanda, e tornou-se modelo em diversos países da Europa, no entanto muitos desses estabelecimentos foram acusados de obrigarem as mulheres a se prostituírem, além de também haver homens no interior das celas (ANDRADE, 2011, p. 22). No Brasil, a primeira prisão feminina foi inaugurada em 1937, em Porto Alegre (RS), conhecida por Instituto Feminino de Readaptação Social. Depois, em 1941, surgiu o Presídio de Mulheres de São

Paulo, no bairro Carandiru, e em 1942, a Penitenciária Feminina do Distrito Federal em Bangu, no Rio de Janeiro, sendo esta última administrada por freiras da Congregação de Nossa Senhora do Bom Pastor d'Angers (ANDRADE, 2011).

A separação entre homens e mulheres presos ocorreu após o jurista Lemos Brito se inteirar de um estudo sobre a situação penosa das mulheres nesta situação, mas esse não foi o único motivo para a construção de um local apenas para mulheres:

A ciência penitenciária tem sustentado sempre que as prisões de mulheres devem ser inteiramente separadas das destinadas a homens. É que a presença das mulheres exacerba o sentimento genésico dos sentenciados, aumentando-lhes o martírio da forçada abstinência (ANDRADE, 2011, p. 57).

Ou seja, o bem-estar dos homens e a preservação da paz nas unidades penais masculinas foram fatores que motivaram a separação dos sexos. A abstinência forçada imposta aos homens é tida como um martírio, sem considerar os transtornos e contrariedades impostas às mulheres presas naquele local. É possível verificar que não se pensou, naquele momento, em conceder às mulheres um local onde pudessem cumprir suas repressões corporais com dignidade, mas em tirá-las de perto dos homens, objetos de tentação que poderiam causar transtornos à rotina prisional.

De fato, é um sentido de preservação da paz e segurança interna do presídio masculino que está na raiz da criação da prisão feminina, muito mais que uma genuína preocupação com o prisioneiro, ou seja, o princípio da separação legal da massa carcerária por sexo é um princípio relativo à ordem interna da prisão masculina [...] O princípio da separação vem então interferir sobre uma realidade, já secular, onde vigorava seu oposto; além da promiscuidade sugerida pela coabitação num mesmo cárcere, de homens e mulheres, não existia nenhuma separação determinada pela natureza do crime: condenadas, processadas e detidas viviam no mesmo recinto. (FARIA, 2010, p. 6073).

A administração da penitenciária entregue nas mãos de religiosas revela que, considerando o pensamento conservador, esperava-se que as freiras fossem capazes de “transformar mulheres criminosas em mulheres obedientes, ordeiras, caridosas, que voltassem a sua sexualidade para o marido e para a procriação dos filhos, por fim, que fossem devotas às suas famílias” (BARROS,

2016, p. 25). Além de vigiar a sexualidade das apenadas, as administradoras também tinham a função de ensinar práticas voltadas ao ideal feminino de docilidade, passividade, dedicação à família e às atividades domésticas.

As prisões femininas no Brasil remontam ao século XIX, ainda no período imperial, com a notícia de que 187 mulheres escravas estiveram presas (SOARES; ILGENFRITZ, 2002). Os objetivos teóricos da pena privativa de liberdade se propõem a reeducar o criminoso, levando-o ao arrependimento e ao desejo de não voltar a delinquir, porém as consequências da privação de liberdade são diferentes daqueles pretendidos. Ainda assim, a premissa de que as prisões nasceram com o objetivo de recuperar o delinquente e disciplinar o corpo, assim como de manter a constante vigilância sob a massa carcerária, é o que se tem verificado o decorrer do tempo (FOUCAULT, 1987).

Desde o seu surgimento até as políticas punitivas atuais, as prisões modificaram a estratégia de linha de produção semelhante a uma fábrica, pois nos dias de hoje “as tecnologias do disciplinamento não são mais um instrumento eficaz de controle e governo da dissipação e do desperdício da força de trabalho” (GIORGI, 2006, p. 28). Outras estratégias são empregadas para controle das novas classes que ameaçam a ordem social. A constante vigilância, chamada por Wacquant (2001) de social panoptismo, a segregação urbana e a contenção carcerária são os expedientes empregados para neutralizar as comunidades consideradas mais propensas ao cometimento de ilícitos, assim como para prevenir os possíveis riscos. As prisões foram criadas para não serem vistas, e não somente para afastar as pessoas da sociedade, mas para que a sociedade não veja o que ocorre por detrás das muralhas.

As prisões femininas são um reflexo da forma como as mulheres são tratadas pela sociedade. Na maioria das vezes são espaços caóticos, adaptados, e tais improvisos são justificados pela baixa periculosidade representada pelas criminosas. Para a socióloga Elaine Pimentel (2016, p. 169):

As prisões femininas, mecanismos sofisticados de controle dos corpos das mulheres, tendem a reproduzir essa opressão, e dificilmente são planejadas, estruturadas e geridas a partir das demandas das mulheres, na sua pluralidade e diversidade.

É a reprodução da inferioridade com a qual é mulher é vista. Negar a existência das especificidades femininas é também uma forma de violência que

o Estado comete contra as mulheres. O público das prisões femininas são as mulheres que não se encaixam nos padrões sociais estipulados pelo patriarcado, ou seja, aquelas que se desviam das normas, questionam e contrariam modelos de conduta.

Não raro, após a prisão, muitas mulheres são esquecidas pelas pessoas que deixaram fora. O dia de visitas, o mais esperado da semana, se por um lado é de alegria para algumas, para a maioria é a certificação de que não foram lembradas. O distanciamento provocado por essa ruptura com o mundo externo fragiliza profundamente as relações afetivas, especialmente com os filhos e companheiros.

A maternidade passa a ser exercida precariamente e as relações amorosas passam por reconfigurações, o que pode ser notado por meio dos relacionamentos homoafetivos, muito comuns, iniciados na prisão. A partir da prisão, além das questões pessoais e afetivas, é também necessário aprender a lidar com a constante vigilância. Se, de uma forma, se tornam invisíveis perante a sociedade, os familiares, amigos e entes queridos, de outra, são monitoradas por 24 horas pelo sistema penitenciário. Precisam aprender a conviver com essa nova realidade: constantemente vigiadas e, ainda assim, ignoradas.

Ali se encontram, em sua maioria, mulheres negras, pobres, com pouca ou nenhuma escolarização, de todas as idades, vindas de vários lugares do país. Em comum, está a não aceitação das normas sociais, o desvio da ordem. Por algum motivo, não desempenharam os papéis que a sociedade já havia estabelecido. Tal rebeldia às leis opõe-se ao que se espera delas: um comportamento pacífico, “estagnante como um belo lago submisso, passiva, amorosa, quieta, instintiva e paciente” (PERROT, 1988, p. 188). Ao serem violentas, frias, estelionatárias, assassinas, distanciam-se do ideal desejado, e dessa forma, tornam-se merecedoras de punições e correção.

Os cárceres brasileiros são conhecidos como escolas do crime e também por não cumprirem o seu papel ressocializador, ou seja, além de não ressocializar, devolvem para a sociedade alguém com mais conhecimentos relacionados a crimes e contravenções. Nesse sentido, as prisões femininas se encontram em situação ainda mais caótica: por serem preteridas e vistas como pouco perigosas, possuem poucos investimentos, de modo que não requerem

equipamentos ou número suficiente de policiais penais. Um incômodo a mais para o sistema prisional brasileiro.

É recorrente ouvirmos críticas muito bem fundamentadas sobre o sistema carcerário e sobre o cotidiano dos presidiários, porém, se analisarmos com mais cautela, notaremos que a situação vivenciada pelas mulheres reclusas é ainda mais excludente do que a vivenciada pelos homens na mesma situação (HELPEZ, 2013, p. 182).

As prisões são vistas da mesma forma machista com a qual as mulheres também são tratadas. Nelas, há uma reprodução da prisão masculina, os uniformes unissex, a configuração das celas, o espaço para banho de sol, em muitas delas não há creches ou celas berçários, e aquelas que possuem, em sua maioria, são espaços improvisados.

Certamente por violar as regras implícitas ao projeto patriarcal de sociedade, a prisão é um não-lugar para as mulheres. É o destino da sua custódia pelo cometimento de um delito, mas não é estruturada a partir de suas demandas. As prisões femininas são, portanto, em essência, uma violência de gênero exercida pelo Estado patriarcal sobre as mulheres. (PIMENTEL, 2016, p. 176-177).

Embora seja crescente o número de mulheres presas envolvidas em diversos tipos de condutas criminosas, e não apenas aqueles que, no passado, eram atribuídos como crimes femininos⁶, elas ainda não são vistas com a importância devida:

[...] a elas é destinado o que sobra do sistema prisional masculino: presídios que não servem mais para abrigar os homens infratores são destinados às mulheres, os recursos destinados para o sistema prisional são carreados prioritariamente para os presídios masculinos e, além disso, os presos masculinos contam sempre com o apoio externo das mulheres (mães, irmãs, esposas e ou companheiras), ao tempo que as mulheres presas são abandonadas pelos seus companheiros e maridos. Restando-lhes, apenas, a solidão e a

⁶ Pode-se dizer que os crimes tidos “femininos”, como infanticídio, aborto, prostituição, abandono de crianças, assassinato dos companheiros ou cúmplices de seus companheiros, consideram características físicas e psicológicas da mulher, tais como a passividade, fragilidade física, docilidade, maternal, presença no ambiente doméstico. Esta definição difunde conceitos deterministas semelhantes aos de Lombroso (LOMBROSO; FERRERO, 1893) e que não correspondem à realidade analisada (ALMEIDA, 2000).

preocupação com os filhos que, como sempre, ficam sob sua responsabilidade. (BRASIL, 2008).

Ainda que o número de internas seja menor que o de homens, tal fato não deve ser argumento para que os direitos das mulheres presas sejam violados (SANTORO; PEREIRA; LARA, 2018, p. 90). É possível verificar, nas legislações vigentes, iniciativas para que as diferenças de gênero sejam respeitadas e os demais direitos sejam resguardados, porém, na prática, ainda há muito a ser feito, e muitas ações a serem efetivadas.

As mulheres em situação de prisão têm demandas e necessidades muito específicas, o que não raro é agravado por históricos de violência familiar e condições como a maternidade, a nacionalidade estrangeira, a perda financeira ou o uso de drogas. Não é possível desprezar, nesse cenário, a distinção dos vínculos e relações familiares estabelecidos pelas mulheres, bem como sua forma de envolvimento com o crime, quando comparados com a população masculina, o que repercute de forma direta as condições de encarceramento a que estão submetidas. (BRASIL, 2016, p. 9).

Entre tantos crimes, o tráfico de drogas é um dos maiores causadores do aumento no número de prisões:

Os delitos mais comuns entre as mulheres são aqueles que podem funcionar como complemento de renda. [...], tráfico de entorpecentes lidera o ranking de crimes femininos todos os anos no Censo Penitenciário. Os próximos da lista, e para os quais vale o mesmo raciocínio, são os crimes contra o patrimônio, como furtos e assaltos. Os crimes cometidos por mulheres são, sim, menos violentos; mas é mais violenta a realidade que as leva até eles. (QUEIROZ, 2015, p. 34).

Assim, a realidade que concorre para que o crime seja uma opção é tão desprovida de atenção e direitos quanto o cárcere.

No âmbito da justiça criminal, ao longo de muitos anos, a ONU tem se empenhado em editar resoluções que visam prevenir crimes nos sistemas de encarceramento, tais como: as Regras Mínimas para Tratamento de Reclusos, conhecidas como Regras de Mandela, que é um conjunto de princípios para a proteção de todas as pessoas submetidas a qualquer forma de detenção ou prisão; Regras Mínimas das Nações Unidas Sobre Medidas Não Privativas de Liberdade, conhecidas como Regras de Tóquio, princípios básicos sobre a

utilização de programas de justiça restaurativa em matéria criminal. Sobre a condição da mulher presa, foram editadas as Regras das Nações Unidas Para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade Para Mulheres Infratoras ou Regras de Bangkok.

Estas regras consideram prioritariamente o gênero feminino em sua totalidade, pois:

Propõem olhar diferenciado para as especificidades de gênero no encarceramento feminino, tanto no campo da execução penal, como também na priorização de medidas não privativas de liberdade, ou seja, que evitem a entrada de mulheres no sistema carcerário (BRASIL, 2016, p. 10).

Elas compõem um conjunto de 70 regras, divididas em diversas recomendações, que visam atender integralmente às necessidades da pessoa presa, contemplando, em especial, a condição feminina no cárcere.

A primeira regra refere-se ao princípio da não discriminação e do respeito às diferenças religiosas e culturais de cada pessoa presa, durante o tempo de reclusão. As regras seguintes reportam a mulheres com filhos, para que elas possam definir com quem seus eles deverão permanecer. No momento do preenchimento da ficha de inclusão elas devem informar acerca dos filhos, como a quantidade e onde estavam antes da prisão, em contrapartida deverá obter informações acerca deles e de seus paradeiros.

As regras 3, 24, de 48 a 52 e 64 orientam para o tratamento de mulheres com filhos, gestante ou no momento do parto, circunstância em que jamais elas deverão estar algemadas; seja antes, durante ou imediatamente após o parto.

A regra de número 15 preocupa-se com as mulheres com envolvimento com drogas, seja como pessoas que transportam e comercializam, seja como dependentes de entorpecentes, enfatizando a necessidade de oportunizar tratamentos considerando os diversos contextos de vivência da mulher antes e durante a prisão.

Em relação ao direito de receber a visita de familiares e amigos, as regras 19, 20 e 21 dão enfoque ao procedimento de revistas íntimas, expediente utilizado em diversas unidades penais para os visitantes, ante ao ingresso para visitação. Os procedimentos deverão assegurar a dignidade e o respeito, sendo, quando possível, permitido substituir as revistas pelo uso de escâneres e outros

métodos menos invasivos. Em relação aos policiais penais, estes deverão demonstrar competência e profissionalismo e externar respeito para com os visitantes, especialmente quanto às crianças.

As regras 26, 27 e 28 reforçam a importância da manutenção dos laços afetivos por meio de contatos diversos e de visitas. Entre as narradoras, apenas uma delas, Lívia, recebia visita mensalmente, e era quando podia ver sua mãe e as filhas menores. Já Amália e Rosa recebiam visitas esporadicamente, enquanto Vanuza, desde a sua prisão, não via os pais e irmãos.

A saúde física e mental também é tida em consideração por meio das regras de 6 a 18. A bibliografia consultada aponta para uma alta taxa no uso de medicação controlada nas cadeias femininas. Segundo a Coordenadora da Pastoral Carcerária Nacional para a questão da mulher presa, Heidi Ann Cerneka (2013):

Mulheres em conflito com a lei, muitas vezes, têm múltiplas e complexas necessidades, com altas taxas de distúrbios de saúde mental, violência doméstica, vitimização e dependência química e são três vezes mais susceptíveis à automutilação que os homens.

Esta é uma das justificativas para taxas acima do normal para o uso de medicação.

A capacitação dos funcionários deve ser apta a colocá-los em condição de atender às necessidades especiais das presas para sua reinserção social, bem como treinamento sobre as necessidades específicas das mulheres e direitos humanos das presas, cuidados com a saúde, necessidades de desenvolvimento das crianças que estiverem presentes com as mães, capacidade de detecção de cuidados com a saúde mental e o risco de lesões autoinfligidas e suicídio. (OLIVEIRA, 2017).

As regras 57 e 62 concordam que os crimes praticados por mulheres, na maioria das vezes, são menos violentos, com baixo potencial ofensivo. Dessa forma, as penas alternativas podem ser uma opção, ao invés da pena de privação de liberdade. A prisão somente deve ser utilizada quando o delito for considerado violento ou grave e a liberdade da infratora implicar em perigo para a sociedade.

As últimas orientações, de 67 a 70, citam que ainda há poucos estudos e pesquisas referentes às mulheres presas e à situação das unidades penais. A falta de dados precisos sobre o tema dificulta a implementação de políticas públicas que atendam às carências e urgências das mulheres em situação de prisão. Estes estudos auxiliam na compreensão de como os delitos são praticados, qual a motivação para entrarem em conflito com a justiça, bem como qual o impacto da criminalização secundária e todos seus devires, como quantas crianças são impactadas negativamente com a prisão de suas mães (OLIVEIRA, 2017). Elas finalizam ressaltando a importância de programas de capacitação sobre as novas orientações que objetivam conscientizar e sensibilizar acerca das disposições a serem implementadas pelos agentes públicos.

Embora haja alguns esforços para criação e aplicação de leis e normas, para que a pena privativa de liberdade cumpra o seu papel, há um abismo entre as previsões legais e a realidade do cárcere. Para Braga (2015):

Longe da soberania da lei, o chão da prisão é feito de violações de direitos, que caracterizam o passado e o presente do sistema prisional brasileiro e se acentuam em relação às mulheres encarceradas. (BRAGA, 2015, p. 531).

Tal realidade condena mulheres e crianças nascidas no cárcere à invisibilidade e a precarização do acesso aos direitos básicos.

A pouca efetividade das leis e a criação das normas de Bangkok conduzem ao seguinte questionamento:

Porque as Regras?

Porque mulheres ainda dão a luz algemadas; porque crianças ainda ficam desamparadas quando a mãe está presa; porque muitas mulheres ainda cumprem pena longe de suas famílias, sem visita e sem direito de telefonar para seus filhos; porque as mulheres ainda estão recolhidas em unidades de segurança máxima quando seu delito poderia ser respondido em liberdade ou sua pena poderia ser uma pena alternativa à prisão; e porque, muitas vezes, as mulheres ainda são tratadas como homens nos presídios, mas que por acaso precisam de absorventes. (CERNEKA, 2010).

Apesar dos esforços para que as Regras de Bangkok sejam observadas em todas as unidades penais, especialmente onde haja mulheres presas, os números provam que há muito a ser feito. Segundo informações do Sistema de

Informações do Departamento Penitenciário Federal (SISDEPEN), a população carcerária brasileira, em dezembro de 2019, era de 755.274, sendo 36.929 mulheres sob a custódia do sistema penitenciário, espalhadas em 114 unidades penais femininas e 277 mistas. Destes estabelecimentos, apenas 70 possuem celas adequadas para gestantes, 55 contam com berçários para bebês com até 2 anos e há apenas 13 possuem creches e espaços pedagógicos (SISDEPEN, 2019).

Uma breve leitura dos dados revela o quanto as questões masculinas estão severamente imbricadas nas unidades penais femininas, ou seja, as marcas do patriarcado estão presentes em toda a parte. Para Pimentel (2016, p. 172-173):

[...] a custódia feminina apresenta características peculiares ao controle exercido sobre as mulheres, em culturas fortemente marcadas pelo patriarcado, pois o exercício do poder punitivo, diante do cometimento de crime por uma mulher, representa mais do que a retribuição pela violação de uma norma jurídico-penal ou pelos danos causados a alguém; trata-se de uma reprimenda pela transgressão de normas de gênero que situam mulheres nos espaços domésticos, com papéis bem definidos e limitados. Certamente por violar as regras implícitas ao projeto patriarcal de sociedade, a prisão é um não-lugar para as mulheres. É o destino da sua custódia pelo cometimento de um delito, mas não é estruturada a partir de suas demandas. As prisões femininas são, portanto, em essência, uma violência de gênero exercida pelo Estado patriarcal sobre as mulheres.

A influência do patriarcado nas prisões femininas se manifesta por meio dos discursos de legitimidade, que revelam certa preocupação em trazer benefícios sociais decorrentes de soluções embasadas na punição, por meio das penalizações. Estas punições são entendidas como uma retribuição ao delito cometido, onde também está presente a ideia de devolver à sociedade uma mulher melhor do que aquela que ingressou na prisão: ressocializada, reintegrada e reeducada. Porém, a natureza da pena privativa de liberdade que discrimina, estigmatiza e impossibilita a mulher de exercer a sua feminilidade é incompatível com tais objetivos (PIMENTEL, 2016).

Nesse sentido, negar o direito à feminilidade para as transgressoras é também uma atitude punitiva, uma vez que, de acordo com Queiroz (2015, p. 56), “Para o Estado e a sociedade, parece que existem somente 440 mil homens

e nenhuma mulher nas prisões do país. Só que, uma vez por mês, aproximadamente 28 mil desses presos menstruam”. Esta condição não há como aniquilar.

Em *Presos que menstruam* (2015), a Jornalista Nana Queiroz expõe uma realidade bastante dura para as presidiárias, que na ausência de absorventes, item básico de higiene, são obrigadas a usarem miolo de pão, pedaço de pano ou papel higiênico, o qual é preciso trocar a cada 20 minutos, no caso de mulheres com fluxo menstrual maior, fato que torna inviável a prática de qualquer atividade como estudo e trabalho.

Em outubro de 2021, um trecho da lei nº 14.214/21, que previa a distribuição gratuita de absorventes higiênicos para menstruantes carentes, moradoras de ruas, encarceradas, entre outras, recebeu veto presidencial, pois “apesar da meritória, a proposta contraria o interesse público”. Assim, as encarceradas permanecem à mercê da sorte. É crescente o debate sobre as consequências da pobreza menstrual, que vão desde doenças causadas pela utilização de materiais inadequados até a falta às aulas, comprometendo o ano letivo e conseqüentemente a possibilidade de um futuro melhor, por meio da educação.

2.2 O FEMININO EM QUESTÃO: ADJETIVO E SUBSTANTIVO

Certa vez, Adélia Prado escreveu “Vai ser coxo na vida é maldição para homem. Mulher é desdobrável. Eu sou”. São os inúmeros desdobramentos do feminino que nos interessam nesta reflexão. No entanto, considerando a diversidade de teorias e concepções, conceituar o termo feminino não é tarefa fácil.

O vocábulo “feminino”, originalmente do latim “*femininus*”, significa o que é relativo à “*fêmeas/fêmeas*”, a “mulheres” ou próprio delas. “Desdobrável”, por sua vez, é uma palavra que também dispõe de outras concepções, ora substantiva, ora adjetiva. Para o filósofo Emmanuel Lévinas, as características atribuídas ao feminino, como a fragilidade e a sensibilidade, consideradas sinal de fraqueza, são, no entanto, atributos que enobrecem a pessoa humana, de forma que, todos deveriam possuí-las. O feminino impede que o homem se aprisione em uma única imagem e o torna múltiplo, móvel. Deixando de estar

centrado em si, ele se move em direção ao outro (MENEZES, 2008, p. 13). Assim, para Levinás, o feminino surge como alteridade, como um movimento que amplia as perspectivas e impulsiona ir ao encontro do outro. Tal movimento é também uma saída do anonimato para ambas as partes, condição propícia para o diálogo, a conversa entre dois seres. O encontro revela as diferenças e as semelhanças, portanto iguais nas diferenças. Nesse sentido, a alteridade, característica feminina presente no ser humano, leva a ação em favor do outro não como mera caridade, mas como responsabilidade.

Em *Totalidade e infinito* (1961), Levinás apresenta a dimensão feminina como casa e como relação erótica. A casa se apresenta como o espaço do aconchego, do acolhimento e do calor da intimidade.

A morada não é um edifício frio, uma coisa entre outras coisas no mundo, mas possui o calor da intimidade, condição de recolhimento. É dessa forma que o Eu conquista sua separação definitiva do mundo, pois a morada, ao mesmo tempo que marca um limite, possui suas portas e janelas abertas. O sujeito contempla o mundo agora através das janelas de sua casa. (MENEZES, 2008, p. 26).

As portas e janelas remetem ao acolhimento ao mesmo tempo que impulsionam para fora, para a saída de si e descobrimento do outro. Assim, o feminino é o atributo que orienta o olhar para o encontro com o outro, tendo como ponto de partida uma realidade própria. Nesse ponto da obra, Levinás utiliza o termo Mulher quando se refere ao rosto que atrai para a morada, para a proteção, recolhimento e intimidade.

E o Outro, cuja presença é discretamente uma ausência e a partir da qual se realiza o acolhimento hospitaleiro por excelência que descreve o campo da intimidade, é a Mulher. A mulher é a condição de recolhimento, da interioridade da Casa e da habitação (LEVINÁS, 1961, p. 166).

O que, até então, era concebido como alteridade passa a ser nomeado como Mulher, expressão feminina. No entanto, de acordo com Levinás, para que haja acolhimento e abertura em Casa, não, necessariamente, precisa haver alguém do sexo feminino habitando-a (MENEZES, 2008, p. 27). Ambigualmente, o rosto que acolhe é um rosto de mulher. É possível, então, perceber o feminino e o masculino, dissociados da mulher e do homem, respectivamente, e

correlacioná-los com o humano. As peculiaridades presentes nos dois sexos, dessa forma, devem ser entendidas como atributos pertinentes ao ser humano (MENEZES, 2008, p. 32).

No campo da psicanálise, o conceito de feminino também assume diferentes atributos. Além de ser uma qualidade ou um adjetivo coadjuvante de algo, ele ganha o *status* de substantivo, aquele que tem importância e valor próprio, também comum a homens e mulheres.

O feminino, como o entendo, é substantivo, separado e diferente do feminino como adjetivo, de feminilidade e de identificação feminina. Não é uma qualidade, é um sentimento de ser, envolve a capacidade e o desejo de continência e se estabelece a partir da relação diádica tanto em mulheres quanto em homens (WOLFF, 2009, p. 161).

O desejo de continência e de espera é associado ao feminino como características desenvolvidas nas interações sociais entre homens e mulheres. De outro modo, a feminilidade e a identificação feminina se constroem em um núcleo de identidade em que, a princípio, encontram-se preeminente e mulheres. Esse núcleo de identidade corre o risco de ser tomado de forma equivocada, quando se atribui ao sexo feminino apenas qualidades e interesses frívolos ou banais.

Tal fato pode ser percebido quando revistas dedicadas ao público feminino reduzem os interesses de suas leitoras apenas aos assuntos em que o senso comum atribui à mulher: sedução e sexo, casamento, família, maternidade e futilidades. Assuntos de interesse geral, como economia, finanças e política, além de questões jurídicas, são pouco vistos, e quando eles aparecem. O público feminino, que movimenta diversos setores industriais, como o dos eletrodomésticos, produtos de limpeza, moda, cosméticos, acessórios, produtos infantis e para maternidade, produtos relacionados à culinária, entre outros, é reduzido apenas à condição de consumidor (SWAIN, 2001, p. 19). Ainda que estas publicações abordem temas relacionados à liberdade sexual da mulher, possibilidades de ocuparem profissões tidas como masculinas, elas ainda utilizam o corpo feminino como objeto principal para articular matérias e publicidades. A tríade “consumo, sedução e relacionamentos” serve-se do corpo para vender produtos e destinar a mensagem desejada ao público. Dessa forma,

o corpo feminino sexuado torna-se “útil e dócil dentro das normas heterossexuais, que instituem o binário inquestionável do sexo biológico no social fazendo funcionar, no jogo da linguagem e da imagem, os mecanismos de assujeitamento à norma” (SWAIN, 2001, p. 42). São novas roupagens ao antigo patriarcalismo.

Para Beauvoir (2009), o “Eterno Feminino” conduz a mulher a uma condição estática e cristalizada, mito que sempre a coloca como o Outro em oposição à existência múltipla, complexa e multifacetada que é o ser mulher. No decorrer de toda a história, a mulher é descrita sempre como o Outro em relação ao Absoluto, o poder masculino, de forma que foi impelida a crer que não há outra forma de ser expressar como mulher, pois os registros e conhecimentos difundidos cultural e socialmente sempre a colocaram nessa condição. Sendo assim, os rastros deixados por mulheres formam arquétipos para futuras gerações, perpetuando o papel de ser o Outro frente ao Absoluto. Tal repetição impede que a mulher transcenda essa situação e possa fazer escolhas diferentes (BEAUVOIR, 2009).

Xavier (1991) também propõe que o termo “feminino” seja redefinido para superar a carga semântica mistificadora que lhe foi atribuída, seja por meio das publicações femininas, seja por práticas e afirmativas de conceitos equivocados. O termo “feminino”, visto como o sinônimo de delicadeza, sentimentalismo e superficialidade, confere à mulher a imagem de despreocupação com questões sérias e relevantes ou com a capacidade para atuar em situações significativas. A mulher, considerada a “rainha do lar”, habita em um espaço que supõe domesticação e confinamento, em que o seu destino de mulher se contrapõe com a vocação de ser humano, conflitando as obrigações do casamento com os desafios da carreira profissional, os papéis de sujeito ou objeto de sua história e a possibilidade de transcendência ou constância (XAVIER, 1991, p. 13).

Diante de posturas que procuram legitimar a visão conservadora do papel e importância feminina na sociedade, é fundamental refletir e dar visibilidade às novas feminilidades que emergem em novos tempos. Algumas delas, por não corresponderem aos padrões estabelecidos, não deixam de existir, mas também não alcançam reconhecimento, e dessa maneira permanecem nas bordas da sociedade. São as feminilidades marginais originadas das diversas relações de

abandono, violência, naturalização do sexo, de relações familiares precárias e da valorização da virilidade como sinônimo de sucesso.

A prática de crimes e atitudes violentas por parte das mulheres também aponta para uma nova feminilidade. Os crimes tidos como femininos agora dão espaço para outras práticas delitivas. Tais práticas migram do espaço privado para o espaço público. Assaltos, sequestros, roubos e tráfico de entorpecentes e armas conduzidos por mulheres são cada vez mais comuns.

A condição socioeconômica e as relações das mulheres com o espaço público tornam-se fatores importantes para a transformação do tipo de infração. Desta forma, fatores como o desemprego, o baixo nível de instrução e a precariedade nas condições financeiras também podem estar associados aos crimes cometidos por mulheres (ABRAMOVAY; FEFFERMANN, 2014, p. 42-43).

A condição de mantenedora do lar, associada às condições socioeconômicas precárias em conflito com a necessidade de obter recursos financeiros aparecem como motivadores para o ingresso da mulher em atividades criminosas. Nesse sentido, as praticantes de crimes contra a propriedade e seus antecedentes sociais estão em condições socioeconômicas empobrecidas, desempregadas ou com subempregos, pouca escolaridade, com crianças e quase sempre expostas ao abuso físico e sexual e ao uso e abuso de substâncias entorpecentes. (ABRAMOVAY; FEFFERMANN, 2014, p. 43), como é o caso de Vanuza e de Lívia ao ingressarem na prática de crimes.

A presença de mulheres em gangues é uma nova e importante realidade a ser considerada. Essa participação feminina, segundo Campbell (1984), aponta para a negação do feminino tradicional, para posições de complementariedade com o sujeito masculino, assim como para atitudes similares (ABRAMOVAY; FEFFERMANN, 2014, p. 44). Outros estudos demonstram que há gangues onde a reprodução da dinâmica social é feita pelo masculino ditando as regras e as mulheres obedecendo; em outras, as mulheres cometem os mesmos delitos sem a necessidade da motivação ou autorização masculina. Tais atitudes “corresponderiam às tentativas de construção de uma feminilidade específica e uma maneira de distanciarem-se das feminilidades tradicionais” (ABRAMOVAY; FEFFERMANN, 2014, p. 44). A procura por

legitimar novas possibilidades de se mostrar como mulher provoca o banimento social quando essas novas práticas não validam os modelos dominantes.

Com o objetivo de desmistificar a ideia de que certos estereótipos depreciam a condição da mulher, as pesquisadoras realizaram um estudo denominado *Gangues, Gênero e Juventude: donas da rocha e sujeitos cabulosos*, entre os anos de 2007 e 2010, com gangues de pichadores no Distrito Federal. No decorrer do estudo, foram encontradas gangues mistas e gangues onde não há presença feminina. Para as jovens serem aceitas e permanecerem no grupo, elas procuram realizar as mesmas tarefas que os jovens e, com isso, tendem a ora se distanciar dos estigmas ditos femininos, ora a reforçá-los, reproduzindo atitudes machistas. A presença feminina muitas vezes é utilizada para despistar a ação da polícia ou para carregar as latas para as pichações dos meninos. Aquelas que também fazem pichações se vangloriam da capacidade de pichar em lugares de difícil acesso. Atitudes motivadas pela busca de reconhecimento do grupo, especialmente a admiração masculina.

As pesquisadoras concluíram que a presença e atuação feminina nas gangues variam de acordo com o grupo. Neles, aceita-se a diversidade nas formas de ser homem e de ser mulher, de forma que as possibilidades de ação das jovens se diferem, mas, em todas elas, o respeito à mulher é dado quando ela corresponde às qualidades esperadas em um integrante masculino, como a valentia, a coragem e a lealdade aos pares. Foi verificado também que as violências cometidas pelas jovens não contradizem o que esperam de uma mulher e que esse comportamento é tido como uma afirmação identitária, assim como para obter reconhecimento.

Assim, demonstrar agressividade parece compor hoje atitudes de um novo estilo de feminilidade. A agressão física tem surgido na prática como um instrumento de autoafirmação das mulheres. Ainda que, tradicionalmente, estas práticas contrariassem as expectativas de gênero, não contrariam necessariamente os atuais ditames da feminilidade. Ao que parece, a violência tem passado a ser algo progressivamente incorporado nas identidades femininas, correspondendo a uma linguagem empregada também pelo 'segundo sexo', sobretudo na busca de visibilidade social e reconhecimento (ABRAMOVAY; CUNHA apud ABRAMOVAY; FEFFERMANN, 2014, p. 59).

O estudo verificou também que, embora haja inúmeras transformações nas práticas e relações interpessoais, o machismo e o autoritarismo continuam presentes. A autoridade masculina é quem dita as regras e nega qualquer possibilidade de alteração dessa dinâmica, além de rejeitar a existência de mulheres em postos de comando. No entanto, elas são cada vez mais frequentes nesses ambientes e, para permanecerem neles, reproduzem ou negam os modelos femininos tradicionais conforme a conveniência. Reproduzem-nos para alcançar visibilidade e negam-nos como contestação da fragilidade e passividade atribuída secularmente às mulheres.

As narradoras da nossa pesquisa foram acusadas de cometer crimes. Duas delas foram presas por infringirem o artigo 33 da Lei nº 11.343/06, a Lei de tóxicos, que tipifica o tráfico de entorpecentes. Já Rosa e Amália foram acusadas de cometer homicídio, conduta tipificada no artigo 121 do Código Penal Brasileiro.

Lívia encontrava-se fazendo programas sexuais, consumindo drogas em companhia de uma pessoa menor de idade, também usuária de drogas, de forma que a sua conduta foi tipificada com um agravante de portar e vender substâncias ilícitas para alguém menor de idade.

Vanuza também infringiu o mesmo artigo, porém estava adentrando uma unidade penal masculina com substâncias entorpecentes escondidas em seu corpo para entregá-las ao seu companheiro.

Já o crime que trouxe Rosa para a prisão, pela segunda vez, foi contra a vida de uma mulher, a qual já conhecia anteriormente, pois era mãe de um de seus ex-namorados e trabalhava no mesmo prostíbulo que ela. Após o crime, Rosa aguardou a chegada dos policiais e se entregou à justiça.

O crime de Amália foi contra seu companheiro. Segundo consta, na tentativa de se defender das constantes agressões, ela acabou tirando-lhe a vida. Depois de matá-lo, Amália esquartejou o corpo e o escondeu em um *freezer* de sua residência. Ela foi julgada e inocentada do crime de homicídio e considerada culpada pelo crime de ocultação de cadáver, crime pelo qual permaneceu dois anos e cinco meses em Regime Fechado, e atualmente se encontra sob liberdade condicional.

Esses crimes cometidos por mulheres poderiam ter sido cometidos por qualquer pessoa, exceto pelas circunstâncias em que aconteceram. Ou seja, tais

condutas, consideradas femininas, são aquelas praticadas com maior frequência por mulheres.

As características relacionadas ao feminino demonstram que o envolvimento em prostituição e tráfico de entorpecentes, a entrada com drogas em presídios ou os crimes contra a vida em situação de defesa própria, em especial das agressões de companheiro, são mais comuns por parte de mulheres. Por outro lado, pode-se perceber que crimes são cometidos por pessoas, independentemente de seu gênero, afastando a ideia de que as mulheres criminosas são aquelas que cometem crimes contrariando a “natureza feminina” (CARVALHAES *et al.*, 2018, p. 15), afinal as condutas de Lívia, Amália, Rosa e Vanuza não as transformaram em mulheres anormais, como era afirmado no passado.

O pressuposto de anormalidade se edificava na presunção de que uma mulher “normal” seria incapaz de cometer um ato criminoso por vontade própria. Partindo dessa racionalidade, crimes cometidos por mulheres eram comumente apresentados por discursos e imagens que os representava como atos de loucura em uma situação limítrofe de pressão, por paixão e/ou desespero por não ter como sustentar os filhos, reflexos de desequilíbrio emocional ou coação de um homem agressor e/ou abusador, o que contribuiu para legitimar a criminalidade feminina como expressão de características tidas como inerentes à mulher, como a disponibilidade para amar, o instinto materno, a fragilidade e a passividade (CARVALHAES *et al.*, 2018, p. 15).

No século XIX, muitos dos crimes cometidos por mulheres eram justificados por questões patológicas. A histeria, por exemplo, é tida como uma doença ligada ao sexo feminino, devido à associação feita, por estudos brasileiros, entre a doença e o útero. Embora tal concepção tenha sido refutada, ainda é possível haver quem reproduza tais pensamentos, apontando que a histeria está ligada à criminalidade e, também, como argumento para petições, solicitando a inimputabilidade ou atenuação da pena da criminosa.

Nos dias atuais, mesmo que muitas concepções tenham sido ultrapassadas e se reconheça a mulher como pessoa com direitos e deveres, a percepção do seu papel social continua o mesmo, correspondendo à imagem de passividade e essencialidade no seio familiar, com características de graça, beleza e doçura. Nessa esteira, a criminalidade e a feminilidade são

incompatíveis, e ao praticar alguma conduta delituosa a mulher opta por deixar de ser feminina (MOREIRA, 2007).

A beleza, um dos atributos mais valorizados na mulher, pode ser vista como uma característica para manipular e seduzir, facilitando o cometimento de crimes, como foi vista Lili Carabina⁷ (CARVALHAES, 2018). De outra forma, a carência de beleza física também é relacionada à ausência de feminilidade, o que sugere a oposição entre o ideal feminino e a criminalidade. É o que se verifica a partir do relato do escritor e cronista João do Rio em uma visita à Casa de Detenção, na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX.

[...] mulatas ou negras, fúfias da última classe, são reincidentes, alcoólicas e desordeiras. (...) Há caras vivas de mulatinhas com olhos libidinosos dos macacos, há olhos amortecidos de bode em faces balofas de aguardente, há perfis esqueléticos de antigas belezas de calçada, sorrisos estúpidos navalhando bocas desdentadas, rostos brancos de medo, beijos trêmulos, e no meio dessa caricatura do abismo as cabeças oleosas das negras, os narizes chatos, as carapinhas imundas das negras alcoólicas. (RIO, 1991, p. 97- 98).

A associação das características da mulher criminosa com características animais e sua origem racial revela a visão depreciativa do cronista. Dessa forma, a feminilidade da mulher desviante é anulada com a utilização de adjetivos e comparações pejorativas.

O crime praticado por Rosa, contra a vida de outra mulher, um antigo desafeto, foi motivado pela disputa de espaço e agravado por situações anteriores, em que Rosa havia tido um relacionamento amoroso com o filho da vítima, e vários desentendimentos surgiram entre elas, resultando em homicídio.

No estudo dos fatores estimulantes da criminalidade feminina o álcool e a embriaguez não exercem papel muito importante, exceto, nos delitos cometidos pelas prostitutas, sobretudo contra outra prostituta, pois raramente a mulher pratica crimes induzida pelo álcool, contrariamente ao que ocorre na criminalidade masculina. Quanto às meretrizes, o álcool e o ciúme são causas predominantes dos crimes de lesões corporais leves e graves,

⁷ Djanira Ramos Suzano, conhecida como Lili Carabina, Djanira Metralha ou Djanira da Metralhadora, apesar de usar sempre uma pistola 9 mm em seus crimes, geralmente assaltos a banco, ganhou o apelido dos comparsas. Eles usavam fantasias em suas ações e Djanira usava roupas justas, peruca loira, óculos escuros, bastante maquiagem no intuito de seduzir a equipe de segurança, enquanto seus companheiros agiam.

usam para tanto, nessa ordem, a gilete, a navalha ou garrafa de bebida. (MOREIRA, 2007).

Rosa e sua vítima, ambas moradoras do prostíbulo, estavam embriagadas no momento do crime.

2.3 AS FILHAS DE EVA: ENTRE O DEVER E A TRANSGRESSÃO

As representações sociais referem-se à maneira como um grupo de indivíduos interpreta a realidade a sua volta, com se posiciona perante as situações e eventos e aos códigos, símbolos e ideologias que utiliza para demonstrar a sua posição social perante os outros. É importante salientar que estas representações não são estáticas e tendem a se modificar com a sociedade, alterando conceitos e conteúdos conforme acompanham as transformações da realidade. Nem sempre tais transformações são positivas e podem significar retrocessos e até prejuízos.

Para melhor aclarar o conceito de representação é importante trazer a origem latina do vocábulo, *repraesentare*, ou seja, “tornar presente”, “apresentar de novo”. Em sua origem clássica, era utilizada apenas para referir-se a objetos inanimados, porém, no decorrer do tempo, o significado da expressão passou a ser utilizado também para se referir a pessoas com o sentido de delinear, retratar, estar em lugar de algo. Assim, podemos entender também como “a presentificação de uma ausência, em que representante e representado guardam entre si relações de aproximação e distanciamento” (PESAVENTO, 2008, p. 12). No sentido jurídico e político, representar também significa estar no lugar de alguém, ocupando seu lugar, com autoridade para tal (CHARTIER, 2011).

Para Chartier (1991), a noção de representação refere-se à relação que há entre uma imagem presente e algo ausente, que tenha o mesmo valor e lhe seja homóloga. As representações coletivas constroem o mundo social de determinada comunidade e só possuem real importância quando comandam atos e mudam realidades. Quando se compreende o conceito de representação em sua totalidade, é possível também compreender:

[...] as diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social: em primeiro lugar, as operações de classificação e hierarquização que produzem as configurações múltiplas mediante as quais se percebe e representa a realidade; em seguida, as práticas e os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um *status*, uma categoria social, um poder; por último, as formas institucionalizadas pelas quais uns “representantes” (indivíduos singulares ou instâncias coletivas) encarnam de maneira visível, “presentificam” a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder. (CHARTIER, 2011, p. 20).

Nesse sentido, o mundo social é apresentado por meio das representações utilizadas pelo indivíduo, considerando o momento e contexto social e histórico em que ele se insere.

Ricoeur opta por falar em representância em vez de representação. Para o filósofo, a representância “exprime a opaca mistura entre a lembrança e a ficção na reconstrução do passado” (RICOUER, 2012, p. 336). Assim, os acontecimentos do passado podem ser percebidos por meio de uma junção entre as lembranças do narrador e da ficção criada por ele, no ato de lembrar, presentes na narrativa histórica, no discurso ficcional ou nas operações da memória.

As representações sociais expressam fenômenos humanos, segundo uma ótica coletiva, mas sem que as individualidades sejam ignoradas. Nesse sentido, Ciro Flamarion Cardoso (2000, p. 25) afirma que “as representações mentais constituem a matéria prima das representações sociais”. Para Denise Jodelet, colaboradora do psicólogo húngaro radicado na França, Serge Moscovici, investigador da ideia no final da década de 1950, a representação social pode ser compreendida como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2001, p. 22).

Para elaboração de uma narrativa, as memórias são recriadas considerando o contexto em que a narradora está inserida e, a partir dessa realidade, as representações de si e do outro são constituídas. Sobre a representação da imagem, Pollak (1992, p. 204) afirma que,

[...] é a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.

Dessa forma, a construção da imagem de si é estruturada ao longo da vida, conforme as experiências que o indivíduo vivencia e coleciona como matéria para a sua identidade.

Os textos literários são meios importantes para observarmos como a imagem da mulher é representada. Uma das funções da literatura é manifestar as emoções e a visão de mundo de indivíduos e de grupos (CANDIDO, 1995), de forma que as criações literárias evidenciem tais situações, considerando o viés ideológico de seu autor/criador.

Desde a Antiguidade, por meios das tragédias ou comédias gregas, as imagens femininas estiveram presentes, ainda que fossem homens a interpretá-las. Uma das obras mais antigas e conhecidas pela humanidade, a *Ilíada*, um épico composto por volta do ano 700 a. C., com mais de 15 mil versos, e que foi atribuído ao poeta grego Homero, traz a figura feminina como geradora do conflito. Ele narra o cerco dos gregos a Ílion, uma cidade da região troiana.

A narrativa tem início quando Aquiles se retira dos combates da Guerra de Troia, que foi iniciada quando Páris, filho do rei Príamo de Troia, rapta Helena, a rainha grega, esposa de Menelau, rei de Esparta. A saída de Aquiles deu-se em virtude da retirada da jovem Briseida de seus braços por Agamenon, comandante dos soldados gregos. Para protestar, Aquiles e seus soldados se retiraram dos combates, e ele só retornou após seu amigo Pátroclo ser morto por Heitor. Como vingança, Aquiles mata Heitor.

No decorrer da narrativa é possível notar que as mulheres, consideradas o motivo da guerra, também são as vítimas dela:

O destino das troianas após a guerra de Troia foi motivo de duas peças de Eurípedes: *Hécuba* e *As Troianas*. A partir dessas duas fontes, Sêneca concebeu sua peça *As Troianas*. As identidades literárias dessas mulheres são conhecidas de Shakespeare e do público. Elas serão escravizadas, sorteadas entre os comandantes gregos, depois da queda e do incêndio de Troia. Polixena, ainda, será sacrificada em memória de Aquiles. (FONSECA, p. 14, 132).

Além de serem tratadas como moeda de troca, as mulheres são vistas como motivadoras dos conflitos, ainda que os homens sejam os que fazem a guerra. É o que se nota em *As Troianas*, de Eurípedes: após o final da guerra entre gregos e troianos, o futuro das mulheres troianas é feito de incertezas, pois elas devem entrar nos barcos gregos rumo à escravidão. Andrômaca é uma das personagens principais, viúva de Heitor, e destinada a pertencer ao algoz de seu marido, Neoptólemo, filho de Aquiles. Hécuba, esposa do rei Príamo e mãe de Heitor, Páris, Cassandra e Polixena, tenta suicídio antes de embarcar, porém o seu destino é morrer cativa, escrava de Odisseu.

Outras personagens femininas na Antiguidade são exemplos de mulheres fortes. Entre elas Lisístrata de Aristófanes, Antígona de Sófocles, Fedra, Electra, Jocasta e Helena, as quais retratam mulheres que, mesmo em meio às interdições e impedimentos destinados a elas, tentaram criar seus próprios caminhos.

Partindo para a Renascença Inglesa, entre os séculos XVI e XVII, também conhecida como a Era Elisabetana, William Shakespeare, poeta e dramaturgo inglês, que tem sua obra composta por aproximadamente 37 peças teatrais e mais de 150 sonetos, também utilizou personagens femininas para trazer ao debate assuntos polêmicos da época, como o amor proibido, o conflito de interesses e a luta pelo poder. Entre as personagens mais notáveis estão Julieta, Ofélia, Gertrudes, Lady MacBeth, Cleópatra e Catarina.

Santos (1989) faz uma análise das heroínas shakespearianas, considerando a maneira como se relacionam com a ordem patriarcal do período elisabetano. Elas são classificadas em três grupos. O das heroínas inexpressivas, o das heroínas convencionais e o das heroínas transgressoras.

As heroínas inexpressivas têm como exemplo as rainhas de Ricardo II e Ricardo III, as quais apenas choram e lamentam as tragédias masculinas, e as rainhas de Henrique IV e Henrique V, que também são inexpressivas e apenas se contentam com o papel que lhes é imposto.

Já o grupo das heroínas convencionais tem como exemplo as personagens de algumas comédias, como *A comédia dos erros*, *Os dois cavalheiros em Verona*, *Sonho de uma noite de verão*, *Medida por Medida* e *Muito barulho por nada*, que também estão presentes nas tragédias. São mulheres previsíveis, concordatas e que acatam o modelo social vigente, sendo

a fidelidade um valor sempre presente. A personagem Ofélia de *Hamlet*, por exemplo, pode ser incluída nesse grupo, sua identidade é posta sempre na dependência de outro personagem: irmã, filha, amada. Ao se desvincular desses papéis, ou seja, quando deixa de ter o pai, o filho ou o amado por perto, enlouquece e morre.

Por fim, as heroínas transgressoras são aquelas que representam mulheres determinadas, com personalidade forte e motivadas a alcançar os objetivos. Elas podem ser divididas em dois grupos: no primeiro, estão aquelas que projetam a transgressão negativamente, como a Rainha Tamora, em *Tito Andrônico*, a rainha Margarida, na peça *Henrique IV*, Lady Macbeth, em *Macbeth*, e as irmãs Regana e Goneril, em *Rei Lear*. Elas não se importam em transgredir leis para alcançar o objeto de desejo:

É preciso assinalar que Shakespeare insiste em dissociá-las do sexo feminino. Ele faz com Lady Macbeth peça aos espíritos do mal para se esvaziar da piedade do seu sexo e se encher de crueldade da cabeça aos pés a fim de poder ajudar o marido a perpetrar o assassinato de Duncan. As outras não são consideradas mulheres e sim “animais” ou, mais precisamente “tigres” por outros personagens, testemunhas ou vítimas de seus crimes. É escudado dizer que todas tem um fim trágico, castigo condizente com a enormidade da violação das leis morais por elas praticadas (SANTOS, 1989, p. 157).

No outro lado estão as transgressoras que representam a desobediência de forma positiva, ou seja, o descumprimento das normas sociais é motivado pelo amor, de forma que nunca violam leis morais. São os casos de Julieta, Desdêmona, Cordélia e Cleópatra. Esse perfil de personagem parece ser o ideal feminino na escrita shakespeariana, mesmo que elas percam a vida no decorrer da trama. Como afirma George Gordon, “para ser bem-sucedida na vida e no amor no mundo como Shakespeare o retratou, uma mulher deve ter graça, inteligência e espírito, e também coração” (GORDON apud SANTOS, 1989, p. 157).

É importante notar que, embora as personagens heroínas sejam transgressoras, elas se mantêm em um lugar demarcado, de forma que não ameaçam o ego masculino, e ao final o amor se sobrepõe ao desejo pessoal, como o exemplo da personagem Catarina, em *A megera domada*.

No universo patriarcal do drama shakespeariano, a mulher é tratada com consideração e simpatia, mas o espaço feminino é rigidamente demarcado. E a heroína vitoriosa é aquela que ameaça ultrapassar os limites, mostra a todos que pode fazê-lo, mas, sensatamente, em nome do amor, ela *opta* por permanecer confinada entre as fronteiras do que lhe é permitido. (SANTOS, 1989, p. 159).

Muitas são as características da mulher shakespeariana, independentemente do gênero teatral, sejam tragédias ou comédias, a condição feminina está em cena. A presença do patriarcalismo se reflete nos papéis excludentes e limitadores reservados às mulheres, assim, é importante ressaltar também que as situações dramatizam a sociedade e a condição feminina contemporâneas do autor.

A imagem da mulher passou por diversas etapas de representação no meio literário. No Brasil, o primeiro texto escrito por Pero Vaz de Caminha para informar à Corte Portuguesa a respeito das descobertas, as “primeiras mulheres vistas” em terras brasileiras foram representadas por suas características físicas: “Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha” (CAMINHA, 2003, p. 100), possivelmente comparando-as às mulheres europeias.

Na escrita literária brasileira, as representações femininas, por meio de estereótipos, contribuíram para que um imaginário deturpado fosse alimentado.

Em *Lucíola*, de José de Alencar, Lucia transita da menina inocente à prostitua imoral, para posteriormente regenerar-se, encarnando a mulher-anjo, capaz de sacrificar-se pelo bem dos que a cercam. Em *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, Capitu é, na visão do marido Bento, uma sedutora imoral e dissimulada, capaz de traí-lo com seu melhor amigo (ZOLIN, ano, p. 225).

Estas e muitas outras representações da mulher como sedutora, imoral, perigosa, megera ou incapaz trazem sempre a ideia de que, quando foge aos padrões morais impostos, ela se torna rejeitada e que, certamente, há um castigo para mulheres com essas condutas. Assim, elas passam a servir de exemplos a não serem seguidos.

A representação da condição feminina sempre esteve a serviço dos mais variados propósitos, e sabe-se que estes foram continuamente desfavoráveis à mulher. Pierre Bourdieu, estudando a sociedade cabila (Argélia), afirma que:

Excluídas das coisas sérias, dos assuntos públicos, e mais especialmente dos econômicos, as mulheres ficaram durante muito tempo confinadas ao universo doméstico e às atividades associadas à reprodução biológica e social da descendência; atividades (principalmente materna) que, mesmo quando aparentemente reconhecidas e por vezes ritualmente celebradas, só o são realmente quando permanecem subordinadas às atividades de produção [...] (BOURDIEU, 2014, p. 135).

Tal afirmação serviria muito bem não apenas para representar a sociedade cabila, mas muitas outras, tanto no passado como nos dias atuais. No espaço literário, a mulher já foi posta ora como objeto para a adoração dos poetas, ora como personificação e motivo de todo mal que há na face da terra.

Desde então, vieram outras tantas: idealizadas, angelicais, seres inalcançáveis como Marília de Dirceu; depois como Aurélia Camargo, nos salões de baile e casamentos por interesse; em *Capitu* vemos a representação da mulher causadora de ciúmes e capaz de trair o marido com o amigo. Estas e muitas outras personagens femininas podem ser utilizadas para espelhar o pensamento corrente e o tempo histórico em que estas mulheres foram concebidas por seus criadores.

A escrita de Jorge Amado também é pródiga em apresentar personagens femininas complexas. Muitas delas são ousadas, como Lívia, em *Mar Morto* (1936), Dona Flor, em *Dona Flor e seus dois maridos* (1966), Gabriela em *Gabriela, cravo e canela* (1958), Tereza Batista, em *Tereza Batista Cansada de Guerra* (1972), entre tantas outras. As narrativas amadianas apontam para diferentes possibilidades em relação ao futuro das mulheres, sem a necessidade da dependência masculina para alcançar a felicidade.

Elas possuem beleza, sensualidade, proatividade, desejo de liberdade, descontrolam a ideia do amor romântico, enquanto vivem em busca de novas oportunidades. São tentativas de driblar os espaços hostis às mulheres, os quais tendem a dominá-las e colocar amarras. As personagens Tieta e Gabriela, por exemplo, subvertem as regras impostas e têm atitudes que desafiam os preceitos sociais da época, trilhando rumos contrários ao que se esperava.

Essas heroínas pertencentes ao meio popular também são vítimas da violência simbólica, assim como tantas mulheres obrigadas a conviver com o machismo, a opressão, a falta de oportunidades e a pobreza. Provocam reflexões sobre as relações de poder, questões sociais e sexuais entre as camadas menos culta da população, tendo como pano de fundo a trajetória de uma personagem feminina. As mulheres de Jorge Amado, geralmente, gravitam à margem dos centros sociais de poder, lutam para sobreviver; o que as movem é o desejo de alcançar os sonhos e, para isso, subverter os padrões estabelecidos é o primeiro passo.

A personagem Macabéa da obra *A hora da Estrela* (1977), de Clarice Lispector, é a personificação da mulher retirante, nordestina, subalternizada, que é narrada pelo olhar masculino de Rodrigo S.M. Ela migra de Alagoas para uma metrópole rica e moderna, fugindo da fome. Assim, aparece deslocada, admirando vitrines e objetos que jamais poderia adquirir, conformada com a sua feiura e insignificância. O namorado Olímpico, também nordestino, vindo da Paraíba, personifica a masculinidade tóxica e, não assumindo a própria ignorância, sujeita Macabéa a situações humilhantes. Relações semelhantes a muitas histórias da vida real. Dessa forma, a personagem clariceana se difere das demais, citadas anteriormente, quando observamos o fluxo de consciência diante dos poucos acontecimentos e a profundidade da vida interior. Em Macabéa, por exemplo, é possível identificar muitas outras:

O que escrevo é mais do que invenção, é minha obrigação contar sobre essa moça entre milhares delas. E dever meu, nem que seja de pouca arte, o de revelar-lhe a vida. Porque há o direito ao grito. Então eu grito (LISPECTOR, 1977, p. 13).

Clarice, então, grita por aquelas que não sabem gritar.

Como visto, as representações femininas na literatura, sejam nos primórdios da escrita ou atualmente, são marcadas pelas tensões do tempo e contexto histórico, de forma que retratam o pensamento e as concepções do período em que foram gestadas. Os homens e mulheres que narram conseqüentemente também se representam. Tais discursos não são isentos de uma ideologia.

Os discursos presentes nas histórias analisadas também confirmam essa dinâmica e vão além das formas narrativas ou escolhas gramaticais. Nosso

interesse, sob este ângulo, é buscar evidências que nos revelem tais relações de poder ou ideologias nas representações femininas. Destarte, toda escolha supõe uma renúncia, pois “Todas as práticas de significação que produzem significado envolvem relações de poder, incluindo poder para definir quem é incluído e quem é excluído” (SILVA, 2000, p.18). As imagens e representações estão intimamente ligadas às escolhas e, por sua vez, às relações de poder. Sendo assim, as experiências narradas revelam as escolhas das entrevistadas, que demonstram a compreensão que elas têm de si e da realidade que as cerca.

Quando a narradora Amália fala sobre as condições de trabalho, afirma: “os outro hómi saia trabalha pra fora né? Nós não, nós como era muié, num tinha onde trabalhá ali, isso quando num ia na fazenda do meu tio, lá na sede trabalhá feito escrava pra ele, ele num pagava nada pra gente” (AMÁLIA, 2015). É possível verificar que, inicialmente, a concepção de trabalho revelada é a de que aquele executado por homens ou o trabalho remunerado é validado. Já o trabalho realizado por mulheres, quando feito na sede da fazenda, na casa do tio/patrão, provavelmente nas lides domésticas, não era pago. Assim, o trabalho feminino é tido como algo sem importância e que não necessita ser gratificado. Amália cresceu sob o entendimento de que o trabalho doméstico não possui *status* de trabalho, logo o trabalho realizado por mulheres é visto como irrelevante.

Na narrativa de Rosa, em que ela menciona sobre as violências sexuais praticadas pelo avô materno, é possível notar as relações de poder instituídas nas relações familiares:

Eu tinha sete anos. Duas veiz ele me estuprô, e... e na segunda veiz que ele me estuprô, um rapaiz ia passando na frente de casa e viu, aí foi ele contô pra minha mãe, minha mãe foi e acreditô ni mim, só que minha mãe veio falando que era eu, que meu avô já era veio, que era eu que tava assediando meu avô [...]. (ROSA, 2015).

A afirmação da criança violentada não é ouvida pelos adultos e, além de ter seu testemunho desmerecido por eles, sofre a acusação de haver provocado a violência. De vítima passa a ser a culpada. A denúncia realizada pela criança violada é o mais próximo que poderia chegar do real acontecido, é o contato com a verdade dos fatos e, no entanto, não encontra eco nos adultos que a escutam

(MOREIRAS, 2001, p. 254). Tais violências, muito comuns, em sua maioria não importam à mídia, pois vitimam crianças pobres e periféricas.

Desde o princípio, os meios de comunicação social, além da função de informar, também acumula o poder de formar opiniões, e os livros foram os principais meios para a difusão da cultura. A criação da imprensa tornou o livro menos frágil, mais prático e feito com maior rapidez, por isso foi bastante aceito por todos. Ele, então, passou a ser conhecido e utilizado em todas as camadas sociais, e não apenas nos monastérios e universidades. Chegou à América em 1530, trazido pelos espanhóis, mas um obstáculo a essa difusão era o alto preço, tornando-o acessível apenas à burguesia.

As classes trabalhadoras tinham acesso apenas a leituras simples (VERGER, 1999), enquanto os livros eruditos e de boa qualidade eram disponíveis somente aos mais ricos. Assim, durante os séculos XVI, XVII e XVIII, eles se mantiveram restritos apenas aos altos círculos sociais. Com a modernização da imprensa no século XIX, passou a ser possível fazer grandes tiragens de obras, e os escritores foram perdendo contato com seus leitores devido à grande expansão das obras escritas. Esse afastamento fez com que muitos escritores se tornassem anônimos e, por este motivo, passassem a ganhar menos. Além disso, mesmo com o progresso nas impressões e o aumento dos leitores, os livros eram possíveis apenas para uma minoria.

Assim, devido ao alto custo dos livros, os panfletos tornaram-se uma alternativa para a difusão das informações e de cultura. Eles surgiram nas oficinas de impressão da Europa Central, ao final do século XVI. As cidades de Oxford, Cambridge e Londres, na Inglaterra, possuíam uma imprensa sólida e muitos leitores. Juntamente com os panfletos, havia também outras possibilidades para a transmissão da literatura, como as baladas, brochuras e *canards* (WILTENBURG apud MELO, 2020). A vantagem dos panfletos, além do custo, era a de que eles se apresentavam em tamanhos e formatos menores, com menos páginas, porém com menor qualidade. E como eles eram “Produzidos para consumo imediato, vendidos por ambulantes e em esquinas, injetavam uma maior dinamicidade comercial ao mercado livresco”. Dessa forma, os panfletos ocuparam um lugar de importância na difusão da informação e da cultura.

A literatura de rua da primeira modernidade inglesa, materializada na forma de panfletos portam interpretações as quais representam e expressam as construções sociais e culturais de mulheres hierarquizadas entre bondosas e maléficas. Essa produção literária feita para o entretenimento e para o consumo rápido, reforçava no imaginário popular a demonização dos sujeitos já marginalizados, como mulheres pobres, solteiras, viúvas e idosas. (MELO, 2020, p. 296).

Nessa modalidade de literatura, as mulheres eram representadas por homens de classes altas, que sinalizavam em seus textos as imagens simbólicas acerca delas, e assim as mulheres eram lidas, sob uma ótica patriarcal que estava se consolidando naquela época.

Já no final da Idade Média, a mulher passa de sexo demonizado apenas entre o clero católico para se transformar em um inimigo material a ser combatido por todos, leigos e eclesiásticos. Junto com os judeus, elas serão eleitas como potenciais inimigas pela sociedade europeia em transformação de suas estruturas religiosas, políticas e culturais. A figura do diabo será profundamente acionada para disciplinar e normatizar comportamentos, sobretudo após as reformas religiosas. O medo se converterá em um poderoso instrumento civilizador e a reforma protestante reforçará a crença tanto em um Deus severo e vingativo quanto na imagem de um diabo mundano, localizado sempre à espreita da humanidade. (MELO, 2020, p. 283).

A análise feita por Melo (2020) de duas histórias narradas por meio do panfleto *The most cruel and bloody murder*, do século XVII, sobre crimes cometidos por mulheres, na Inglaterra, revela como as criminosas eram representadas nos meios de comunicação.

Fêmeas monstruosas, desordeiras, megeras, elas encarnavam o oposto da “boa esposa”, passiva, obediente e devotada à família. A Idade Moderna europeia dos séculos XVI e XVII constrói um sistema de controle e enquadramento da sexualidade feminina e, através da invenção da imprensa aprofunda de modo inédito o alcance e abrangência de tais estereótipos misóginos (MELO, 2020, p. 297).

O panfleto, publicado em 1606, narra histórias de duas mulheres que cometeram crimes que chocaram a sociedade da época. A primeira, conhecida como Annis Dell, em companhia de seu filho, assassinou uma criança, sendo o crime revelado posteriormente pela irmã do menino morto. Na ocasião, esta última teve a língua cortada, e a revelação foi tida como milagre. A segunda,

Johane Harrison, acusada de feitiçaria, em companhia da filha, teria lançado feitiçarias em diversas pessoas da cidade de Royston (MELO, 2020).

Conta a primeira narrativa do panfleto que um casal de fazendeiros e seu filho, ainda no ventre, foram mortos por um grupo de bandidos formado por nove homens e uma mulher, que era líder do bando. Após assassinarem e roubarem os objetos valiosos, dois daqueles homens e a mulher levaram o casal de filhos menores. O grupo foi hospedar-se na estalagem de Annis Dell, conhecida como a casa dos Dell, de propriedade de Annis, seu marido cego e do filho George Dell. A narrativa continua revelando que o bando convenceu Annis e seu filho a participarem dos próximos crimes. Degolaram e jogaram o corpo do menino em um rio e cortaram a língua da menina, que presenciou os crimes, para que ela não denunciasse os assassinos. Entregaram-na a um mendigo em troca de uma moeda, de forma que ela passou a mendigar, até que encontrou alguém que lhe curou os ferimentos da boca. Após quatro anos mendigando e vagando a esmo, a menina Elizabeth retorna à cidade, reconhece a estalagem e os crimes são desvendados. Annis e seu filho são condenados à morte pelo assassinato do menino.

A segunda narrativa conta a história de Johane Harrison e a da filha A. Harrison, as quais foram mortas acusadas de cometer bruxaria. Na localidade onde residiam, os moradores tinham desconfianças quanto aos malefícios que elas causavam e, motivados por isso, alguns oficiais de justiça foram até a residência delas e encontraram diversas evidências de que elas se dedicavam à bruxaria. Foram confrontadas e, segundo narra o panfleto, confessaram a prática das atividades proibidas. Johane Harrison tem um ponto negativo a mais sobre si: a perversão materna, pois iniciou a filha na bruxaria, causa de sua execução. A mãe seria um agente satânico dentro de sua casa, influenciando negativamente toda a família.

A pesquisadora conclui o estudo afirmando que os panfletos eram responsáveis por reforçar no imaginário popular imagens demonizadas daqueles que já eram marginalizados, como “mulheres pobres, solteiras, viúvas e idosas” (MELO, 2020, p. 296), mulheres que viviam sem a proteção masculina. Além de narrar os crimes cometidos, também era dito como se deu a punição das criminosas. Desse modo, reafirmava-se os valores da época, assim como o

quanto as mulheres poderiam ser más influências para seus familiares e perturbadoras da paz na sociedade.

É importante recordar que, naquele período, o sexo feminino despertava medo ao estar ligada com as raízes do mal e, conseqüentemente, eram “diabolizadas” através do discurso teológico fundado na tradição judaico-cristã e na estrutura patriarcal greco-romana. Mesmo que os textos bíblicos demonstrem a importância das mulheres na trajetória de Jesus, como Maria Madalena, Maria, sua mãe, e outras presentes na crucificação e ressurreição, assim como as pregações de igualdade, a tradição judaico-cristã, no decorrer dos tempos, construiu um discurso de extrema inferioridade e diabolização da mulher (VASCONCELOS, 2005).

Com efeito, durante toda a Idade Média outros teólogos cristãos irão contribuir para edificação de um imaginário simbólico de sujeição das mulheres – consideradas responsáveis pelo pecado original. Se estão próximas do pecado, também estão perto da entidade causadora de todos os males: o diabo. O corpo feminino e o seu sangue menstrual são intensamente depreciados como exemplos de uma materialidade maléfica e imperfeita. Associado à impureza, o sangue da menstruação estava carregado de malefícios, sendo capaz de destruir metais, arruinar plantações e enfurecer animais (MELO, 2020, p. 280).

Da invenção da imprensa aos dias atuais, a representação da mulher criminosa acompanhou a evolução da mídia, em especial as autoras de crimes com maior visibilidade social.

Um estudo realizado pela advogada e jornalista Eduarda Gindri, sobre as imagens da mulher criminosa construídas na mídia, especificamente nas matérias veiculadas pela revista *Veja*, utilizou-se de quatro exemplares para realizar a análise sobre a imagem de quatro mulheres que ficaram conhecidas pela repercussão de seus crimes (GINDRI, 2016). Esse estudo teve como objetivo investigar o discurso jornalístico sobre as mulheres, tendo como base a pesquisa realizada pela professora e socióloga Yvonne Jewkes.

Foram investigadas as matérias jornalísticas presentes nas seguintes edições: n. 1951, de 12 de abril de 2006, referente à Suzane Von Richthofen, que foi acusada de assassinar os pais, em parceria de Daniel Cravinhos, seu namorado, e o irmão dele, Cristian Cravinhos; n. 2057, de 23 de abril de 2008, referente ao casal Anna Carolina Nardoni e Alexandre Nardoni, acusados de

assassinarem a menor Isabela Nardoni, filha do primeiro casamento de Alexandre; n. 2166, de 26 de maio de 2010, sobre a aposentada Vera Lúcia de Sant'Anna, acusada de tortura a uma menor de dois anos, a quem pretendia adotar; e n. 2273, de 13 de junho de 2012, referente à Elize Matsunaga, que confessou ter assassinado e esquartejado seu marido. Todos os crimes tiveram grande repercussão nacional e mobilizaram a opinião pública.

Segundo Gindri (2016), foi possível identificar no discurso jornalístico as oito formas narrativas padrão utilizadas por Jewkes. Ao referir-se às mulheres criminosas foram abordadas as seguintes questões: a sexualidade e o desvio sexual, a atração física, a condição matrimonial, a maternidade, os monstros mitológicos, as “vacas loucas”, as manipuladoras do mal e as “não agentes” (GINDRI, 2016, p. 281).

Ao final do estudo, a pesquisadora concluiu que as mulheres analisadas se enquadraram em um ou mais itens propostos por Jewkes. Sobre o primeiro item, relativo à sexualidade e desvio sexual, Gindri afirma que:

O jornalismo tende a reconstruir o histórico sexual dessas mulheres como forma de caracterizar suas personalidades criminosas. Padrões sexuais que seriam considerados “normais” para homens são usados para caracterizar mulheres – em uma disposição, em geral, polarizada entre promíscuas ou frígidas, inexperientes (GINDRI, 2016, p. 281).

Sobre Suzane Von Richthofen, foi informado que após assassinarem os pais, ela e o namorado foram para um motel onde mantiveram relações sexuais; sobre Anna Carolina Nardoni descobriram que ela passou a se relacionar com Alexandre Nardoni enquanto ele era ainda casado; e sobre Elize Matsunaga é informado que ela era garota de programa, tendo como cliente Marcos Yoki, que na época era casado e depois passou a ser o seu marido.

Quanto à atração física, entende-se a aparência física e a capacidade de sedução das criminosas, atributo relacionado como um desvio feminino grave, desde os tempos de Lombroso (GINDRI, 2016). Elize Matsunaga é apresentada como uma “moça bonita e pobre nascida no interior”, “uma bela garota de programa”, “mulher loira, de traços delicados, corpo sinuoso”, e há também ilustrações para corroborar o texto.

A condição matrimonial também influencia na construção da imagem da mulher criminosa. Anna Carolina e Elize, antes amantes, “destruidoras de lares”, depois se tornaram esposas e mães. Já Vera Lúcia casou-se duas vezes e optou por não ter filhos.

Quanto à maternidade, especialmente quando os crimes envolvem crianças, esse fator é fundamental, pois são utilizados para desqualificar a criminosa, assim como para diminuir aquela que não possui filhos. A reportagem narra que Elize assassinou o marido enquanto a filha dormia. Deu-lhe um tiro e, depois, utilizando os conhecimentos de anatomia adquiridos com a profissão de enfermeira, esquartejou o corpo e o colocou em sacos de lixo. Já Anna Carolina, a madrasta da vítima, também possui filhos, e pelas investigações, a polícia acredita que o filho Pietro tenha presenciado as agressões à irmã assassinada. Sobre Vera Lúcia, que optou por não ter filhos, é descrito que a ex-procuradora estava obcecada para adotar uma criança, por se preocupar com o destino de sua herança e pensão; ela foi acusada de torturar a menina de cinco anos a quem pretendia adotar.

Sobre os monstros mitológicos, que são extraídos da mitologia pagã e judaico-cristã e da literatura clássica, as construções atuais de mulheres criminosas invocam imagens de tais seres, tidos como maus, para ressaltar o lado abominável de cada uma. Anna Carolina é a madrasta má, Suzane é a parricida e matricida que se relaciona com o crime de Édipo da peça escrita por Sófocles, *Édipo Rei*, inspiração para Sigmund Freud cunhar a expressão Complexo de Édipo. Já a história de Vera Lúcia está relacionada aos contos de fadas onde as bruxas malvadas maltratam as criancinhas e os heróis vencem. A procuradora aposentada, de cabelos longos e grisalhos, com uma vida reclusa, sem marido e sem filhos, também tinha afeição por tarô e fazia parte de comunidades virtuais chamadas “Caldeirão”, “Vassoura” e “Intuição e Magia Prática”, também era suspeita de fazer parte de uma seita satânica. Tais aspectos da vida privada de Vera Lúcia são utilizados para criar uma imagem feminina que remete às “bruxas más comedoras de crianças”, uma vez que sua acusação era a tortura de uma menina.

Sobre o item “vacas loucas”, podem-se relacionar os casos em que o crime foi motivado por distúrbios psicológicos, afeto psicológico e histérico ou aspectos psicopatológicos inerentes à mulher, como acreditava Lombroso. As

atitudes de Vera Lúcia podem ser consideradas as de uma psicopata, ou seja, tem entendimento entre o certo e errado, o bem e o mal, porém não se preocupa em ferir e maltratar os semelhantes ou em atuar de forma moral e criminalmente errada. Elize também pode ser classificada como possuidora de distúrbios psiquiátricos como a catatimia, que é quando alguém age tendo a razão dominada pela emoção. Suzane também poderá ter agido devido a distúrbios biopsicológicos existentes na transição da adolescência.

Já sobre as manipuladoras do mal e as não agentes, elas são demonstradas por Gindri (2016) da seguinte forma: a primeira através dos comportamentos de premeditação e manipulação para ocorrer o crime; a segunda como a negação de que a mulher seja capaz de cometer crueldades e violências, ou seja, é o entendimento de que ela seja motivada a cometer o crime. Para a pesquisadora, “Elas não são agentes de suas condutas, mas levadas ao ato criminoso enquanto manipuladas por emoções, pessoas e condições sociais abusivas (como a violência doméstica)” (GINDRI, 2016, p. 288). Nesse sentido, Suzane encontra-se entre os dois quesitos, ora como manipuladora, ora como não agente, cúmplice de uma encenação para distorcer seu real papel. Premeditou um assalto à própria casa, mas alega que chorou durante o crime.

Gindri (2016) conclui seu estudo afirmando que:

A representação da mulher criminosa exerce uma forma de controle social ao valorar, para além da conduta, aquelas condutas que são percebidas, dentro do sistema patriarcal, como desviantes. As quatro personagens analisadas são representadas como detentoras de um caráter degenerado e de características que saltam aos olhos: não se enquadram nos papéis de mães e esposas, tem sua beleza e sanidade avaliada e sua vida sexual julgada como parte do crime que cometeram. Estes processos de avaliação e valoração que estas mulheres sofreram pelo discurso jornalístico, no entanto, ultrapassam as páginas das edições analisadas. Eles ocorrem com qualquer uma, nas ruas, nas escolas, nos ambientes de trabalho, na academia ou nas rodas de amigos. (GINDRI, 2016, p. 291).

Assim, outros comportamentos não criminosos das mulheres são colocados como inaceitáveis ou como indícios para o cometimento de crimes e, dessa forma, altamente condenáveis. E estes acompanham as apenas

mesmo após a quitação de sua dívida com a justiça. Conforme o Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária (NPCP):

O retorno da pessoa que esteve privada de liberdade ao convívio social é dificultado pelo estigma que existe sobre o egresso do sistema prisional. Há dificuldade de inserção no mercado de trabalho, de retomar o cotidiano fora das grades em amplos sentidos. A política de reintegração social deve ser fortalecida para propiciar apoio do estado ao egresso a fim de orientá-lo em seu retorno à sociedade. (DEPEN, 2015, p. 32).

Considerando o perfil da mulher brasileira presa, além do gênero, pouco tem a ver com as criminosas escolhidas para estamparem a capa da revista, as quais são brancas, possuem boa escolaridade, bom nível social e são acusadas de crimes gravíssimos. Este fato revela a invisibilidade da grande maioria das mulheres presas perante a mídia (GINDRI, 2016).

Num estudo realizado sobre a representação das feminilidades na imprensa da cidade Maringá (PR), entre os anos 1960 e 1970, foram analisadas colunas sociais e páginas policiais, com o objetivo de investigar os discursos referentes à mulher, às normas de gênero e aos papéis sociais.

[...] observamos que a coluna policial apresentava as perigosas e transgressoras “prostitutas”, “vadias”, “mariposas”, “doidivas” e “mulheres da vida” – nomenclaturas empregadas pelo periódico para descrevê-las –, associando essas mulheres a um modelo de feminilidade distante dos padrões aceitos pela sociedade. Entretanto, as prostitutas não eram as únicas mulheres “transgressoras” apresentadas na coluna policial. Havia também as ladras, as assassinas, as violentas e as escandalosas, enfim, uma série de sujeitos femininos que poderiam ser analisados neste texto, no entanto, fizemos a escolha de priorizar as prostitutas, visto que eram elas as mais evidenciadas no Jornal, além de serem o maior alvo das ações policiais. (SILVA; PEREIRA, 2020, p.306).

De acordo com a pesquisa, embora outras mulheres infringissem as leis da época, aquelas que se prostituíam eram as mais visadas pelo poder policial, ou seja, o controle sobre a sexualidade e a manutenção dos espaços sociais se sobrepunha às demais funções policiais. Os adjetivos que qualificam as mulheres consideradas transgressoras as classificam com uma sexualidade pervertida, antinatural, de forma que deveriam permanecer afastadas do convívio social, a fim de não corromper as senhoras da sociedade.

A coluna social, por sua vez, procurava apresentar as “senhoras da sociedade” relacionando-as a atributos como pureza, piedade, beleza, delicadeza, recato, moderação, bem como a ambientes de domesticidades, de cuidados do lar, do marido e dos filhos. Sendo assim, ao buscar representar a “alta e boa sociedade” maringaense construía um ambiente social pacífico, de magia, de encanto e de harmonia, acompanhando a vida social das principais famílias da cidade (SILVA; PEREIRA, 2020, p. 306).

Junto às notícias havia também a descrição dos penteados e vestimentas, cores e joias exibidos nas festas, além dos adjetivos e elogios à beleza, elegância e simpatia, associadas a um ideal feminino a ser admirado e conseqüentemente imitado. Ao concluírem, as pesquisadoras ressaltam que não acreditam apenas na existência dessas duas feminilidades e que os jornais também revelam outras realidades, porém englobar a complexidade e todas as vivências apresentadas nos impressos não era o objetivo da pesquisa. Ao passo que a representação da mulher da sociedade aparece com detalhes minuciosos, a representação da mulher “doidivasas” se detém apenas em suas transgressões, ignorando por completo a sua existência, sua subjetividade e sua trajetória de vida (SILVA; PEREIRA, 2020, p. 309).

Diante do exposto, constatamos que as representações sociais, de uma forma geral, expressam fenômenos humanos considerando uma perspectiva coletiva e respeitando as individualidades, antes, porém, tais representações são concebidas mentalmente, em seguida constituem a substância das representações sociais. Em relação à representação feminina, seja nas mídias, seja na literatura, analisamos que ela é marcada pelo tempo e contexto histórico, acontecimentos que interferem e influenciam no pensamento e concepções vigentes. Nos dias atuais, é possível notar constantes tensões no que se refere à percepção do feminino, dada a onda de conservadorismo radical que assola as relações sociais e propõem retrocessos na trajetória das conquistas femininas.

3 PERCEPÇÕES DO FEMININO NAS VOZES DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRISÃO

Contamos histórias porque, afinal de contas, as vidas humanas precisam e merecem ser contadas. (Paul Ricouer, *Temps et récit*)

A percepção do feminino vista pelos olhos das narradoras e representada em suas falas foi o fio condutor de nossos estudos. No decorrer da investigação, a violência simbólica ou flagrante perpassou todas as narrativas. Ora como vítimas, ora como algozes, as narradoras tiveram como companhia, em suas trajetórias, inúmeros episódios onde a violência foi também a protagonista.

Sendo assim, não é possível interpretar situações sem considerar os contextos nos quais elas ocorreram. Então, para realizar a análise das entrevistas, é preciso ouvir atentamente cada palavra e ater-se aos seus significados, em especial aos sentimentos guardados. Assim, foram observadas palavras relacionadas ao núcleo familiar, para expressar tanto contentamento quanto angústia. Ressaltamos que, neste capítulo, voltamos o nosso olhar não apenas para o que cada mulher narrou sobre si, mas também para o que os outros e outras expressaram por meio delas. Pais, irmãos, patroas, sogras e o poder policial, entre outras esferas, também revelam suas percepções por palavras ou por atitudes.

No momento da narrativa, Amália estava com 58 anos de idade e há um ano presa, aguardando o júri popular, que ocorreu em 2016. Em seguida, progrediu para o Regime Semiaberto, pois não foi condenada pelo homicídio, mas por destruição e ocultação de cadáver. Atualmente, encontra-se sob Livramento Condicional.

Vanuza foi presa aos 23 anos, no momento da entrevista estava com 25 anos, e em 2014 progrediu para o Regime Semiaberto, porém permaneceu nele poucos dias, evadiu. Retornou, e em 2017 progrediu para o Regime Aberto. Atualmente encontra-se novamente evadida.

Lívia foi presa em 2014, aos 20 anos, e em 2016 progrediu para o Regime Semiaberto. Em setembro de 2020, aos 26 anos foi vítima de feminicídio, morta a facadas na presença de uma das filhas.

Rosa foi presa aos 35 anos, no ano de 2012. Já acumulava inúmeras passagens policiais sob a acusação de lesões corporais e tentativas de homicídio. Atualmente, aos 44 anos, encontra-se em livramento condicional.

A narrativa dessas mulheres realiza um trabalho de constatação. Suas experiências as colocam em uma posição diferente daquela que é o objeto de sua narrativa. A narradora é a soma de uma transformação, a junção das experiências, antes e durante o encarceramento, e certamente não está finalizada, a transformação é dinâmica.

Inicialmente, é preciso pensar a narrativa como produto de uma multiplicidade de interferências, das quais algumas aparecem no próprio contexto de sua enunciação. Isso nos remete à noção de multivocalidade e, portanto, a uma leitura que saiba escutar as múltiplas vozes que se exprimem no interior da narrativa. (MALUF, 1999, p. 77).

Escutar a multivocalidade presente nas histórias de vida requer atenção e ouvidos sensíveis para identificar nas entrelinhas tal profusão de vozes, às vezes contraditórias, às vezes coerentes, outras, confusas. Vozes aspirando a certezas, segurança em saber quem são. As experiências vividas são apresentadas juntamente com os valores sociais, ideológicos, históricos e religiosos, que dialogam entre si e revelam um pouco de como suas identidades são constituídas.

Assim, não é possível realizar uma análise sem o viés interseccional que considera os diversos marcadores sociais, como a raça, o gênero, a sexualidade e a classe. Esse reconhecimento nos permite compreender cada narrativa com maior profundidade. O conceito de interseccionalidade, sistematizado pela advogada e professora Kimberlé Crenshaw (2002), se afirma como “a conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”. Por meio desse olhar, é possível notar como os eixos de poder se relacionam e estruturam ações discriminatórias, criando desigualdades que afetam negativamente mulheres e demais grupos minoritários.

3.1 OLHAR A SI

A narrativa de cada uma, mais do que falar de acontecimentos, tratou de sentimentos, sensações, emoções e vivências.

Compreender os contextos em que as narrativas foram geradas, bem como onde aconteceram os fatos narrados, é essencial para analisar as histórias de vida; dessa forma, é possível:

[...] interpretar as histórias nos jogos e dimensões de sua tessitura (contexto é o que está tecido com), mas, também, na dimensão da construção do sujeito [...] para situar as histórias de vida em seus sujeitos e processos plurais (SANTAMARINA; MARINAS apud ABRAHÃO, 2003, p. 83).

As vidas de Amália, Vanuza, Lívia e Rosa estão ancoradas em tempo e lugares distintos. O que as une é o espaço da prisão, e o que as iguala é a condição de mulher presa. E ainda que as vestes alaranjadas tentem massificá-las, cada uma possui uma trajetória única e intransferível.

Ao narrar, elas se voltam para o interior em busca de memórias significativas para o momento atual de suas trajetórias:

[...] porque o eu passado é diferente do eu atual que esse último pode verdadeiramente se afirmar em todas as suas prerrogativas. Ele não contará somente o que lhe aconteceu em um outro tempo, mas sobretudo como, de outro que ele era, ele tornou-se ele mesmo. (STAROBINSKI, 1970, p. 92 apud MALUF, 1999, p. 76).

As mudanças que ocorrem na vida e no pensamento podem ser percebidas ao relatar mais que o arrependimento, mas a esperança de não voltar a praticar crimes: “(Desejo) tê minha casa, ajeitá bem ajeitada, aonde eu num sei, mais meu plano é esse aí, e, trabalhá e tocá esse barco pra frente, e peço a Deus pra que nunca mais aconteça isso comigo” (AMÁLIA, 2015). A metáfora do barco é utilizada para representar a vida em liberdade, com um mar de opções a frente onde é Amália quem conduz a sua embarcação e dá a ela um sentido novo.

A percepção de si, enquanto mulheres, mães, filhas e companheiras, é o que procuramos captar na análise das histórias de vida que se aproximaram, ao mesmo tempo que se distanciaram das vidas em liberdade, atrás de grades.

3.1.1 Amália: “Ela ficou grávida, num tava casada, a culpada era eu”

A narrativa analisada resulta das experiências de uma mulher que, naquele momento, era mais um número nas estatísticas de evolução da criminalidade feminina. Números daquelas que se amontoam nas prisões, esquecidas e julgadas precocemente pelos costumes da tradição patriarcal e, em alguns casos, precocemente pela lei penal, em decorrência de suas condutas transgressoras. Aqui, entendemos a tradição patriarcal como uma tradição hierárquica desigual, em que as relações de gênero se configuram com a dominação-exploração da mulher pelo homem não só nos espaços privados domésticos, como também nos espaços públicos das relações civis. Os dois gêneros possuem poder, porém o poder feminino é infinitamente menor e, dessa forma, prevalecem a desigualdade e a exclusão da mulher (SAFFIOTI, 2004).

O testemunho oral de Amália se propõe a revelar que há uma pessoa por detrás do crime. Sua voz é o instrumento eficaz para transcender as muralhas do cárcere, ser ouvida e interromper a invisibilidade que a encarcera e também a emudece. É a sua verdade compartilhada e representada em suas memórias.

No momento da narrativa, Amália se encontrava aguardando julgamento e sentença sob a acusação de assassinato e ocultação de cadáver. Afastá-la do convívio social foi a forma de puni-la por uma conduta considerada como crime. Sua narrativa oral contando suas desventuras aviva os arquivos da sua memória, rememora as lembranças que ficaram guardadas em algum canto do seu passado. Pensar sobre as memórias e narrativas das mulheres em situação de prisão conduz a uma reflexão mais profunda:

O estudo crítico das memórias outras, da perspectiva da subalternidade, permite reverter a situação vivida dos sujeitos subalternos e, por conseguinte, seu lugar dentro da discussão crítica contemporânea. Permite, por conseguinte, teorizar a importância da cultura, das memórias e das sensibilidades dos sujeitos subalternos para e no mundo moderno, revertendo, inclusive, seu posicionamento dentro desse projeto (NOLASCO, 2013, p. 153).

A posição de Amália ao narrar suas memórias é a de alguém que, naquele momento, em situação de prisão, se volta para o passado, para um tempo que já não existe mais, o tempo em liberdade. Por subalterno, entendemos “as

camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p. 12). Nesse momento, ela fala por si e do espaço social que ocupa, tendo o seu direito à fala e o seu espaço de escuta respeitados. Quanto aos seus desvios ou ao crime cometido, não se coloca como vítima das situações de violência ou de negligência as quais sofreu, mas como alguém que lamenta o ocorrido, a distância dos entes queridos e o desfecho dos fatos (GIGLIOLI, 2014). Sobre o momento da prisão, ela narra:

Aí quando foram me pegá, tô presa, eu falei: – Fazê o quê? Já fiz, minha intenção num era essa, me arrependo, mais vô fazê o quê? Aí o delegado falô pra mim: – Você premeditô, eu: – Não senhor, jamais, nunca. (AMÁLIA, 2015).

Assim, diante do fato consumado, para Amália não há mais o que fazer, resta o arrependimento e cumprir o que a lei determinar.

A trajetória de Amália, cuja identidade foi preservada e o nome substituído, se assemelha a de tantas outras mulheres que sofrem violência, todos os dias, em diversas fases da vida. Inicialmente é o pai que agride com surras na adolescência; na vida adulta, é o irmão que a julga e o marido que a explora e maltrata. Ela cresceu entendendo que o sexo feminino é aquele que precisa se defender constantemente.

A história tem início com Amália narrando dificuldades na vida da família na roça e a pobreza em que viviam. A primeira imagem observada na narrativa refere-se a si, quando é questionada sobre como gosta de se apresentar para as pessoas, ao que ela responde que, no momento atual, se sente sem graça e desajeitada devido ao uso do uniforme alaranjado, que deve ser usado todos os dias. Fala da infância com poucos recursos e da necessidade de “se virar” para sobreviver, seja trabalhando em casa ou na roça. Na infância, não teve oportunidade de estudar, pois seu pai acreditava que “mulher quando estuda é só pra aprender malandragem” (AMÁLIA, 2015). O pai, às vezes, pagava um professor particular para ensinar os irmãos, mas ela não podia sequer ficar próxima à mesa. Amália só foi à escola e aprendeu a ler depois de adulta e separada do marido.

O trabalho rural era realizado na fazenda de um tio, que fora deixada como herança para uma filha, mas a prima “era muito doida e perdeu tudo, perdeu tudo” (AMÁLIA, 2015). Então a fazenda foi vendida e se transformou em pequenos lotes. É possível notar, na fala de Amália, a ideia de que mulheres não têm aptidão para administrar bens, o que evoca tempos antigos, em que a mulher não tinha o direito a administrar sua herança e era tida como incapaz de gerenciar bens em seu nome; dessa forma, ela deveria ser tutelada pelo pai ou pelos irmãos e, posteriormente, pelo marido.

Como meio para se sustentar, ela e a família trabalhavam na agricultura, e quando não havia ganhos por perto, os homens saíam para trabalhar longe, porém as mulheres não podiam ir. Ficavam trabalhando na sede da fazenda do tio, fazendo trabalhos domésticos: “Era muito difícil eles pará em casa. Quem parava mais lá era só eu e minha mãe e meu irmão mais novo” (AMÁLIA, 2015). As mulheres e as crianças então permaneciam no espaço familiar.

Em seguida, ela revela que aos dezesseis anos conheceu o primeiro namorado, em uma das festas em que seus irmãos animavam e tocavam instrumentos. O pai era rigoroso e, por medo de apanhar dele caso o namoro fosse descoberto, ela optou por fugir. Do casamento resultou a primeira filha, e o relacionamento durou pouco porque, segundo ela, “não tem sorte com marido” (AMÁLIA, 2015). Depois, ela retornou ao convívio com a família.

Separada e com uma filha, sofreu discriminação e hostilidades por parte do irmão:

Briguei muito feio por causa da filha dele. A filha dele se perdeu lá. Falô, disse que eu que era a culpada, sendo que eu nunca que tinha saído com filha dele. Nem conversá com a filha dele, num conversava. Aí ela ficô grávida e num tava casada, quem era a culpada era eu. (AMÁLIA, 2015).

Ainda que nem conversasse com a sobrinha, a culpa recaiu sobre Amália pelo “mau exemplo” que era. Engravidar antes do casamento era algo repudiado por todos, fato merecedor de desprezo.

O próximo companheiro, de acordo com ela, era “mais ruim ainda” (AMÁLIA, 2015). Do convívio nasceram três filhos. Ela também sofreu diversas violências, inclusive físicas, desde trabalhos forçados na lavoura até a violência psicológica de saber que o companheiro esbanjava o dinheiro da colheita em

bordéis enquanto ela passava necessidades com os filhos. Ela narra que, por diversas vezes, precisou se esconder com os filhos em meio a plantações de mandioca para fugir da violência. Durante os partos, relata que o companheiro menosprezava a sua condição, alegando que as dores eram fingimento e se demorando em buscar ajuda para ampará-la. No parto do filho mais novo, foi necessário que uma das filhas pequenas fosse até a casa de vizinhos para procurar uma parteira, pois o marido se recusava a levá-la ao hospital.

Não suportando a situação, separou-se do companheiro, mudou-se para outra fazenda, continuou trabalhando na agricultura com os quatro filhos. Após um ano e meio, o ex-companheiro pediu para retornarem à união. Seguindo conselhos da patroa, ela decidiu retornar ao convívio com o companheiro, mas antes avisou: “Num vô sofrê. A primeira bobera que você fazê, que cê querê fazê tudo que cê fazia, eu vô largá de você, e aí falei: — Cê sabe o que é aquela palavra nunca mais? Vai sê a minha” (AMÁLIA, 2015).

Após um mês de relacionamento, os maus-tratos voltaram e Amália separou definitivamente do companheiro. Mesmo depois da separação, o ex-marido continuou perseguindo e fazendo ameaças. Foi então que ela decidiu revidar: “Até que um dia eu dei umas taqua... boa... ripona nas costas dele. Aí ele parô de me atormentá” (AMÁLIA, 2015). No decorrer desse relacionamento, os filhos também sofriam os maus-tratos do pai. E só foi possível encerrar as ameaças do companheiro mostrando a ele que ela também poderia ser violenta.

Amália conta que perdeu um de seus filhos por negligência do companheiro em não ajudá-la a levar a criança ao médico. O bebê de três meses estava com pneumonia e, como moravam em uma fazenda, longe da cidade, ele não quis levar a criança ao hospital alegando que ela estava com “manha”. Como o bebê não melhorava, Amália o pegou nos braços e partiu em busca de socorro, sozinha em meio a escuridão da madrugada. Ao chegar à pequena cidade, no hospital não encontrou médico, então andou mais alguns quilômetros até a casa de doutor que foi ao encontro da criança doente. O bebê foi diagnosticado com pneumonia dupla, foi medicado, mas não resistiu e faleceu ao clarear o dia.

Seu relacionamento com a avó dos seus filhos também era tenso, pois a sogra pouco teria ajudado os netos e, quando o fez, os presenteou com bermudas feitas com lençóis velhos, diferente do que fazia para outra neta que possuía. Esse gesto soou como um insulto que merecia ser revidado:

[...] a vó deles, da parte do pai, nunca recibi nada de ajuda, nada, inclusive uma vez ela fez uns short dum lençol que rasgô, ela mando lá pra mim, mandei devolvê pra ela se não eu ia lá dá na cara dela, cê já penso? A outra neta [...] ela chegava lá na casa dela, ela corria pra rua cum eles na cidade comprá ropa bonita, calçado bonito, pois um belo dia ela pegô esses lençol, sempre rasga no meio, né?, sobe essas berada. Ela num pegô e num mando pra mim um monte de calção das berada desse lençol rasgado? Ele chega lá, cum a maior cara de pau, eu falei pa ele: – Oh, cê num qué que eu vô lá dá na cara da sua mãe, cum esse saco de pedaço de, de pedaço de lençol aqui, você leva agora, porque minha mãe é pobre, mais quando ela vai dá uma coisa, ela dá uma coisa, não coisa cara, mais é novo, pegô e levô. (AMÁLIA, 2015).

Ver seus filhos sendo tratados como inferiores levou Amália a se sentir ofendida. Diante da afronta, ela exigiu que o marido devolvesse as peças usadas, que representavam um insulto. Seja diante da violência ou do menosprezo, ela saiu em defesa dos filhos.

Ela se orgulha por ser uma pessoa trabalhadora e que nunca deu trabalho aos patrões: “Sorte que as minha patroa foi muito boa comigo, deis’do começo e todas que eu arrumei era assim [...]” (AMÁLIA, 2015). Revela também que nunca foi demitida do emprego, quando saia era por motivos pessoais, e reforça que sempre trabalhou e que “nunca ficou à toa” (AMÁLIA, 2015). Mesmo durante o tempo em que esteve sem um companheiro, Amália diz que seu propósito era o sustento da família: “Toda vida, minha vida foi trabaiá, nunca fui de folia assim, festa [...]” (AMÁLIA, 2015). Nesse sentido, o trabalho é visto como algo bastante importante e sempre presente em todos os momentos da vida da narradora.

Sobre o último companheiro, ela o conhecia há muitos anos. Já tinham trocado olhares e algumas palavras em ambientes de quermesses de igreja, no entanto só começaram a se relacionar muito tempo depois. Amália tinha um comércio em que servia lanches e bebidas. O companheiro, a quem ela não nomeia e tinha fama de “mulherengo”, se aproximou e lhe disse que estava vivendo sozinho. Em resposta à proposta de ficarem juntos, Amália respondeu que não desejava mais morar com ninguém e que conhecia a fama dele: “– Eu conheço a sua fama, cê bate em muié, cê corta muié, cê baleia muié, ichi... eu conheço a sua fama. Não! Eu num sô mais aquele, vamo tentá” (AMÁLIA, 2015). O rapaz insistiu dizendo que havia mudado e que não tinha mais ninguém. Ele, na verdade, estava se relacionando com uma ex-funcionária de Amália, a quem

ela havia demitido: “Eu num quero mais sabê dessa muié. Eu falei assim, essa muié chega pra trabalhá chega bêbada, falei, a muié num sabe dá um troco [...]” (AMÁLIA, 2015). Depois da demissão, a narradora soube que dois estariam juntos. Ele, porém, negou o fato.

Começaram o relacionamento, mas pouco tempo depois surgiram os problemas. O companheiro chegava em casa bêbado, gritando e agredindo, até que esses episódios viraram rotina. E mesmo com os pedidos de Amália para que fosse embora, ele retornava.

O silêncio dela diante da violência, conforme revela, era em virtude da postura do filho, pois temia que ele se vingasse:

E como o meu guri tinha falado pra mim: – Mãe, o dia que a senhora arrumá um marido, querê arrumá um marido, a senhora sabe escolhê, porque se eu soubé que ele levantô o dedo, a senhora já sofreu muito cum meu pai, e se... eu soubé que ele levantô o dedo pra senhora, o negócio vai sê comigo. E aí eu fui escondendo tudo, sabe? Ele chegava era a mesma coisa que nada tava acontecendo, nada tava acontecendo, que eu tinha medo. Eu falei: eu fiz o meu angu eu tenho que aguentá queta [...] (AMÁLIA, 2015).

Amália revela um pensamento determinista muito comum de que as mulheres devem aceitar com passividade o sofrimento decorrente de suas escolhas e de que são merecedoras dele por não saberem escolher.

Mesmo com a proibição feita por Amália para que ele não frequentasse a sua lanchonete, o rapaz aparecia por lá bêbado e atrapalhava o trabalho:

Aí [eu] num falava nada bêbado, chegava ciscano tudo, eu esperava ele sará, levantá no outro dia. A tarde, eu conversava cum ele, “ai eu num fiz nada disso, cê é muito conversadeira”, hum..., e foi assim, foi até que aconteceu. (AMÁLIA, 2015).

Amália era rotulada como “conversadeira”, ou seja, uma mulher que fala demais e possivelmente inventa os fatos, que não merece crédito.

Na noite do crime, ela relata que começou como tantas outras vezes. Começaram as agressões e ela acabou acertando a cabeça do rapaz, que revidou mais ferozmente, e para se defender ela usou uma faca, acertando-o no peito.

Amália foi presa acusada de matar e ocultar o corpo do companheiro, após cortá-lo em partes. No momento da entrevista, aguardava o julgamento.

Apreensiva quanto ao futuro, mas não se lastima pelo ocorrido, pois sabe que não há como voltar.

O espaço doméstico foi o cenário no qual se deram as agressões, as idas e voltas e, por fim, o crime. A violência doméstica contra as mulheres na maioria das vezes se dá na intimidade do lar, de maneira oculta e até disfarçada pelas vítimas, envergonhadas pela humilhação.

Amália era proprietária de um bar. Lugar onde, anos atrás, não era apropriado para as mulheres frequentarem, quanto mais serem as donas e administradoras. A atitude da narradora revela ousadia em descumprir um preceito antigo e machista.

Para o futuro, ela desejava estar com as filhas, o filho e os netos. Recomeçar a vida, construir um novo lar e seguir a vida adiante, em liberdade. Ao falar de seus anseios, a voz fica embargada, os olhos marejam e o pensamento parece atravessar as grades.

As imagens utilizadas para representar as personagens femininas nas narrativas revelam a percepção de que a narradora tem de si e das demais mulheres com as quais conviveu, revelam a compreensão de Amália diante da realidade. A figura materna, presente desde o início da narrativa, demonstra o ideal de amor materno que é capaz de se sacrificar e sofrer para obter o bem-estar dos filhos.

O relacionamento de Amália com a mãe foi marcado pela ajuda mútua. Ela pôde retribuir à mãe os cuidados e a proteção que recebeu. Desde a infância, com um pai violento, a mãe esteve presente para lhe auxiliar: “sempre a minha mãe me ajudou”. No decorrer e no final da vida dela, a narradora esteve presente:

Eu que mais cuidava dela, era médico, era banco, era... tudo era eu. Tudo. Tudo. Tudo. Aí que eu falei pros meu dois irmão: – Ah!... Nós vai tê que pagá uma pessoa pra cuidá dela, falei cum ele, era ajuda, eu ajudava, sempre sobrava mais pra mim, que eu que ficava ali né? Saia pro serviço, voltava, sempre tava ali. (AMÁLIA, 2015).

O senso de dever como filha, de auxiliar os pais na velhice, foi uma preocupação de Amália, que cuidou deles até morrerem.

Já o seu papel de mãe, no decorrer da narrativa, também é bastante visível. Ela relata que em meio às dificuldades e sacrifícios, os filhos sempre estiveram em primeiro lugar. Sobre as renúncias e abnegações maternas, Elizabeth Badinter (1985), em *Um amor Conquistado: o mito do amor materno*, aponta para o fato de que a ideia do sentimento inato de amor materno não é verdadeira, mas que ela foi naturalizada no decorrer da história. No passado, os sofrimentos das mães eram vistos como uma afirmação da maternidade, ou seja, o cumprimento de uma missão.

É na apoteose de uma maternidade esclarecida e vigilante que a mulher deve esquecer todos os sacrifícios, todas as dores, todos os sofrimentos que comporta a sua missão, e essa compensação lhe deve ser ao mesmo tempo um estimulante e uma esperança (SÉE apud BADINTER, 1985, p. 268).

As atitudes de Amália demonstram a disposição em se sacrificar a favor do bem-estar dos filhos, nem que para isso precise andar quilômetros em meio à escuridão da madrugada para chegar ao hospital. A disposição em se dedicar aos filhos, ainda que isso lhe seja doloroso, é uma característica recorrente na narrativa. As mães retratadas por Amália, com exceção da sogra, são pessoas solidárias, dedicadas e disponíveis para socorrer nas necessidades. A mãe, a patroa, a parteira, as vizinhas e as suas filhas aparecem como personagens femininas dotadas de ações generosas e, por fim, ela mesma aparece como abnegada, mas também como capaz de matar.

As relações afetivas/amorosas da narradora são representadas por meio de imagens hostis, situações recorrentes e motivadas por preconceitos, ciúmes ou simplesmente brutalidade, e que revelam a violência contínua vivida pela narradora, culminando num ato de extrema violência praticada por ela contra o seu agressor.

A narrativa de Amália revelou a história de uma mulher criminosa, cumprindo pena privativa de liberdade por ter assassinado e ocultado o cadáver de seu companheiro. Num primeiro momento em que se espera encontrar apenas uma infratora ou bandoleira, encontra-se também a mulher por detrás do crime. Alguém que possui uma história para contar. Suas desventuras, as poucas alegrias e esperanças podem ser compartilhadas e possuem o seu valor.

O espaço do cárcere, próspero em amarguras e pesares, é o lar para alguém que, em inúmeros momentos anteriores à prisão, teve seu abrigo transformado em ergástulo. A privação da liberdade, vivida pela narradora, era sua conhecida quando não podia dormir em casa e quando se escondia na plantação juntamente com os filhos para fugir da violência conjugal.

Em todos os momentos que foram narrados os atos que feriram a integridade física ou moral de alguém, é possível afirmar que houve uma postura violenta. A violência se apresenta na narrativa de forma sutil com pequenos eventos e com falas carregadas de preconceitos ou drasticamente como um assassinato.

Dessa forma, é possível considerar que a percepção do feminino revelada pela narradora avalia que as expressões utilizadas para representar as mulheres evidenciam conceitos construídos socialmente, por um determinado grupo de indivíduos, do qual ela participou e absorveu seus conceitos e valores. Estes conceitos apontam para a visão patriarcal na qual a mulher é subjugada e estigmatizada quando age contrariando os valores desse sistema (SAFFIOTI, 2004). Assim, o relato de Amália, mulher separada do marido, com filhos para criar, trabalhadora da roça, posteriormente “dona de bar” e por fim acusada de assassinar o amásio e presidiária, reúne diversos requisitos para divergir do modelo imposto pela tradição patriarcal.

Após cumprir a penalidade determinada pela justiça, ela retornou a sua antiga realidade, porém com o estigma de ex-presidiária. Nesse novo trajeto, é preciso aprender a conviver com a existência de preconceitos e desconfianças.

O retorno da pessoa que esteve privada de liberdade ao convívio social é dificultado pelo estigma que existe sobre o egresso do sistema prisional. Há dificuldade de inserção no mercado de trabalho, de retomar o cotidiano fora das grades em amplos sentidos. A política de reintegração social deve ser fortalecida para propiciar apoio do estado ao egresso a fim de orientá-lo em seu retorno à sociedade. (DEPEN, 2015, p. 32).

Os obstáculos na vida em liberdade não serão poucos. O desejo de reconstruir a vida com os filhos e netos certamente foram motivadores para alcançar, enfim, a liberdade. Segundo ela narra, sua vida foi trabalho, dedicação aos filhos, violências diversas, e ao se encontrar presa, reflete:

Eu lembro muito deles, saudade deles, que eu num posso vê [comoção]. Principalmente agora. [Silêncio] Muito [incompreensível] a gente passa por cada coisa né? Toda vida, minha vida foi trabaiaá, nunca fui de folia [...]. (AMÁLIA, 2015).

A narrativa de Amália traz a experiência de vida de resiliência, resistência, de uma mulher que, aos 57 anos, tem sequelas do crime, alguns problemas de saúde e uma pena a cumprir.

3.1.2 Vanuza: “Fui embora pro mundo”

Vanuza é uma mulher de 25 anos, solteira, negra e sem filhos. Na época em que concedeu a entrevista cumpria pena em Regime Fechado, sob a acusação de tráfico de drogas, na tentativa de entrar em uma prisão masculina com entorpecentes escondidos no corpo para visitar um suposto companheiro. No primeiro contato, o que chama a atenção são as tatuagens com letras, as quais depois ela nos explica serem as vinte e cinco letras que são as iniciais dos seus vinte e cinco irmãos, pelo lado paterno, uma forma de trazer a família sempre perto de si. A partir da narrativa de Vanuza, propomos uma reflexão sobre as memórias de infância, as desventuras na sua trajetória de vida, o retorno ao espaço escolar após a sua prisão e os desejos para o futuro.

Considerar o contexto físico e social onde ela se encontra contribui para melhor compreender sua história, já que Vanuza nos fala cercada pelo espaço da prisão. A suspensão da liberdade provoca uma enorme angústia, considerando os diversos males decorrentes da prisionização, assim, manter vivas as lembranças do mundo exterior colabora para preservar um pouco de si, dentro de um espaço onde a individualidade é rara e quase tudo é usado coletivamente. A prisão torna-se, para mulheres como Vanuza, o espaço fronteiro entre a liberdade e clausura, um espaço de passagem de um mundo a outro. Uma fronteira viva que delimita, a partir dos altos muros, um novo e sofrido modo de viver.

A vida no cárcere marca uma dolorosa ruptura com o mundo externo e a entrada em um universo insólito, já conhecido de Vanuza devido às visitas dominicais à prisão masculina. Agora, é ela a presa, porém esquecida e sem visitas.

O perfil da mulher presa quase sempre contempla mulheres negras, pobres, com pouca ou nenhuma escolarização, de todas as idades e que não aceitaram desempenhar os papéis que a sociedade já havia estabelecido. Na prisão, observa-se de perto a seletividade do sistema jurídico punitivo e a cultura do encarceramento seletivo (WACQUANT, 2014).

Os papéis sociais femininos previamente determinados sugerem que elas tenham um comportamento pacífico e dócil. Nunca se espera que possam mudar a rota e incluir nela: roubos, assassinatos, tráfico de armas e drogas, entre outras transgressões. A mulher, tantas vezes excluída da história⁸, uma vez privada de sua liberdade, é duas vezes segregada, posta em esquecimento: sofre por ser mulher e por ser criminosa. A voz quase inaudível ganha menos credibilidade após a prisão. Então, por meio de um relato oral, Vanuza usa o poder de sua voz para falar de si e ser ouvida.

No decorrer de muitos séculos, a mulher foi mantida em um estado de quase invisibilidade, postura imposta e reforçada por teorias equivocadas e que, atualmente, ainda encontram eco em diversas sociedades. Michele Perrot (1989, p. 9) afirma que “No teatro da memória, as mulheres são sombras tênues”, pois onde a narrativa histórica põe mais ênfase é justamente em espaços pouco ocupados por mulheres, e quando elas aparecem são apenas como meras alegorias. No cenário político ou entre conflitos armados, não há visibilidade para mulheres. Quando se trata de sua presença, elas:

[...] se inserem como ornamentos, estritamente disciplinadas pela moda, que codifica suas aparências, roupas e atitudes, principalmente no caso das mulheres burguesas cujo lazer ostentatório tem como função mostrar a fortuna e a condição do marido. [...] quanto às mulheres do povo, só se fala delas quando os seus murmúrios inquietam no caso do pão caro, quando provocam algazarras contra os comerciantes, ou contras proprietários, quando ameaçam subverter com sua violência um cortejo de grevistas (PERROT, 1989, p. 10).

Para as mulheres, o direito à voz só é dado quando as situações são extremas. O direito de narrar o que viveram, o que viram, de falar e expressar

⁸ Michele Perrot, ao escrever sobre a relação da História com as mulheres, afirma que “Da história, muitas vezes a mulher é excluída” (PERROT, 1988, p.185), pois ela foi escrita por homens, que escrevem a história no masculino, e quando falam das mulheres, estas aparecem como “meras coadjuvantes”.

seus sentimentos, ideias ou pensamentos é duramente conquistado, tanto na fala quanto na escrita. Sendo assim, o testemunho é um dos principais objetos para a reflexão crítica e exerce atração não apenas por sua dimensão de proximidade com a verdade, mas também pelo fato de que a leitura ou a escuta de um testemunho possibilita ao leitor/ouvinte o encontro com o “sublime suavizado: a zona intermediária em que o literário rompe-se em algo mais que, não é tanto o real, quanto a sua possibilidade inesperada” (MOREIRAS, 2001 p. 254). Essa possibilidade coloca o leitor/ouvinte em contato direto com o âmago da experiência narrada. Ter acesso a esse centro, encontrar e conhecer o que há de mais verídico possível, deparando-se com a essência da narrativa, torna-se a atração. Tal expectativa é o que seduz o leitor/ouvinte e o motiva a continuar o contato com a narrativa.

Nessa esteira, podemos refletir sobre a narrativa oral de Vanuza, em que a veracidade histórica presente nos fatos apresentados não é o mais importante ou mais relevante, antes é a riqueza de sua construção por meio da linguagem. Nesse sentido:

A tão pretendida veracidade dos relatos que foi discutida ao longo dos tempos na pesquisa acadêmica, atualmente chega a ser um aspecto ultrapassado, pois, baseando-nos nos trabalhos que ajudam a elucidar e compreender as múltiplas possibilidades da memória, e na subjetividade que envolve todo o processo de investigação, desde a coleta até a produção da documentação, existe um consenso apontando que “não há fontes orais ‘falsas’. Fontes orais são aceitáveis, mas com uma credibilidade diferente”. (PORTELLI, 1997a, p. 32 apud SARAT; SANTOS, 2006, p. 57).

Para continuar esta reflexão, precisamos expor o sentido que daremos a palavra “testemunha”. Em latim, ela possui dois significados: *testis*, aquele que se põe como terceira pessoa, ou seja, que se coloca como conciliador entre duas pessoas; e *superstes*, aquele que passou por uma experiência e pode falar sobre ela, testemunhá-la (VECCHI, 2001, p. 78). Há também relações com a palavra “memória”, pois, em grego, “testemunha” passa a significar *martis*, da qual deriva *martirium*: a morte dos cristãos que testemunhavam a fé em Cristo. *Martis* também se relaciona ao mesmo verbo, com a finalidade de recordar. Logo, semanticamente, podemos afirmar que a testemunha é o sobrevivente que não pode não recordar (VECCHI, 2001, p. 78).

As narrativas testemunhais ganharam um grande espaço depois da Segunda Mundial. Por meio delas, a testemunha é revestida de autoridade para narrar o que viveu. É aquela que passou pela história como parte e centro dela, dessa forma, Vecchi aponta para a condição moderna da perda da distância entre a testemunha e o evento que dela fez parte. Um está vivamente entranhado no outro (VECCHI, 2001, p. 76). Só não pode testemunhar aquele que não conheceu ou não participou da experiência no passado. Por outro lado, também não testemunha aquele que se emudece perante a barbárie, onde a brutalidade é tamanha e as palavras não são suficientes para representar a realidade vivida (LÉVI, 1988, p. 23).

O silêncio diante da contemplação do sofrimento é a imagem mais eloquente, mais fértil e que grita tão alto quanto o próprio testemunho. Fragilizada em sua angústia, Vanuza presencia sua própria dor e confiança, entre lágrimas, o relato de um de seus sofrimentos: “O que que aconteceu? Comecei a me prostituí, sabe? Pra tentá dá o que eles precisavam, porque eu não queria que eles passassem o que eu passei... [choro]” (VANUZA, 2014). A voz sofrida que exprime sua verdade, a expressão viva daquilo que Primo Levi também foi vítima: chegar ao fundo.

A narrativa de Vanuza mostra-nos um pouco das muitas histórias de mulheres vítimas da violência, da pobreza e da exclusão. Nascida em Campo Grande (MS), ela se mudou depois para uma pequena cidade, próxima à Naviraí (MS). Cresceu trabalhando e cuidando dos irmãos menores e seus pais eram trabalhadores rurais “boias-frias”. Desde muito cedo conheceu a violência: “o meu pai, quando ele tomava uma pinga, a vida dele era xingá a gente, então, assim, [...] era bem difícil assim a gente pará pra conversar era mais, quando ele queria pegá pra batê mesmo [...]” (VANUZA, 2014). Uma vida cheia de idas e vindas, deslocamentos em busca de uma vida melhor. Entre as muitas viagens, uma delas a trouxe para o cárcere, para a margem da margem.

Entre as lembranças da sua infância, as brincadeiras e a convivência com irmãos estão presentes. Assim ela nos conta:

E: E quando você pensa na tua infância, você tem 25 anos, quando você pensa na tua infância, quais imagens vêm na sua cabeça?

Vanuza: Ah, várias coisas, tipo, quando eu brincava cum meus irmãos no morro [riso], muita coisa boa vem.

E: Do que você brincava?

Vanuza: Brincava de escorregá cum papelão.

E: Campo Grande?

Vanuza: Não. Já em Naviraí. Meu [risos] vô tinha uma chácara, aí nessa chácara tinha um morro, onde ele plantava taioba, umas planta que come, né? Aí eu sempre juntava os sete dos meus irmão pequeno, que eu tomava conta, ia lá pó morro escorregá, e gente ficava lá brincano o dia intero, até a hora da minha mãe chegá do serviço. (VANUZA, 2014).

As lembranças da infância fazem Vanuza sorrir ao recordar as brincadeiras na companhia dos irmãos. Ao revisitar o passado, os momentos felizes aparecem em coletividade, mostrando as relações com as pessoas ao seu redor, e ainda que surjam a partir de um grupo, é a apreensão individual do momento vivido. Possivelmente, todos os irmãos se lembram das brincadeiras no morro, mas certamente cada um vai se lembrar de maneira diferente. Nesse sentido,

[...] a memória é sempre uma construção feita no presente a partir de vivências ocorridas no passado. Memórias individuais e coletivas se confundem; não somos ilhas e, portanto, estamos sujeitos a influências, bem como a influenciar, os grupos a que pertencemos e com os quais nos identificamos (MATOS; SENNA, 2011, p. 97).

Mais à frente, durante a narrativa, Vanuza nos revela que sua infância não foi apenas de brincadeiras. Os trabalhos domésticos, ainda criança, afastaram-na do espaço escolar e as responsabilidades de um adulto passaram a ser suas também. A escola só entrou mais tarde em sua vida:

Eu não tive infância, a minha infância foi cuidá deles desde pequena, comecei a cuidá deles, eu tinha sete anos, minha mãe ia trabalhá e meu pai, aí dexava eu tomando conta deles sabe? Aí a nossa pia era um tambor de lata [riso nervoso] cortado no meio pra podê fazê uma pia, ali eu lava a roupa, cozinava no fogão à lenha pra eles, aí quando dava sete hora eu lava pra escola, então meu relacionamento com eles não foi tanto de irmão pa irmão, foi como se fosse uma segunda mãe. Com dez anos eu comecei a estudá e eles já eram mais grandinho sabiam se virá sozinhos, e assim foi até agora depois de grande, aí mandei pro sítio, continuei tomando conta deles e estudando, aí eu parei de estudá, e, mudei pra cidade. (VANUZA, 2014).

Mais à vontade para falar, a narradora nos conta o porquê de só iniciar seus estudos escolares aos dez anos:

Porque não tinha como eu estudá e tomá conta deles, porque o meu irmão mais velho, tinha do de oito ao de sete eu tomava conta deles, minha mãe tinha, um curral de porco, assim a gente cuidava porco, eu num podia estudá porque eu tinha que cuidá dos porcos, fazê comida, dá banho neles pa levá eles pa escola, aí num tinha muito como eu ir pa escola, porque era muita obrigação pra mim, porque eu era pequena, eu era doente já nessa época, aí num tinha como, porque eu fazia tudo ao mesmo tempo porque quando eles chegasse da escola já tinha que tê comida pronta, pra quando minha mãe chegasse do serviço já ta tudo pronto, pra mim podê adianta o serviço pra no oto dia eles podê ia pra escola de novo. (VANUZA, 2014).

A condição de criança, agravada pela situação de saúde precária, não a isentava das tarefas domésticas. As atitudes dos responsáveis por ela, ao delegarem tarefas próprias para adultos, muito comum atualmente, revelam um retrocesso para a infância. No passado, as crianças eram tidas como adultos incompletos, em desenvolvimento e eram obrigadas a assumir obrigações incompatíveis com suas idades e aptidões. Essa realidade foi mostrada pelo historiador francês Philippe Ariès (1978), o qual aponta que, especialmente durante o século XIX, a exploração do trabalho infantil se intensificou porque essa mão de obra era considerada barata e não havia nenhum controle ou fiscalização por parte das autoridades competentes, sendo as crianças mais pobres as mais vulneráveis à exploração.

É possível perceber, nas falas de Vanuza, que a realidade analisada por Ariès mudou pouco. Conforme dados que constam no Relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e no Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) do ano de 2021, no mundo, mais de 160 milhões de crianças e adolescentes estão em situação de trabalho infantil. Foi um aumento de mais de 8,4 milhões de meninos e meninas trabalhando, e com a situação da pandemia, devido aos impactos da Covid-19, este número foi para 8,9 milhões. O relatório também aponta que houve uma estagnação na diminuição do número de crianças e adolescentes trabalhando, alertou para a quantidade de crianças e adolescentes entre 5 a 17 anos em trabalhos perigosos, que podem ser prejudiciais à saúde, à segurança ou à moral. A faixa etária em que há mais crianças/adolescentes trabalhando é entre os 10 e 15 anos e, em sua maioria, são meninos negros da zona urbana. Geralmente os trabalhos são remunerados. E em relação às meninas, muitas delas executam trabalhos domésticos, além

disso, quando não estão fora da escola, estão em atraso escolar, assim como testemunha Vanuza. Com o agravamento da crise econômica e o fechamento das escolas devido à pandemia, mais crianças e adolescentes podem ter entrado em condições de trabalho ainda piores. A situação também é crítica pelo fato de que mais de 1,758 milhão estão em situação de trabalho sob condições penosas e ilegais.

Segundo o relatório, para compreender as raízes dessa situação é necessário observar como o trabalho de crianças e adolescentes brasileiros foram vistos no decorrer da história:

A Constituição Federal de 1934 proibia qualquer forma de trabalho a menor de 14 anos, o trabalho noturno a menor de 16 e o exercido em indústrias insalubres a menor de 18 anos. Doze anos depois, a Constituição de 1946 ampliou para 18 a idade mínima para o trabalho noturno. Nos primeiros anos do governo militar, em 1967, as regras mudaram novamente e foi autorizado o trabalho a maior de 12 anos. O limite subiu para 14 anos em 1974. (UNICEF; OIT, 2021, p. 22).

Nesse cenário, meninos e meninas acima de 14 anos tinham permissão para trabalhar, porém sem leis para garantir que os direitos humanos fossem respeitados, ficando, dessa forma, expostos às diversas situações de perigo e degradação. Com a Constituição de 1988, algumas regras para o trabalho para menores de 18 anos foram incluídas, e depois, em 1998, após a convenção 182, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil aprovou uma emenda constitucional elevando a idade mínima para o trabalho de 14 anos para 16 anos.

Mas, para Vanuza, além da obrigação ao trabalho, o alcoolismo foi um dos fatores que marcaram e influenciaram sua adolescência e, também, fez parte de sua infância, por meio de seu pai. As tentativas de aceleração escolar para minimizar a distorção entre idade e série estudada as beneficiaram, porém não foram capazes de mantê-la estudando. Podemos observar que, embora a escola tenha utilizado mecanismos para descartar a evasão, não é possível notar alguma atitude da família nesse sentido.

E: Como foi entrá na escola com dez anos? Quem decidiu que era a hora de você estudar? Quem te matriculou? Como foi chegar na primeira série aos dez anos? Que lembranças você tem?

Vanuza: Ah, nessa época foi duro, né, porque daí eu já sabia tomá pinga porque falaram pro meu pai que conhaque era bom

pra sará bronquite, e, nesses “bom pra sará bronquite” eu virei alcoólatra [risos], aí assim, as crianças mais novas me zoavam porque eu num era grande, mais também num era tão nova pra ta no meio das criança de sete, oito anos, criança pequena e eu no meio delas, aí ficaram me zoano, aí foi indo eu queria saí da escola, aí fizeram um processo de aceleração, aí eu passei pelas etapa certinho, foi aonde eu fui pra quarta, terceira quarta serie, eu estudava na escola [incompreensível] Tadano. Aí, fiz outro curso fui pra quinta serie, aonde eu parei, aí comecei a estudá, não estudava, só ia pra escola pra toma pinga dentro da sala, a professora me expulso da escola, aí não teve como eu estudá mais. Aí eu vim estudá depois de grande, aí com catorze anos eu voltei estudá e fiz até a sexta série. Agora tô terminando aqui meus estudo. (VANUZA, 2014).

O comportamento inadequado em sala de aula causado pelo uso de bebidas alcoólicas provocou a expulsão do ambiente escolar. Ela retornou somente aos catorze anos, com o auxílio de um programa social (PETI), obtido por meio do Conselho Tutelar:

O Conselho tutelar que falô pra minha mãe, que arrumo, como assim, uma bolsa família pra ela, um projeto assim que não precisasse trabalhar nem meus otros irmãos, pra mim podê voltá pra escola, e com isso ela ganho uma bolsa lá, e, não precisou eu ajudá ela mais em casa nem no serviço da roça, aí eu voltei pra escola. (VANUZA, 2014).

Até que outra situação grave a distanciou de vez dos bancos escolares. Continuando a sua narrativa, Vanuza, com os olhos banhados em lágrimas, nos confidencia um episódio de violência sexual:

[...] [riso nervoso] assim, nessa época meu pai e minha mãe trabalhavam ainda, aí como sempre eu ficava sozinha pra cuidá dos meu irmão, e aí já tinha aumentado mais irmãos, aí tinha vários índio que trabalhava perto da minha casa, aí dois me a..., estupro sabe? [Fala chorando] Aí, eu num quis mais ir pra escola, aí eu fiquei com vontade de saí da minha casa, porque eu falava pro meu pai e ele não acreditava, pensava que a culpa era minha, aí eu saí da escola, e, fui embora pro mundo, aí voltei depois de grande. (VANUZA, 2014).

Ao contar para a família sobre a agressão sofrida, ao expor o seu sofrimento decorrente da brutalidade da qual foi vítima, ela foi ignorada. Como se sua voz não tivesse som ou sua mensagem de nada valesse. Mesmo diante do esforço em ser ouvida, ninguém deu lhe crédito e, dessa forma, a saída foi ir

para longe: “eu falava pro meu pai e ele não acreditava, pensava que a culpa era minha, aí eu saí da escola e fui embora pro mundo” (VANUZA, 2014). Nesse contexto, a fala de Vanuza não é ouvida, suas palavras não alcançam eco, sendo desprovidas de qualquer valor. Embora ela fale, ninguém a ouve.

O lugar de onde ela fala é o de uma menina pobre, em meio a uma família com pouquíssima instrução e interesse com o que se passa com ela. A construção do seu discurso, nesse momento, se dá em meio a um crime sem punição. É a violência gratuita e sem explicações que lhe marcou para sempre, influenciando na formação de sua identidade, assim como nas escolhas de seus atos. O estupro sofrido e o descrédito do pai revelam como a cultura do estupro está presente fortemente na sociedade patriarcal atual.

Ao sair de casa e “ganhar o mundo”, Vanuza passou por algumas adversidades, sendo a última delas a prisão por tráfico de drogas. Ao ingressar na Penitenciária Feminina de Rio Brilhante, reencontrou a oportunidade de retomar os estudos. Uma nova chance de se reconciliar com os bancos escolares.

Ao analisar a narrativa de Vanuza e refletir sobre as suas memórias de infância, constata-se como esses acontecimentos a marcaram e refletiram na sua vida adulta. Embora essa narrativa tenha pouca importância para a sociedade, retrata experiências muito comuns de crianças brasileiras pobres, em contextos violentos e de trabalho infantil.

Tal narrativa se apresenta como a possibilidade de contato e encontro mais próximo dos fatos, possibilitados por meio da História Oral, que transforma a vida de quem relata e a de quem escuta ou escutará futuramente, afinal: “O destino *transformador*, portanto, é a marca de honra da história oral” (MEIHY, 2006, p. 195). Vanuza assume a autoria de sua história e, assim, poderá “transformar”⁹, dar um novo rumo, um novo significado. É ela a protagonista de sua história. A escola rural, onde, tardiamente, aos dez anos aprendeu as primeiras lições, e a escola da vida, onde continuou a ser aprendiz, são espaços marcantes em seu percurso. Mais tarde, em outros bancos escolares, atrás das grades, as aprendizagens continuaram, outros sentidos foram possíveis, outras realidades se apresentaram. É a escola e a vida como duras professoras.

⁹ Transformar, do latim *transformare*: fazer mudar de forma, de aspecto, dar forma.

Finalmente não se pode deixar de apontar que a voz com a qual Vanuza se empodera e ganha força ao narrar sua trajetória é a mesma que questiona o incompreensível e que também é capaz de se emudecer diante da barbárie: “tudo pra ele era motivo de batê, até uma vez ele quase mato minha irmã do meio, a Camila, inforcada. Não sei por quê [...]” (VANUZA, 2014).

3.1.3 Lívia: “Isso te dá força pra você podê tentá vencê aqui dentro, pra você podê vencê lá fora também”

Lívia é uma jovem de 21 anos, solteira, mãe de duas filhas, que cumpria pena em Regime Fechado, sob a acusação de tráfico de drogas e aliciamento de menores.

Inicialmente será contextualizada a história contada por ela, depois será abordada a questão das violências físicas e simbólicas que vitimam mulheres e meninas, uma vez que as agressões físicas em sua maioria acontecem em um ambiente doméstico, por alguém conhecido da vítima. Em seguida será tratada a trajetória de Lívia com as marcas da prostituição e o uso de drogas, questões que mudaram os rumos de sua história. O espaço carcerário como o lugar de fala da narradora também será um aspecto fundamental a ser considerado.

A história contada por Lívia é bastante intensa para uma jovem de apenas 21 anos. Ela iniciou a narrativa falando do amor pela família, em especial pela mãe. Depois contou de sua infância, que foi marcada pelas brincadeiras com as irmãs. Assim, a presença feminina em sua vida foi essencial: a mãe, as irmãs e as filhas. Ao falar de si, ela opta por usar a terceira pessoa:

[...] conhecida como um poquinho doidinha, porque a Lívia é muito, ela muito agitada, ela, ela fala muito, a Lívia... chora muito, só que a Lívia é uma pessoa do bem, a Lívia tem muitos sonhos, dexô muitas oportunidades passa, mais que pretende algum dia chegá num lugar que... que ela no passado queria, mas que vai consegui no futuro, a Lívia é uma pessoa... muito difícil de lidá, mais quem me conhece, quem convive acaba conhecendo, acaba conseguindo lidá com a Lívia, essas é a Lívia. (LÍVIA, 2015).

Ao referir-se a si mesma em terceira pessoa, como um narrador onisciente, ao tempo em que procura demonstrar distância, ela também faz uma

análise significativa de sua personalidade. A imagem projetada de si revela que se percebe como uma pessoa com bons sentimentos e que tem esperanças de alcançar os sonhos que tinha no passado. Reconhece que tem gênio difícil, mas que a convivência e o conhecimento do seu jeito contribuem para um bom convívio com as “Lívias” que habitam dentro de si. Ela se vê como alguém que espera melhoras para o futuro, evidenciando que a prisão não lhe tirou as esperanças de um dia chegar ao lugar desejado.

Sobre a sua infância, ela conta que foi sofrida e que as brincadeiras e o convívio se restringiam ao espaço doméstico, com as suas quatro irmãs e a mãe. O relacionamento com as irmãs era marcado pelas brincadeiras e pela disputa da atenção dos pais, e às vezes, alguns desentendimentos. As pessoas mais próximas de Lívia, desde a infância, com exceção do pai, foram figuras femininas. A mãe, em especial, teve um importante papel em toda a sua trajetória, estando presente, inclusive, nos anos de cárcere.

A violência física e simbólica foi presença constante na trajetória de Lívia. Na infância, foram as surras que a mãe sofria e a convivência com o pai, usuário de drogas e álcool, e na adolescência e juventude, foi o uso de drogas, a detenção policial, a gravidez precoce e a descoberta do HIV, fatos que deixaram marcas doloridas. Segundo Saffioti (1995), o espaço doméstico se torna um lugar extremamente violento para crianças e mulheres, isso porque a posição subalterna destas em relação ao homem e a ampla legitimação da supremacia masculina possibilitam que humilhações e atos libidinosos aconteçam em segredo e impunemente.

O pai, segundo conta, trabalhava em fazendas e, por isso, era ausente e pouco carinhoso com as filhas, na maior parte do tempo. Em seguida, ela revela que passou sete anos sem falar com ele e depois explica o que o motivo do distanciamento. O pai era usuário de drogas e era violento com a mãe, quebrava os objetos da casa e submetia todas elas à violência psicológica. Antes que o pai falecesse, fizeram as pazes e ela o perdoou pelo passado de sofrimentos.

[...] porque eu tinha muita mágoa dele pelo que ele fez a minha mãe passá, pelo que ele, ele fez a gente passá, mais e precisei vim aqui, pará aqui nesse lugar pra podê me dá uma chance de vida (LÍVIA, 2015).

A dependência química do pai era a causa dos sofrimentos de sua mãe e, conseqüentemente, das filhas, que também se afligiam com a situação. Lívia relata que ao retornar dos trabalhos na fazenda, ele consumia drogas no banheiro de casa e que, nessas ocasiões, a mãe permanecia à porta do local para que as filhas não presenciassem a situação.

[...] ela ficava a noite intêra em pé na porta, cuidando a gente pra que quando a gente acordava, a gente num, num vê aquela cena, porque a gente era criança na época, e...e drogado ele batia na minha mãe, ele revirava a casa, a gente num podia i pra igreja, porque quando a gente chegava da igreja a casa tava toda revirada, só, eu num posso falá que ele colocava comida dentro de casa porque isso num acontecia, era minha mãe, minha mãe lavava roupa pra fora, minha mãe limpava casa e assim por diante. (LÍVIA, 2015).

A figura materna é vista como alguém capaz de imensos sacrifícios. Alguém que por muitos anos viveu um relacionamento sofrido, enquanto criava praticamente sozinha as cinco filhas. O fato que, segundo ela, mais lhe marcou e foi definitivo para que se afastasse do pai, lembra a mãe limpando e cuidando da casa após ele ter revirado tudo e, em seguida, retornar e agredi-la, ainda que ela tenha implorado para que não abrisse a porta. A percepção da mãe que cuida, que limpa, que procura harmonizar o lar é também a da pessoa que abre a porta para o agressor covarde.

[...] até hoje num consigo esquecer, foi, foi numa noite que a gente foi na igreja, eu, minha mãe e minhas quatro irmã, a gente fomo pra igreja, foi uma noite tão bonita, mas quando a gente chegô em casa tava tudo revirado, tudo revirado e... minha mãe começô a limpá tudinho, a gente ajudamo ela e ele chegô em casa de madrugada, e tava só eu e minha mãe acordada, ele começô batê na porta pedindo pra entrá, pa ela abri pa ele entrá, e eu mãe pelo amor de Deus não faz isso [choro] eu ajuelhei no pé dela tremendo porque tinha muito dele, mãe num abre a porta que ele vai te batê. (LÍVIA, 2015).

A mãe, mesmo sabendo que iria ser agredida, abria a porta do lar. Até que um dia, não aguentando mais as agressões, resolveu se separar.

A violência, seja física ou simbólica, tem o poder de deformar ou até destruir a identidade da vítima.

[...] violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. (BOURDIEU, 2003, p. 7-8).

Para Pierre Bourdieu (2003), a violência simbólica acontece quando há desigualdade de poder entre pessoas ou instituições, o que muitas vezes acontece com a cumplicidade de um dos lados, sem que este se dê conta disso.

Entende-se por violência contra as mulheres “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (OEA, 1994). A violência doméstica se confunde com as diversas violências sofridas por Lívia, ao tornar-se usuária de drogas e prostituir-se para manter o vício. A gravidez na adolescência e a descoberta do vírus HIV privaram-na de alcançar os sonhos da infância, entre eles o de tornar-se bailarina.

A história de Lívia é semelhante à de outras adolescentes que conheceram os caminhos dos entorpecentes ainda muito cedo. De acordo com Oliveira, Paiva e Ferreira (2002), a feminização da aids e a drogadição feminina têm diversos aspectos em comum; de acordo com estas pesquisadoras, para compreender a proliferação da aids entre mulheres, deve-se considerar uma complexidade de fatores, como questões biológicas, sociais e culturais que contribuem desfavoravelmente para esse cenário.

[...] a vulnerabilidade das mulheres à aids está associada a uma lógica cultural da sexualidade, traduzida na submissão sexual das mulheres aos homens e na repressão sexual que permeia a educação das meninas. Essa educação, por sua vez, é construída de forma bastante complexa, com base em mitos e preconceitos, delimitados por gênero, sexo, opção sexual, classe e etnia. (OLIVEIRA; PAIVA; FERREIRA, 2002, p. 143).

Nesse contexto, a condição inferior da mulher favorece que o uso de preservativos não seja considerado, fator prejudicial para conter a transmissão do vírus. Assim, com a manutenção das relações de dominação e exploração, as mulheres tornam-se alvos para a disseminação da doença. Muitas vezes, por motivos de constrangimento, elas deixam de procurar assistência, de modo que se tornam invisíveis para o sistema de saúde e a sociedade.

O *ocultamento* destas mulheres ocorre, em parte, como consequência das representações em relação ao uso de SPAs e das relações de gênero vigentes em nossa sociedade. Geralmente a pessoa usuária de drogas é vista como marginal, situação que fica mais evidente quando a pessoa usuária é uma mulher. (OLIVEIRA; PAIVA; FERREIRA, 2002, p. 144).

O consumo de entorpecentes pode ser motivado por diversos fatores, como pessoas em situação vulnerável, devido às dificuldades financeiras, de saúde, fome, miséria, decepções e até por mera curiosidade. Na adolescência, como foi o caso de Lívia, há a necessidade de pertencimento a um grupo, de afirmar-se e de conhecer novas experiências (PAIVA, 1988).

Há também a correlação do consumo de entorpecentes com a prostituição, pois, embora nem sempre a drogadição conduza a ela, quase sempre, a própria prostituição é o fator que colabora para que a mulher procure as drogas. O consumo de entorpecentes levou a narradora à prostituição e à contaminação com o vírus HIV.

A prostituição, atualmente, ainda enfrenta diversos preconceitos, trazendo consigo aspectos estigmatizados. Mesmo que na civilização grega antiga ela fizesse parte do cotidiano, como atividade para obtenção de ganhos e controladas pelo estado (CECCARELLI, 2008), no Brasil, ela não é uma profissão regulamentada, embora seja reconhecida pelo Ministério do Trabalho desde 2002. A reprovação dessa prática colabora para que as prostitutas continuem à margem e destituídas de direitos. Na Antiguidade, eram utilizadas de forma não vergonhosa pelos homens, pois a intenção, além da realização dos seus desejos, preservava as donzelas e mulheres casadas. De acordo com Bauer (2001, p. 56):

[...] os serviços das profissionais do sexo eram tolerados, pois com os homens reservando seus desejos e fantasias a essas profissionais, as donzelas e mulheres casadas teriam sua virtude e higiene preservadas e protegidas. A prostituta não passava de um objeto que se podia comprar, vender ou alugar como qualquer outra mercadoria comerciável. Utilizar-se de seus serviços não era vergonhoso, existia liberdade moral para isso, principalmente para os mais jovens.

Segundo a Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), estima-se que haja aproximadamente 1,5 milhão de pessoas que se prostituem no

Brasil. Entre elas estão homens e mulheres, no entanto, dos 28% de mulheres que estão desempregadas no país, 55% se prostituem para aumentar a renda familiar.

Durante os exames necessários para acompanhar a gestação, Livia descobriu o vírus HIV. A gravidez, que segundo ela, foi planejada junto com o companheiro, aos catorze anos, tornou-se uma sombra. A sogra desejava que o filho se separasse dela:

Na época, a mãe dele queria que ele largasse de mim, queria que ele me abandonasse tudinho, até que, até então, até nesse momento, ele tava comigo, porque como ele fez várias vezes o exame e num deu nada, até onde ele tá e num deu nada. O que aconteceu? A barriga foi crescendo, ele foi se distanciando de mim, depois que a V nasceu, ele teve um comportamento totalmente diferente daquele homem que me ajudou, aquele homem que me deu força, aonde eu ouvi da boca dele que eu ia morrer, que eu era aidética, do homem que eu amava e que, infelizmente, eu amo até hoje. (LÍVIA, 2015).

A sogra que deseja distância entre o filho e Livia é também, por outro lado, a mãe zelosa que não deseja que o filho sofra. É a avó que cuida da neta em conjunto da avó materna quando Livia adocece ou quando está ausente.

Após o nascimento da filha e com a separação do marido, Livia começou a culpar a criança por sua dor, ou seja, por descobrir-se doente e pela perda do amor da sua vida.

Infelizmente, olhava pra minha filha e num conseguia ficá perto dela, foi aí que tive depressão pós-parto. Aí comecei a passá por psicólogo tudinho, tentei fazê a minha vida de novo, num consegui, aí depois desse desprezo que eu tive da parte dele, aonde que eu me enfiei na droga de vez e sem volta. A minha filha quem criou foi minha mãe, ficava cum a minha mãe, cum a mãe dele, cum a minha mãe, cum a mãe dele [...]. (LÍVIA, 2015).

A depressão pós-parto agravou severamente a situação de dor e sofrimento que estava em curso. A procura por um profissional para curar a patologia revela o desejo de conviver com a filha e retomar as rédeas de sua vida. O desdém e indiferença dispensados pelo ex-marido foram cruciais para que ela retornasse às drogas. Dessa forma, a atitude de Livia revela a importância que a figura masculina possuía em sua vida, ou seja, sem a presença do companheiro, a vida perdia o sentido.

Ao retornar para as drogas, ela também passou a se prostituir e engravidou da segunda filha. Entre programas sexuais e uso de drogas, foi presa acusada de tráfico de drogas e aliciamento de menor. A prisão se deu em companhia de outra mulher e de um menor de idade, que foram soltos posteriormente. Para ela, só lhe restou cumprir a pena, segregada da sociedade.

A opção pela prostituição para sustentar o vício nas drogas foi o percurso que a conduziu à prisão. Sobre o dia da prisão, ela descreve como normal:

[...] o dia que eu fui presa? Pra mim era como um dia qualquer, um dia qualquer, uma noite qualquer, tinha acabado de tê feito um programa, era num quartinho onde eu ia várias vezes, consumi droga ou fazê programa, foi numa noite totalmente normal, fiz um programa no valor de sessenta reais, e nisso eu tinha fumado o dia intero, eu tinha fumado, eu tinha consumido bastante droga, álcool, e... fiz o programa, peguei esse dinheiro, peguei a chave do quarto onde eu estava, fui num bar que é muito conhecido lá, que é o bar do C, era uma noite normal pra mim, dancei muito, bebi muito, e comprei três paradas [...]. (LÍVIA, 2015).

A normalidade, para Livia, foi contrariada com a presença da polícia. O caminho escolhido se tornou muito comum para mulheres dependentes químicas como alternativa para manter o vício. Sexo, álcool e drogas, esta foi a combinação que a levou a contrair o vírus HIV aos quinze anos e depois a ir para a prisão aos 20 anos.

O uso de substâncias psicoativas na atividade de prostituição é um fenômeno inerente que sofre interferências de diversos fatores, como o incentivo por parte dos clientes, traficantes e proprietários dos estabelecimentos. Essa situação potencializa as vulnerabilidades das prostitutas às situações de violências, a DST e outros agravos. (DOURADO, 2013, p. 1520).

O cotidiano de Livia na prisão foi marcado pela rotina, a espera do tempo passar. Por ser uma prisão pequena, no interior do estado, ainda é possível assegurar os direitos mínimos para manter a dignidade das internas. A presença constante da mãe que a visitava e levava as filhas para a visitarem ameniza a saudade e distância. No entanto, a segregação causada pela prisão afeta drasticamente os relacionamentos.

Os sonhos de Livia são de retornar ao convívio com a família, cuidar das duas filhas que nasceram antes da prisão. Além de lutar contra a dependência

das drogas, ela também terá que enfrentar os preconceitos e dificuldades para conseguir sustento digno para si e para a família, tendo no currículo uma prisão por tráfico de drogas.

As mulheres egressas do sistema prisional são marcadas pelo estigma do cárcere e precisam provar sua capacidade de se reconstruir, mesmo que a existência de políticas públicas para auxiliá-las seja precária. Assim, para que possa ter uma vida digna e não retornar às drogas e ao tráfico, é importante que Livia encontre caminhos diferentes ao sair da prisão e que o espaço prisional, de fato, cumpra sua missão e a ressocialize. Nesse sentido, Lima (2015) afirma que o conceito de ressocialização baseia-se na afirmação de que o trabalho é a fonte de equilíbrio social e ato ressocializador, pois a qualificação profissional e a oferta de trabalho possuem o propósito de preparar a pessoa presa para o reingresso social, garantindo equilíbrio e comprometimento social.

O trabalho e o estudo são os meios mais utilizados no espaço prisional para a melhoria de vida do egresso ao sair em liberdade, porém em muitos casos a ressocialização se torna um sonho distante, pois “O processo de ressocialização somente irá funcionar de modo eficaz se as presas considerarem a prisão um espaço legítimo” (SOUZA, 2019, p. 374).

Ao refletir sobre sua trajetória e a sua permanência na prisão, Livia considera o sofrimento da mãe e das irmãs e a ausência das filhas. Reconhece o estado de cegueira em que os entorpecentes a deixaram e pondera que longe dele é capaz de compreender as escolhas equivocadas ao longo do curto trajeto:

[...] eu me envergonho, porque eu tento imaginá o que que a minha mãe passô, o sofrimento da minha mãe e das minha irmã. Então eu prefiro, eu penso em levá isso pra fora ,pra não tentá e não voltá mais naquele vício, naquela vida que eu tinha antes [...] Essa vida, a gente, a gente que tá fora, a gente que tá dentro, a gente não vê a situação que se encontra, [...] agora que eu penso, que eu consigo vê o meu erro, eu sô penso em mudá, e eu espero que essa minha vontade de mudá não seja só aqui dentro, mais sim lá fora. (LÍVIA, 2015).

Depois de algum tempo presa, Livia se envergonha das escolhas anteriores que causaram sofrimento para pessoas queridas. Reconhece a dor que causou e também decide não retornar para o vício, até, quem sabe, alcançar o sonho de ser bailarina.

A restituição da liberdade não apaga as marcas do aprisionamento, fazendo com que a mulher continue a carregar o estigma da culpa, como se o pagamento da pena não a redimisse do crime cometido. Tal situação a recoloca no local de origem, o da marginalização e do silenciamento, numa sociedade patriarcal. Várias narradoras demonstram esse temor, é como se um ciclo se repetisse em suas vidas: a violência que as levaram a reagir com um ato criminoso volta a habitar suas vidas no contexto pós-regime prisional. Nas palavras de Pimentel:

O crime praticado por uma mulher representa mais do que a violação de uma norma penal, pois implica, sobretudo, a transgressão a normas de gênero. Nesse sentido, o aprisionamento tem um duplo papel: retribuir, por meio da punição, o desrespeito à legislação penal, e devolver as mulheres a seus lugares de origem, de silenciamento e submissão, no contexto de uma cultura patriarcal e sexista. (PIMENTEL, 2016, p. 176).

As oportunidades de reconstrução da vida das mulheres que deixaram a prisão chocam-se contra barreiras ideológicas e culturais tanto na sociedade, que dificilmente proporciona condições de trabalho, quanto em suas comunidades, pois supõem que elas poderão cometer novos delitos. Ou seja, o delito que já foi quitado continua a ser cobrado (DIAS; BARROS, 2012, p. 247). O retorno ao lar, a reconstrução dos laços interrompidos e as novas experiências e desafios certamente exigirão da mulher egressa novas posturas e escolhas para não retornar ao cárcere.

O tipo de violência que impactou a vida de Lívia, desde a infância, foi a mesma que ela passou a praticar: o consumo e venda de entorpecentes e, posteriormente, a prostituição como violência contra si. A consequência dessas escolhas pode ser percebida no perpassar da narrativa, que culminou na perda da liberdade. O desejo de reconstruir a vida longe das grades e buscar novos rumos é a esperança que move e sustenta a mulher em situação de prisão.

A trajetória de Lívia relata o quanto o meio social e as escolhas de cada indivíduo são determinantes para o sucesso ou fracasso de sua vida. A presença feminina na vida dela foi intensa, desde os primeiros momentos, das primeiras experiências de convívio até o momento na prisão, cercada por mulheres, chegando e partindo a todo momento. Mulheres com diversas origens e

inumeráveis destinos. A mãe, irmãs, tia, vizinhas, sogra, funcionárias da prisão e as internas possuem em comum com Lívia não apenas o sexo biológico, mas a condição feminina, e esta é semelhante para todas elas.

Em graus maiores ou menores, as mulheres que passaram pela vida de Lívia deixaram alguma impressão, mostraram uma de suas faces femininas, em meio à multiplicidade de papéis que são exigidos pelo mundo contemporâneo. Desde a mãe que se submete a uma união infeliz e repleta de abusos em nome da manutenção de família, da moça que retorna às drogas após o fim de um relacionamento, das irmãs ou das companheiras do cárcere, a percepção das mulheres, expressada por Lívia, revela pessoas capazes de diversos sacrifícios, atos de abnegação, cometimento de crimes e violências. Ou seja, personalidades múltiplas, que erram e acertam enquanto transitam pela vida.

3.1.4 Rosa: “Eu não sou flor que se cheira”

Quando alguém decide compartilhar a vida relatando as memórias e revivendo as experiências, algo deve ser ouvido. Por meio das histórias de vida, é possível extrair experiências diversas e, então, conhecer as motivações que embasam esta ou aquela atitude. Sobre essa reflexão, Rosa afirma que: “O será que foi pela minha infância? Que assim... o passado que, que eu tive, a infância que eu tive que me levô a, a fazê tantas coisa errada? Tipo... tirá uma vida. Tipo... não levá desaforo [...]” (ROSA, 2015). A escuta de si leva à compreensão do sentido de suas ações. Não se trata apenas de traçar uma biografia, narrar a própria história é poder afirmar-se como autor de sua própria trajetória e responsável pelas ações e pelas consequências que resultam delas.

No decorrer da narrativa, a autora opta por palavras e imagens que procuram ilustrar o seu pensamento, sua percepção. E é por meio destas imagens que ela procura representar a si e as demais personagens que compõem a sua história. O espaço de fala, assim como suas experiências, influencia essa escolha. A prisão é onde Rosa se encontra. Como mulher condenada à pena privativa de liberdade, afastada do convívio social e dos familiares, submetida aos regulamentos desse espaço, o cárcere é o seu lugar de fala.

O olhar de Rosa é revelado por meio de sua narrativa. Ela evidencia a percepção do contexto que a cerca, assim como os valores, crenças e convicções que a motivam. No dia do crime, trabalhava em um bar que também era uma zona de prostituição. Sua segunda prisão foi aos 35 anos, e a acusação foi por crime de homicídio. Na primeira vez, uma tentativa, na segunda vez, uma morte. O espaço carcerário já é conhecido para ela. A ficha criminal de Rosa é extensa, entre idas e vindas ao meio policial, ora como vítima, ora como autora, percebe-se um contexto conturbado. É interessante lembrar que toda escolha é também uma ação política, pois, ao fazê-la, outras opções são descartadas. Importa verificar como esses dissabores são traduzidos em palavras. E a voz de Rosa é o instrumento que possibilita essa expressão.

A primeira linguagem aprendida por ela na infância foi a da dor. As primeiras lições foram exemplos de intolerância, rejeição e agressividade. De origem indígena, na infância, ela conviveu com a avó, que era benzedeira e fazia remédios com ervas e plantas medicinais. Essa foi a convivência que trouxe maior alegria para Rosa. A avó lhe ensinou, oralmente, um pouco do conhecimento sobre essa tradição. Rezas e usos das ervas do mato foram passados na prática e na teoria oral (FERNANDES, 2007). Já a convivência com a mãe era conturbada:

[...] quando ela bibia, ela ficava com raiva de mim, num sei, ela me espancava. Quando eu era pequena, ela uma vez tentô me matá esfa..., a facada, meu padastro que tirô da mão dela, fiquei seis dia fora de casa escondida dela, que ela indoidô, quiria me matá de tudo quanto é jeito. Eu tinha medo da minha mãe, aí era essa... eu tinha medo da minha mãe, eu tinha medo da minha mãe bebê e..., numa daquela, i e me matá, me envenená, num sei, tudo passava pela minha cabeça, aí foi aonde que eu tinha medo da minha própria mãe. (ROSA, 2015).

Antes de ser doada para outra família, Rosa passou por dois episódios de violência sexual, praticados pelo avô materno. Ela foi acusada de ter provocado o avô, que já era idoso. Então, para não ficar na mesma casa que ele, ela foi entregue a uma tia, que a hostilizava com violência física e a obrigava a comer pimenta e, às vezes, carne crua. Aos oito anos, depois de tantos reveses, foi adotada por uma família. Porém, por já saber onde morava, ela fugiu da família e retornou ao convívio da mãe. Esta, que morava em uma casa de prostituição, a rejeitou e colocou para fora do ambiente, forçando-a a ficar na rua. Foi

encontrada pelo padrasto que a levou para a casa de sua mãe, considerada uma avó para Rosa. Ao retornar para buscá-la, a mãe, furiosa, lhe espancou:

[...] aí minha mãe chegô, invés da minha mãe me dá amor, e, me acolhê foi e me bateu cum fio dobrado, dexô marcas nas costas, aí... eu fui revoltano cum aquilo, fui revoltano, cum dez ano eu fugi de casa. (ROSA, 2015).

Depois que fugiu de casa, passou a morar com um homem, conhecido da família e, segundo conta, aos 13 anos passaram a viver maritalmente. Desse relacionamento, que durou cinco anos, nasceu uma filha. Aos 18 anos e com uma filha pequena, Rosa retornou ao convívio com a mãe. Outros relacionamentos surgiram, e ela teve mais três filhos. Em um deles, descobriu que estava sendo traída e, em meio a uma discussão, ela esfaqueou o companheiro e foi para a prisão pela primeira vez. “Ele não prestava, ele me traiu, aí meti a faca nele, ranquei um pedaço do fígado dele” (ROSA, 2015).

Com uma vida cheia de altos e baixos, Rosa acabou perdendo a guarda dos dois filhos, que foram para um abrigo, em outra cidade, e a filha mais velha continuou morando com o pai. Para que ela tivesse os filhos de volta, deveria fazer um tratamento para o alcoolismo. Então, aceitou a proposta e recuperou a guarda dos filhos, retomou ao trabalho que havia conseguido na prefeitura e continuou por um tempo com acompanhamento psicológico. Para ela, o pior momento foi a distância dos filhos: “doía pra mim, doía pra eles e pra mim, mais eu lutei, lutei até o fim, até recuperá meus filhos” (ROSA, 2015).

Outro fato que marcou a vida de Rosa foi a doença e morte da sua mãe. Embora tivesse outros irmãos, apenas ela esteve presente e prestou auxílio à genitora até o sepultamento. Diante do agravamento da doença e da iminência de morte da mãe, Rosa pediu a ela que a perdoasse, pois muitas vezes ela sentia raiva da dela, devido aos maus tratos recebidos na infância.

[...] quando ela tava pra morrê... fazia uns três dias antes dela falecê, ela me chamo e falô pra mim e falô assim: — Cê pega esse seu dinherinho que você tá gastano cumigo a toa, e, compra uma ropa e um calçado bom pra você, porque eu já num tenho mais salvação, já vô morrê, né? já comecei chorá e falei pra ela..., não! eu sei que eu pidi um monte de perdão pra minha mãe, sabe? (ROSA, 2015).

Aí foi onde minha mãe tava internada no hospital, eu falei pra ela: — Mãe, a única coisa que eu vô pidi pra sinhora é que a

sinhora me perdoa. Aí ela falô assim: — Perdôo sim, minha filha. Aí... depois que a minha mãe morreu... recebi a notícia era duas hora da tarde [...]. (ROSA, 2015).

O tratamento se mostrava ineficaz e após o falecimento é que veio o diagnóstico de HIV. No escuro da noite, Rosa sepultou a mãe sem a presença de familiares e sem velório, não havia tempo de esperar nem dinheiro para arcar com os custos.

Em um de seus relacionamentos, Rosa se envolveu com um rapaz mais jovem, fato que desgostou a futura sogra. E diante de outros obstáculos o relacionamento não evoluiu. Porém, a inimizade entre ela e a mãe do rapaz, a quem Rosa não dá nomes, permaneceu. As constantes provocações entre ambas e, tempos depois, o encontro delas em uma casa de prostituição levaram ao desfecho da história que levou Rosa para a prisão pela segunda vez. A morte foi em decorrência de diversos golpes de faca no rosto da vítima. Ela lavou-se do sangue, mudou a roupa, sentou-se em uma das mesas do bar, pediu uma bebida e aguardou a chegada da polícia.

As personagens femininas presentes na trajetória de Rosa contribuíram para a formação de sua história de vida. A presença materna foi fundamental nesse processo, enquanto a avó foi o porto seguro nos primeiros anos de sua infância:

[...] a única lembrança muito boa que eu tenho é da minha vó, que ela mi cuidô, ela mi cuidava né? ela mi aconselhava, ela mi contava história, ela cuidava de mim, e... da minha mãe já... num tenho aquela lembrança muito boa não [...]. (ROSA, 2015).

Os cuidados da avó se contrapõem aos maus tratos provocados pela mãe, pela tia e pelo avô. Tais figuras que deveriam estar associadas à dedicação e carinho levam Rosa a fugir de casa para encontrar uma vida sem violências. Também é citada uma jovem colega de viagem, o desafeto que posteriormente transformou-se em sua vítima e, por fim, a filha, que raramente a visita na prisão e reclama da ausência da mãe.

As imagens empregadas para representar as personagens femininas são “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a

um conjunto social” (JODELET, 2001, p. 22). O contexto social habitado por Rosa tem papel fundamental na escolha e emprego das imagens.

Todas essas mulheres são apresentadas considerando as memórias revisitadas. Os fatos do passado são trazidos à superfície afetados pelas experiências do presente. Ricoeur (2003) lembra que:

[...] não temos nada melhor do que a memória para nos assegurar de que alguma coisa se passou realmente antes que declarássemos lembrar-nos dela. Isto é, simultaneamente o enigma e a sua frágil resolução, que a memória transmite à história, mas que ela transmite também à reapropriação do passado histórico pela memória uma vez que o reconhecimento continua um privilégio da memória, do qual a história está desprovida. (RICOEUR, 2003, p. 2)¹⁰.

Ao lembrar, Rosa se apropria de sua história e escolhe as palavras e imagens que deseja para representar de forma concreta o objeto que está em sua posse, ou seja, a sua própria narrativa. Sobre si, orgulha-se de ser uma mulher trabalhadora e que nunca praticou roubos, porém confessa também ser vingativa:

[...] por mais que eu já fiz burrada na minha vida, uma coisa que eu nunca fiz é robá, é... tipo robá, fazê coisa assim que... que... que prejudique eu assim em serviço, essa parte aí eu tenho uma boa referência, só... meu problema é... o desacerto na vida que eu tive de bebida, num sei porque, nem eu sei. (ROSA, 2015).

[...] pra mim, num tem esse tempo ruim pra serviço não, [...] qualqué serviço que vim eu faço. (ROSA, 2015).

Se a pessoa mi fazê alguma coisa, eu sô daquelas que... cuidado! Eu cobro. Mais cedo ou mais tarde eu cobro [...]. (ROSA, 2015)

O alcoolismo é tido como causador dos desacertos da vida, a sua herança genética, pois segundo ela, “era só a minha mãe ponhá a bebida na boca que ela começa tudo de novo, tudo de novo aquilo lá, sabe?” (ROSA, 2015).

A avó materna é representada com orgulho, por ter lhe educado e por ser uma excelente benzedeira:

¹⁰ Palestra proferida por Paul Ricoeur, a 8 de março de 2003, em Budapeste, sob o título “Memory, history, oblivion”, no âmbito de uma conferência internacional intitulada “Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism”.

[...] a educação que eu tenho mesmo, hoje em dia, vem da minha avó, entendeu? Minha vó morreu eu era pequena ainda mais eu nunca esqueço da minha avó. Minha vó era benzedera, melhor benzedera que existia era ela e ela morreu de câncer, a, a minha finada vó. (ROSA, 2015).

A percepção do feminino está ligada às memórias afetivas revisitadas, se por um lado há tristezas e sofrimentos, há também o sentimento de gratidão (POLLAK, 1992). Nesta esteira, concordamos com Souza: “É legítimo afirmar, então, que a narração é a concepção mediadora entre o tempo vivido e a memória que dele se (des)construiu” (SOUZA, 2017, p.120). Rosa tem autoridade de juntar lembranças e sentimentos que surgem involuntariamente para dar a forma que desejar.

Em seu percurso, a violência esteve presente em diversos momentos. Porém, o álcool, que seria o causador das diversas agressões sofridas, também foi presença constante na vida adulta de Rosa. Ela perdeu os filhos para a justiça e o tratamento contra o alcoolismo se tornou um dos requisitos para reaver sua prole. O alcoolismo também contribuiu para torná-la praticante da violência em sua vida adulta. Sobre o dia do crime, ela relata: “Aí nesse dia que aconteceu esse fato, nós tinha bibido a noite intêra, entendeu? E... eu tava assim, já amanheci bebendo outra, pra curá a ressaca [...]” (ROSA, 2015).

O homicídio, crime praticado por Rosa, é definido como “a destruição ilícita da vida de uma pessoa por outra. É o ato de matar alguém”¹¹. Ele representa uma violação ao bem mais valioso possuído, sendo o maior dos danos que se pode causar. A prática é uma transgressão às leis e também a um dos mandamentos da tradição cristã.

Marlet (1988), em um estudo sobre os homicídios praticados por mulheres, analisou 400 prontuários de mulheres homicidas, escolhidos aleatoriamente. Foram analisados cor da pele, estado civil, nível de escolaridade, profissão e reincidência. Ele concluiu que: mulheres brancas são responsáveis por dois terços dos homicídios, pretas e pardas, por um terço, enquanto as amarelas possuem uma participação muito pequena; metade delas é solteira, e a outra metade, casada; três quartos dos homicídios são cometidos

¹¹ GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri. **Dicionário técnico jurídico**. 6. ed. São Paulo: Rideel, 2004.

por mulheres com nível primário de escolaridade; dois terços trabalham em casa e raramente reincidem mais de três vezes.

As mulheres, ao cometerem crimes, são penalizadas duplamente, pela lei penal e por haver transgredido as normas que delimitam os espaços sociais que lhes são permitidos. A ideia de mulher transgressora se choca com a imagem maternal da mulher dedicada ao lar e devotada à família (PERROT, 1988).

Nas prisões brasileiras, os mais pobres são os mais penalizados, pois não há políticas com ações eficazes para minimizar a desigualdade social gritante existente (WACQUANT, 2001). As prisões femininas são ainda mais fragilizadas, pois, em sua maioria, são adaptadas e seguem o padrão masculino, desconsiderando-se totalmente as singularidades da mulher. (PIMENTEL, 2016).

Sobre a convivência com outras internas na prisão, Rosa afirma o seguinte: “dentro da nossa cela, a convivência, eu num tenho reclamação nenhuma aí das menina. De ninguém, porque... eu acho que, tipo assim, a gente que faz os lugar, cada lugar que a gente passa, né?” (ROSA, 2015). É a lei do cárcere para uma convivência pacífica, onde os objetivos são semelhantes: alcançar a liberdade. O espaço prisional habitado por Rosa, pela segunda vez, é conturbado, com estruturas precárias, à beira do caos, invisível aos olhos do poder público, assim como as demais mulheres que incorrem em crime.

Depois de algum tempo atrás das grades, Rosa reflete as dificuldades na prisão. A distância dos filhos é o mais difícil a ser enfrentado. Ela fala das queixas que filha faz, por não ter um carinho de mãe. Lamenta que seus erros e sua fraqueza tenham privado os filhos da sua presença e o seu carinho. Para o futuro, ela revela que deseja cumprir a sentença determinada, reconquistar a confiança nos filhos e recomeçar sua vida com trabalho. Sobre suas ações, revela:

[...] eu já fiz tanta coisa, dona, errado na minha vida, já fiz coisa boa, mais eu num sei o porquê... a sinhora sabe, porque... eu tenho assim, tipo assim... tem hora que eu mesmo olho pra mim mesmo, e sabe, eu num sô um pessoa... eu num me vejo uma pessoa ruim, sabe? Mai eu num me vejo uma pessoa boa também. A sinhora entendeu? (ROSA, 2015).

As reflexões acerca dos motivos que a encarceraram não são empregadas para inocentá-la ou como justificativa para si (GIGLIOLI, 2014). Ela se mostra com inquietações e desejo de compreender sua personalidade em conflito, ao passo que não se percebe como alguém ruim, tampouco se vê como uma pessoa boa.

É possível considerar que na trajetória de Rosa a violência também é um personagem com papel ativo e determinante. A percepção do feminino revela a acolhida, o cuidado e o carinho atribuídos à mulher, mas também o ressentimento, a agressividade, o sentimento de vingança, comuns à personalidade humana, e não apenas à feminina.

Os vícios e as agressões diversas sofridas ou praticadas por Rosa conduzem a uma autorreflexão. O resultado demonstra a percepção de si como uma mulher que, ao mesmo tempo que se orgulha da honestidade por nunca haver furtado, por não rejeitar trabalho e por prestar auxílio à mãe doente em fase terminal, se revela vingativa, agressiva, fria e incapaz de “levar desaforos para casa”.

O comportamento de Rosa e a sua forma de resolver pendências provocam reflexões sobre o conceito de histeria, já que em séculos atrás ela seria considerada louca e histérica. O termo histeria, do grego *histerus*, útero, e já na Grécia Antiga era considerado uma doença feminina. Acreditava-se que seus sintomas estavam ligados à locomoção do útero dentro do corpo, em busca de umidade. Então, o diagnóstico para os transtornos nervosos das mulheres era a histeria, inclusive daquelas que não tinham filhos. Mulheres com ansiedade, surtos de pânico, insônia, com maior sensualidade, irritabilidade, assim como aquelas que contestavam as regras impostas e que as oprimiam, eram tidas como histéricas e, então, mandadas para consultas e tratamentos.

No século XIX, a histeria é uma questão de mulheres e, mais que isso, a histeria é um sintoma de ser mulher. [...] a histeria é uma doença da opressão da mulher. Nessa linha de pensamento, acredito que a histérica foi também a figura emblemática da mulher que tentava reagir a essa opressão. [...] A histeria é a demonstração mais viva do quanto a sexualidade da mulher, com seus “excessos”, poderia significar um entrave ao projeto de ordenação política da sociedade burguesa. O ataque histérico, que dramatiza de forma espetacular o “desvario” que pode alcançar a sexualidade feminina, expõe, de forma caricata, esse perigo. A histérica é a mulher que renega

uma posição passiva de renúncia e submissão, procurando preservar sua potência, que se exprime como um protesto contra essa dominação. (NUNES, 2000, p. 108-109).

Essa realidade buscava desqualificar as reivindicações feitas por elas, passando do campo da razão e do equilíbrio para o campo do desvario e da paixão, pois se supunha que elas mudavam de humor constantemente, além de serem classificadas como loucas, desvairadas, perigosas, geniosas. Ao qualificar uma mulher como histérica, tira-se dela o direito à liberdade de expressar suas opiniões e seus sentimentos. Não se nega que haja neuroses e distúrbios mentais que afetam homens e que exigem tratamento adequado, sem que as emoções legítimas sejam depreciadas ou desmerecidas.

As regras do patriarcado são severas, não admitem objeções, tanto quanto as atitudes de Rosa quando se percebe confrontada. A violência que a machucou quando criança é a ferramenta que ela aprendeu a manipular, seja para defesa, para o ataque ou para demarcar o seu território.

3.2 OLHAR A OUTRA

Nas trajetórias de Amália, Vanuza, Livia e Rosa outras presenças femininas estiveram próximas a elas, seja como alguém que elas amassem ou como desafeto.

Para Amália e Livia, a figura materna representa o cuidado, o desvelo em prol dos filhos, os sacrifícios diversos. As mães as ajudaram, protegeram na intenção de livrá-las das inúmeras violências. Por outro lado, as sogras personificaram o desdém e a indiferença.

Para Vanuza, a mãe aparece como uma figura quieta, depressiva e alheia ao mundo ao seu redor. Diante do sofrimento da filha, a mãe não se posiciona nem se envolve. Vanuza não revela claramente o que, no seu entender, contribui para que a sua mãe tenha esse comportamento apático diante de situações tão cruciais. No entanto, diante dos episódios de agressões cometidas por seu pai, entendemos a violência como fator de intimidação e submissão. Por outro lado, a ex-madrasta, que inicialmente a ajuda, tira-lhe as economias guardadas ao longo do tempo que trabalhou, e em virtude disso ela retorna ao lar materno, sem dinheiro e com os sonhos de uma vida melhor desfeitos.

Para Rosa, a presença materna na sua infância se revelou como violenta e agressiva, que a abandonou e não lhe deu crédito quando foi violentada pelo avô. E mais tarde, a mãe, ao final da vida, já doente e próxima da morte, se reconcilia com Rosa.

Nessas narrativas, é possível perceber múltiplas faces da maternidade: mãe presente e dedicada, mãe submissa, mãe indiferente, mãe violenta, mãe violentada e mãe trabalhadora. Ainda que a maternidade nos tempos atuais tenha alcançado diferentes formas de se realizar, que o universo on-line contribua para o distanciamento entre mães e filhos e que a maternagem¹² tenha ganhado várias expressões, o julgamento do que é ser boa ou má, quanto à maternidade, continua existindo. O cuidado e a dedicação aos filhos são a expressão do que significa ser boa mãe, e quando tais atitudes não são possíveis, devido aos compromissos profissionais da mulher ou por questões de outra ordem, essa maternidade é taxada como omissa, desnaturada, como se ela fosse condição natural da mulher. Muitas vezes, aquilo que deveria ser uma opção se torna uma imposição social, feita apenas para não contrariar a sociedade.

Desde a Idade Média aos dias atuais, o conceito de maternidade/maternagem passou por mudanças, trazendo mais responsabilidades para o homem enquanto pai. Mesmo antes de conceber um filho, o desejo de exercer a maternidade, para muitas mulheres, pode ser observado na atenção e cuidados ofertados para outras crianças, como sobrinhos, irmãos menores e brincadeiras de boneca. No entanto, a forma como essa maternidade será exercida depende das influências culturais, contexto social e tempo histórico (BADINTER, 1985).

A formação das famílias europeias na Idade Média tinha como base os interesses econômicos, de modo que as relações afetivas não eram consideradas e os casamentos eram arranjados para que os bens materiais se mantivessem. Assim os laços afetivos entre os casais e entre filhos ficavam em segundo plano. A autoridade do pai era incontestável e a esposa e as crianças eram pouco importantes; a maternidade não era valorizada, dessa forma, os cuidados com os bebês eram atribuídos às amas de leite e posteriormente a

¹² O termo maternagem refere-se aos cuidados e ao atendimento das necessidades básicas (físicas e psíquicas) de uma criança (BADINTER, 1985).

outros cuidadores até os oito anos de idade, quando retornavam ao seio da família e passavam a ser considerados como adultos em miniatura (ARIÈS, 1981).

Após o século XVII até o século XIX, houve a ascensão da burguesia. O capitalismo se desenvolveu e, a partir disso, as relações de produção passaram a ser responsabilidade do Estado, enquanto à família coube gerenciar as condições de sobrevivência. Entre essas mudanças, a maternidade também foi modificada: “a era das provas de amor começou. O bebê e a criança transformam-se nos objetos privilegiados da atenção materna. A mulher aceita sacrificar-se para que seu filho viva, e viva melhor, junto dela” (BADINTER 1985, p. 201). O aleitamento passou a ser função exclusiva da mãe, e a relação entre a mulher, a maternidade e a maternagem se consolidou. Nesse período nasceu também o mito do instinto materno, em que se afirma que a maternidade é uma tendência inata para a mulher, uma vez que apenas ela poderia gestar; logo, elas seriam as melhores pessoas para cuidar e criar seus filhos (BADINTER, 1985). Esse pensamento confinou as mulheres aos seus lares, ao tempo em que eram exaltadas como “rainhas do lar”, havendo o enaltecimento da maternidade e da maternagem.

Os resultados da Primeira Guerra Mundial deixaram a Europa despovoada e, nesse cenário, a maternidade ganhou mais evidência, uma vez que o estado capitalista precisava de trabalhadores e consumidores. Com o incentivo ao aumento das taxas de natalidade, nasceu também a pressão para que mulheres se tornassem mães, e aquelas que não tinham essa aspiração se viam como inadequadas (CORREIA, 1998). Nesse contexto, surgiram duas correntes feministas: o movimento radical, associando a maternidade à submissão e dependência ao homem, e o movimento maternalista, defendendo a maternidade como fundamental entre os papéis femininos, digno de remuneração. Para as feministas radicais, a maternidade estaria sob controle da mulher, cabendo a ela decidir ser ou não mãe, fugindo da ideia determinista.

Atualmente, a maternagem é dividida com o pai e também com outros ambientes, que possibilitam que a mulher também atue no mercado de trabalho. A terceirização da maternagem, quando há poucos recursos financeiros, pode acontecer por meio de vizinhos e familiares próximos ou, se a renda permitir, por meio de escolas integrais, centros infantis e aulas particulares. Assim, o exercício

da maternagem começou a ser entendido como algo que pode ser realizado independentemente do gênero (SCAVONE, 2001).

A figura materna na vida de Lívia é marcada pelo desprendimento da mãe antes e depois da prisão. Para a mãe, ainda que a filha fizesse uso de entorpecentes e tivesse a prostituição como meio de vida, atos reprováveis perante os padrões sociais, ela mantinha a dedicação e os cuidados, como é possível verificar nos relatos sobre a gravidez, com a descoberta da doença.

Já a figura da sogra também está presente na narrativa e possui relevância no enredo das narrativas. A sogra de Amália enviava aos netos roupas feitas de lençóis rasgados e reaproveitados, e uma vez que ela possuía uma boa condição financeira, essa atitude foi entendida por Amália como ofensiva, pois aos outros netos a sogra presenteava com objetos novos e caros. Já a sogra de Lívia procurou proteger o filho, afastando-o da nora indesejada. Possivelmente, exercendo também o papel de mãe, ela procurou livrar o filho da companhia ordinária. Por fim, a vítima de Rosa, que anteriormente já ocupou o papel de sogra, também desenvolveu uma relação hostil, que culminou em assassinato.

A rivalidade entre noras e sogras é um fato verificado em diversas culturas. Um estudo conduzido por pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, intitulado *Sogra-nora: como é a relação entre estas duas mulheres?*, reafirma a rivalidade que há nessa relação. Cada uma traz consigo vivências e valores e costumes culturais diferentes, assim, novos papéis são assumidos, em decorrência dessa nova relação. Quando os filhos, também maridos, não conseguem se desvencilhar ou sair da dependência da mãe, a tendência para haver conflitos entre sogras e noras é ainda maior (CHIAPIN *et al.*, 1998).

Por trás dos embates entre sogra e nora, é possível observar que há um sistema cultural machista em que o filho/marido está acostumado a receber cuidados e atenção das mulheres, enquanto, do outro lado, a mulher está acostumada ao papel de cuidadora. Assim, quando a mãe deixa de exercer esse papel plenamente e seu filho está em companhia de uma mulher que, quase sempre, não está disposta a desempenhar o papel de cuidadora, ela passa a ver a nora como incapaz de ser uma boa esposa e futura mãe de seus netos. Isso também se deve ao pensamento comum de que os homens pouco sabem cuidar

de si mesmos e então precisam de alguém que se responsabilize por essa tarefa. Logo, é fundamental que se estabeleçam relações mais saudáveis entre mães e filhos, possibilitando o surgimento de novas masculinidades, onde a dependência do homem seja menor ou inexistente.

Outra figura feminina que aparece influenciando escolhas na vida das narradoras Amália e Vanuza é a patroa. Além da influência por ser alguém que detém poder econômico, há também a influência moral. No episódio em que Amália se separa do marido agressor e tempos depois ele revela o desejo de reatar o relacionamento, a patroa de ambos aconselha-a a voltar para o ex-marido.

Quando foi um ano e três mês ele vem de vorta, quereno vortá, peguei e vortei, só que eu falei pra ele que eu já num gostava mais dele. Aí a patroa começô a falá, pra mim tentá que eu nunca tinha separado [...]. (AMÁLIA, 2015).

No entanto, as atitudes violentas do marido recomeçam e então ela decide se afastar novamente do agressor. Nota-se aqui o pensamento machista “Ruim com ele, pior sem ele”, que procura legitimar relacionamentos, ainda que estes sejam abusivos e até violentos. É a ideia de que a família tradicional deve ser mantida a qualquer custo.

Já a situação vivida por Vanuza deu-se quando, já adulta, mudou-se de cidade e foi trabalhar em uma empresa organizadora de festas e eventos que pertencia à primeira esposa de seu pai. Com o intuito de “ajudar” Vanuza, a patroa retinha o salário e seus documentos usados para abrir uma conta bancária, que a narradora tinha feito com o objetivo de juntar dinheiro para trazer para a família. Após um ano de trabalho, durante um desentendimento entre ambas, Vanuza decidiu retornar para família e a patroa se negou a dar-lhe o dinheiro e devolver os documentos. Então, mesmo sem dinheiro, ela retornou para casa:

Eu falei que queria voltá pra minha casa, quando eu voltei, ela pego e ficô cum todos os meus documentos, ficô cum a conta do banco que eu tinha, o marido dela tinha feito, aí pegô todos os meu, pegô o dinheiro que eu tinha juntado durante um ano, deu fim nos meu documento, eu voltei do mesmo jeito que eu fui, não do mesmo jeito, que daí eu já num bebia mais, né? Mas quase do mesmo jeito. (VANUZA, 2014).

Ao voltar ela encontra a situação ainda mais precária do que aquela que havia na infância. A representação da figura da patroa simboliza alguém que, além de deter poder financeiro, possui influência sobre as atitudes de suas funcionárias, a ponto de induzir a uma. Dessa forma, é possível perceber que junto ao poder financeiro está o poder arbitrário, ao interferir e intervir na vida dos subalternos, ignorando leis trabalhistas ou valores éticos. A sujeição que é imposta às funcionárias, por patroas, demonstra o funcionamento da ideologia patriarcal vigorando também entre mulheres.

Diante desses eventos, vemos rivalidade e também sororidade. A rivalidade entre mulheres é fomentada pela lógica patriarcal, de modo que comentários e posturas agressivas, muitas vezes, partem de outras mulheres, o que desestimula e enfraquece a luta feminina em prol da igualdade de gênero. Nessa luta, a sororidade é ferramenta fundamental para combater o machismo e eliminar a competição feminina, e por sororidade entendemos a união entre mulheres para alcançarem objetivos comuns, tendo por base a empatia e o companheirismo (SOUZA, 2016). Embora pareça utópico colocar em prática tal, foi possível encontrar ações de empatia e companheirismo em diversas situações nas narrativas orais.

3.3 O OLHAR DO OUTRO

Falar acerca de si é um exercício que exige reflexão, falar o que o outro pensa que somos é ainda mais complexo. Nesse ponto da reflexão, além de procurarmos compreender como as mulheres se percebem, também nos interessa o modo como elas são representadas pelas personagens, ou seja, o que elas falam delas e o que expõem acerca de cada uma, dentro de suas narrativas. Para Fairclough (2001, p. 22), “os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as ‘constituem’”, e nesse sentido importa sabermos como as narradoras trazem as falas de seus observadores.

A proibição do pai de Amália para que não estudasse e sequer se aproximasse do lugar onde havia as aulas demonstra a visão de que o acesso à educação para mulheres era algo desnecessário e que poderia causar problemas, pois, para ele, quando a mulher aprende a ler e escrever é só pra

fazer “malandragem”. Nesse período, por volta dos anos 1960, a educação e o direito à igualdade de gênero, que foram pautas da primeira onda do feminismo, ainda não haviam sido aceitos pelo pai de Amália, no interior de Mato Grosso do Sul. E o desejo de aprender teve que ser adiado. Essa atitude demonstra que para ele, a mulher não tinha a necessidade de adquirir conhecimentos e saber dos seus direitos e tudo de positivo que a educação é capaz de possibilitar a ela.

Já mais adulta e com uma filha nos braços, seu irmão a impediu de se aproximar da sobrinha para que não fosse um mau exemplo para ela. Ocorreu, então, de esta última engravidar sem estar casada, e a culpa sobre a situação recair sobre Amália: “Aí depois de grande já, que eu tinha separado, né? Briguei muito feio por causa da filha dele, a filha dele se perdeu lá, falô, disse que eu que era a culpada.” (AMÁLIA, 2015). A valorização dos costumes morais se apresenta com força na narrativa, revelando faces do patriarcalismo. O irmão mais velho enxerga em Amália um mau exemplo, uma ameaça que deve se manter distante para não corromper a sua filha. Diante disso, nota-se fortemente a vigilância social sobre o corpo e a sexualidade das mulheres, restringindo o exercício da sexualidade ao espaço do matrimônio. A sobrinha havia descumprido a norma social, e Amália foi responsabilizada pela falta grave. Ao dizer que ela “se perdeu”, a narradora ratifica o pensamento patriarcal sobre a virgindade, que deve ser vigiada pelo pai e pelos irmãos, enquanto o exercício da sexualidade feminina deve ser controlado e restrito ao casamento, sob o controle do marido, sem considerar o prazer da esposa.

Após a separação do segundo esposo, o ex-companheiro, inconformado, começou a persegui-la: “Aí começô a querê me persegui. Eu tava no trabalho ele me seguia... sabia o meu horário que eu saia, querendo me batê, me ameaçando, me ameaçando, me ameaçando [...]” (AMÁLIA, 2015). A situação de perseguição só teve fim quando Amália revidou as agressões e mostrou que também poderia ser violenta. O ex-companheiro enxergou-a como objeto de sua posse, algo que ele poderia dispor conforme desejasse, determinando sua vida e controlando suas decisões.

No Brasil, em especial em Mato Grosso do Sul, os casos de perseguição e os casos mais extremos de feminicídio não são raros, são ex-companheiros que não admitem que o relacionamento chegou ao final e que a mulher tem o

direito de seguir sua vida por caminhos diferentes. O feminicídio pode ser definido como:

[...] a morte violenta de uma mulher pela sua condição de gênero – esta é sua definição mais abrangente. Discutir sobre as mortes de mulheres é tarefa de ordem teórico-prática bastante complexa, na medida em que são tantas as singularidades frente à letalidade da violência de gênero, que o terreno de análise torna-se instável, mas imprescindivelmente necessário percorrer. (GOMES, 2017, p. 1).

Mesmo com a criação da Lei 13.104/2015, chamada Lei do Feminicídio, as mais covardes e diversas formas de violência contra a mulher, que existem desde os primórdios, ainda persistem nos nossos dias, em todos os lugares e classes sociais. Segundo dados do Atlas da Violência, elaborado pelo Ipea, em 2019, 3.737 mulheres foram assassinadas no Brasil, dessas mortes, 1.246 aconteceram nas residências das vítimas, mostrando um aumento nos casos de violência doméstica, em relação aos anos anteriores (CERQUEIRA *et al.*, 2021).

A violência continuou presente na vida de Amália e em seus relacionamentos afetivos. Mesmo que o filho estivesse alertando-a sobre a violência do companheiro, ela se mantinha em silêncio:

E como o meu guri tinha falado pra mim: — Mãe, o dia que a senhora arrumá um marido, querê arrumá um marido, a senhora sabe escolhê, porque se eu sobé que ele levantô o dedo, a senhora já sofreu muito cum meu pai, e se... eu sobé que ele levantô o dedo pra senhora, o negócio vai sê comigo. E aí eu fui escondeno tudo, sabe? (AMÁLIA, 2015).

Para o filho, que cresceu acompanhando a trajetória materna permeada de agressões de toda sorte, nada justifica as violências sofridas, agora, já adulto, ele se coloca como alguém que pode defendê-la. No entanto, Amália temendo pelo filho opta por não revelar a situação de violência. O espaço doméstico, que deveria ser um ambiente seguro, muitas vezes se torna um ambiente perigoso para crianças e adultos. E nas quatro narrativas analisadas foi possível identificar inúmeras situações em que a violência foi a dinâmica principal na cena doméstica. Crianças ou jovens que presenciaram tais cenas são impactados por elas e as consequências dessas situações são desastrosas.

O silêncio que acompanha as situações de violência conjugal é muito comum, uma vez que ela acontece em diversos grupos etários e classes sociais.

É de fundamental importância compreender que a construção da violência no âmbito doméstico não tem relação com as diferenças biológicas entre homens e mulheres. Esses papéis sociais são, na realidade, reforçados por culturas patriarcais reproduzidas na família. (GOMES *et al.*, 2007, p. 505).

Sendo assim, é possível afirmar que fortalecer as estruturas patriarcais é também favorecer que as relações de opressão se mantenham atuantes. A atitude de proteção do filho de Amália também revela a cultura baseada no pensamento de que a mulher deve ser protegida por uma figura masculina, seja o pai, os irmãos ou os filhos, caso não possua um companheiro, pois a considera uma figura frágil e indefesa. No caso de Amália, com exceção do filho, o pai, o irmão e o companheiro foram as pessoas que a submeteram a violências diversas. A afirmação do filho “o negócio vai ser comigo” expressa que a mãe não sabe ou não possui capacidade suficiente para se proteger dos maus-tratos ou para pôr fim às agressões e, dessa forma, apenas outro homem poderá lhe socorrer.

Para proteger as mulheres das inúmeras formas de violência, em 7 de agosto de 2006, foi homologada a Lei nº 11.340 contra a violência doméstica e familiar, sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva em homenagem à biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, intitulada “Lei Maria da Penha”. A Lei Federal 11.340/06, em seu art. 5º, conceitua a violência doméstica e familiar contra a mulher como:

[...] qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial,
I- No âmbito da unidade doméstica, compreendida como espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculos familiares, inclusive as esporadicamente agregadas. (BRASIL, 2006, p. 15).

Embora menos comum, também é possível verificar que há formas de violência conjugal contra o homem. A ausência de denúncias e o silêncio diante dessas situações podem ser provocados pela vergonha diante da sociedade. A narradora Rosa relata um episódio em que atacou um de seus companheiros,

após a descoberta de uma traição: “ele não prestava, ele me traiu, aí meti a faca nele, ranquei um pedaço do fígado dele” (ROSA, 2015). Essa agressão resultou na sua primeira prisão.

Estudos de Diniz *et al.* (2003) referentes à violência contra homens e que contaram com 50 participantes, em Salvador (BA), revelaram que os homens também convivem com episódios de violência conjugal diariamente, e a maioria relatou ocorrer cotidianamente.

No que diz respeito à vivência de violência na relação conjugal, 80% dos homens entrevistados referiram vivenciá-la no seu cotidiano conjugal, sendo esta praticada nas suas diversas formas de expressão (violência emocional, física, sexual e por atos destrutivos), em semelhantes proporções tanto pelo companheiro como pela companheira. (DINIZ *et al.*, 2003, p. 86).

O estudo concluiu que as violências são praticadas por homens e mulheres de forma proporcional, embora sejam relacionadas mais com a figura masculina, uma vez que os homens entrevistados consideraram a violência conjugal inerente ao sexo masculino. O estudo procurou ouvir homens, no intuito de analisar o outro lado da história, uma vez que, na maioria das vezes, as mulheres é que são ouvidas.

Esse deslocamento de enfoque torna-se importante, pois proporciona pensar, também, em estratégias de conhecimento e intervenção que considerem os homens, fazendo com que agressores e agredidas pensem numa relação mais solidária e equitativa. (DINIZ *et al.*, 2003, p. 86).

Para Rosa, a violência conjugal foi frequente em seus relacionamentos. Entre amores, álcool e brigas, sua vida foi se constituindo. Sua primeira prisão por lesão corporal e tentativa de homicídio foi resultado de um relacionamento afetivo frustrado. Mas, em meio a tantos percalços, uma figura masculina a ajudou em sua luta contra o alcoolismo: “eu tive uma recaída feia, nesse serviço eu num ia mais, só que eu não perdi meu serviço, o prefeito me deu mais uma chance, eu voltei pra trabalha [...]” (ROSA, 2015). Ao receber uma nova chance para continuar trabalhando, Rosa deu prosseguimento ao tratamento contra o alcoolismo, o que permitiu que ela tivesse novamente a guarda dos filhos. A atitude do prefeito demonstra sua crença em novas chances e em novas possibilidades de recomeço. Ele acreditou no merecimento de Rosa, em meio a

sua vida turbulenta e cheia de boletins de ocorrências policiais. E a chance ofertada permitiu que ela pudesse voltar a confiar em si, dando um passo em direção ao recomeço.

O rapaz com quem Rosa manteve um relacionamento amoroso, filho de sua vítima, também procurou ajudá-la advertindo sobre um possível desentendimento entre ambas: “Aí ele falô pra mim: — Cuidado só cum a minha mãe, só. Cuida porque minha mãe é traiçoeira. Ele mesmo me avisava, né? Só que ele pedia, porque minha fama num era muito boa” (ROSA, 2015). No entanto, os alertas não foram suficientes para impedir o crime. O aviso para Rosa se cuidar também era uma forma de proteger a própria mãe, já que a fama de sua ex-namorada “não era muito boa”. Aos olhos do rapaz, Rosa era uma pessoa perigosa e capaz de atitudes violentas.

Outro personagem importante que aparece na narrativa de Rosa é o dono do estabelecimento onde ela estava com uma colega no momento do crime. Segundo ela, a amiga e ela foram passar um final de semana na cidade, em uma zona de prostituição, porém, como eram figuras novas no local, o dono do lugar as convidou para ficar mais dias, de forma que providenciou roupas e acomodações para ambas, pois o lucro, com a presença das duas, era certo. A percepção do proprietário da boate para com as duas mulheres visitantes era baseado no lucro, no retorno financeiro que elas lhe trariam. Essa visão de exploração do corpo da mulher como objeto demonstra a cultura machista/capitalista presente na sociedade.

A prostituição sempre foi um negócio dos homens e do Estado, os quais mantiveram o controle da situação geradora de recursos econômicos à custa da exploração das mulheres, seja na figura do proxeneta, nas taxas, leis ou extorsões que as prostitutas são obrigadas a se submeter. Juntamente com a violência conjugal, o estupro, e outras tantas formas de dominação masculina, a prostituição constitui mais uma manifestação da cultura machista, pois, em certa medida, a sexualidade feminina continua sendo gerenciada pelos homens. (CECCARELLI, 2008, p. 10).

A mesma sociedade que condena a mulher que faz livre uso do seu corpo é aquela que procura manter o controle e vigilância e que também lucra com a exploração feminina, em qualquer âmbito.

Também na caminhada de Vanuza, a exploração de seu corpo como meio de transportar drogas para o interior de uma penitenciária resultou em prisão. A acusação por tráfico de drogas e a condenação mudaram para sempre a vida dela, que atualmente se encontra foragida da justiça. Porém, desde a infância é possível perceber a exploração de seu trabalho, por meio das atividades domésticas ou cuidando dos irmãos menores. Ao sujeitar uma criança a assumir responsabilidades acima de sua capacidade, os pais de Vanuza demonstraram ignorar a sua condição de criança e a viam como um adulto em miniatura, apenas com deveres a cumprir. Tais obrigações associadas ao alcoolismo levaram-na para longe dos bancos escolares e, possivelmente, da possibilidade de ter um futuro com mais dignidade. A postura dos pais de Vanuza promoveu a violação aos direitos fundamentais, que foram negados e perpetuaram a violência simbólica.

Depois disso, houve também a violência sexual praticada por dois homens, durante sua adolescência, e que após ser revelada aos pais, estes não acreditaram em Vanuza. A atitude de seus responsáveis comprova a cultura do estupro existente na sociedade. Entendemos o termo cultura do estupro como “o conjunto de violências simbólicas que viabilizam a legitimação, a tolerância e o estímulo à violação sexual” (SOUZA, 2017, p. 13). Essas violências simbólicas estão presentes em quase todos os momentos da vida, especialmente vitimando a mulher, impondo regras de conduta de como vestir-se e comportar-se, lugares por onde andar, quais horários pode permanecer fora de casa, com quem sair, se deve ou não ingerir bebidas alcoólicas. E, dessa forma, se responsabiliza a mulher quando há um episódio de violência sexual. Ao mesmo tempo que se ensina que a mulher deve se manter pura e casta, os homens são estimulados a terem uma vida sexual ativa desde cedo e a não perder nenhuma oportunidade de satisfazer suas vontades.

A violência sofrida por Vanuza aconteceu fora de casa e seus agressores eram pessoas desconhecidas, no entanto é muito comum que esse tipo de violação aconteça no espaço doméstico, como foi com Rosa, violentada pelo avô quando era criança. Segundo dados do Ipea, a violência sexual, não raro, é praticada por parentes ou pessoas próximas das crianças e adolescentes, como um reflexo da dominação masculina no espaço doméstico. Para Safiotti e

Almeida (1995), tal dominação é responsável por perpetuar as ações violentas contra mulheres e crianças.

Se os homens cometem e sofrem violências no espaço público, reinam soberanos no espaço privado, como detentores do monopólio do uso 'legítimo' da força física. Com efeito, o domicílio constitui um lugar extremamente violento para mulheres e crianças de ambos os sexos, especialmente as meninas. Desta sorte, as quatro paredes de uma casa guardam os segredos de sevícias, humilhações e atos libidinosos/estupros graças à posição subalterna da mulher e da criança face ao homem e da ampla legitimação social desta supremacia masculina. (SAFIOTTI; ALMEIDA, 1995, p. 33).

A legitimação social do poder masculino, em detrimento dos direitos das mulheres e crianças, consolida uma cultura de abusos e violações. Por meio da prática dessas brutalidades, nota-se que a percepção dos agressores em relação às mulheres é de que elas são meros objetos com a finalidade de satisfazer desejos e necessidades. Vistas como objetos, o violador acredita que pode dispor das vítimas como desejar e que ao final elas ainda poderão ser responsabilizadas pela violência. Segundo Soares (2017, p. 23), a maneira como a mulher deve se comportar em público e na presença dos homens é determinada como regra social, que também orienta como deve ser um comportamento adequado para se evitar agressões físicas, verbais e até abusos sexuais, porém não se percebe o mesmo cuidado com o comportamento masculino de forma a evitar que ele se torne um estuprador.

Quando a mulher sofre violência sexual, investiga-se o contexto do fato, o passado da vítima, se ela tentou se defender ou não, onde estava e o que vestia. Esses fatos são utilizados como parâmetro tanto para julgamentos como para reforçar como ela deveria se comportar para evitar tais violências, como se a vítima fosse a culpada pelo fato, enquanto, do outro lado, o homem é incentivado a manter uma vida sexual ativa e variada. É difícil compreender como um crime tão rechaçado possa ser tão comum¹³. Diante de tais violências cotidianas, que podem ser classificadas entre as mais covardes, é imperativo que aqueles comprometidos com o fim dessas práticas possam rever e reavaliar

¹³ No estado de Mato Grosso do Sul, apenas no primeiro semestre de 2022, mais de 500 estupros foram registrados. Mais informações sobre este assunto podem ser encontradas em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2022/09/15/mato-grosso-do-sul-registra-58-casos-de-estupro-em-15-dias.ghtml>. Acesso em: 26 out. 2022.

o que entendem por dominação masculina, muitas vezes, aceita e tolerada socialmente, uma vez que é ela que alimenta e sustenta a cultura do estupro.

Verifica-se que, muitas vezes, o olhar masculino ou feminino do outro para a mulher é permeado de preconceitos embasados em princípios do patriarcado, em que a mulher deve se submeter ao domínio do homem como sua propriedade. É importante ressaltar que essa visão não parte apenas das pessoas individualmente, mas também do poder do Estado e da sociedade civil como um todo. Assim como o olhar do vigia no panóptico tinha como objetivo manter constante vigilância sobre os encarcerados (FOUCAULT, 1987), atualmente, os olhares dos julgamentos sociais, sejam presenciais ou virtuais, atuam com o mesmo objetivo de construir “corpos dóceis e úteis”, aptos a desempenhar os papéis delegados pela sociedade patriarcal e capitalista.

É urgente construir novos olhares, especialmente embasados na promoção da igual dignidade, em que se reconheça “a necessidade de um tratamento igual, digno e indiscriminado entre todas as pessoas, sem anular suas diferenças sociais, raciais, econômicas, religiosas, de gênero ou sexualidade” (DEPEN, 2016, p. 34).

Finalizando as reflexões deste capítulo, é possível assegurar que as experiências narradas refletem os valores sociais, históricos, religiosos e as concepções ideológicas que regem a vida das narradoras e das demais personagens narradas, os quais dialogam em complementariedade, originando uma profusão de vozes. Por fim, verificamos que ter ouvidos atentos a essa multivocalidade é essencial para a compreensão da percepção dos diversos femininos apresentados. Desde a mãe devotada, a ex-sogra assassinada e a companheira homicida, o feminino se apresenta e se expressa constando o quanto a alma humana é múltipla e complexa.

EXISTIR ALÉM DAS GRADES: NOTAS FINAIS

As prisões brasileiras estão abarrotadas de pessoas cujas “vidas nuas” fizeram parte do processo de criminalização seletiva de movimentos sociais e da pobreza. São pessoas consideradas desnecessárias, improdutivas e inservíveis, para que se justifique o aparato coercitivo do Estado e o seu controle repressivo. Neste estudo, procuramos analisar as percepções do feminino em narrativas orais de mulheres que estavam em prisões, como parte das engrenagens dessa máquina de “despersonalizar pessoas”.

As análises e reflexões feitas aqui buscaram demonstrar que narrativas orais de detentas representam a si e a outras mulheres a partir de experiências. Nesse percurso, entendemos que a oralidade foi instrumento fundamental na coleta de narrativas de histórias de vida. Já a *performance* e memória foram tópicos essenciais para compreender como as narrativas se construíram, uma vez que a memória é a peça fundamental para a História Oral, na qual embasamos a nossa metodologia. Por meio das narrativas de vida foi possível inteirar-se das experiências vividas pelas narradoras, além daquilo que informa o inquérito policial.

Os discursos narrativos de uma história de vida devem ser olhados sob o diferencial da subjetividade do seu autor (BERTAUX, 2010), e para maior compreensão do fenômeno narrativo utilizamos os estudos de Kearney (2012). A lembrança está ancorada no momento presente, assim, a visitação ao passado acontece com bagagens adquiridas posteriormente. Dessa maneira, entendemos que o narrador não é o mesmo que viveu a lembrança, sendo possível afirmar que as mobilidades social e espacial ocorridas no decorrer do tempo também o modificaram (SANTOS, 2000, p. 6). Verificamos também que essa modificação é contínua, pois a identidade de cada narradora está constantemente em negociação com os outros ou com grupos sociais (POLLAK, 1992).

Nesse contexto de mobilidades, o sistema prisional ocupa posição fundamental, pois, desde a sua criação até os tempos atuais, atua como um espaço para disciplinar corpos rebeldes, a fim de torná-los dóceis, aptos ao trabalho prisional produtivo, proveitoso e lucrativo, sem alcançar a sonhada ressocialização. As prisões femininas foram nosso maior foco, uma vez que o

espaço prisional permeou a vidas das narradoras, assim como a minha enquanto servidora do sistema prisional e pesquisadora.

Os resultados permitem afirmar que a complexidade das relações que integram esses ambientes ainda reflete a herança deixada pelas freiras da Congregação de Nossa Senhora do Bom Pastor d'Angers. A finalidade das religiosas era transformar mulheres criminosas em mulheres ordeiras, disciplinadas, boas mães de família, com a sexualidade reservada ao casamento. Tais ideais reproduzem o viés machista e excludente que vemos na sociedade, em que o feminino está aprisionado à passividade, mansidão, obediência, sentimentalismo, recato e à dedicação às atividades domésticas e aos sacrifícios da maternidade.

Assim, o vocábulo “feminino” foi entendido como uma complexa e múltipla composição, não podendo ser definido apenas como uma questão biológica e imutável. As percepções do feminino originam-se das falas e contextos plurais, os quais definiram muitas das expressões apresentadas, revelando o entendimento de qual papel seria esperado de uma mulher, quando não é imposto, e que partem das representações coletivas construídas socialmente.

As quatro narradoras pertenciam a famílias pobres, com baixa escolaridade. Com exceção de Lívia, as outras trabalharam em serviços domésticos e braçais, cercadas por concepções machistas e autoritárias que ignoravam a importância do trabalho das mulheres. No decorrer das histórias encontramos diversas figuras femininas, e nelas o feminino foi representado com características inerentes à mulher passiva, submissa, que sofre as violências psicológicas e físicas, não pode estudar, deve trabalhar e entregar o dinheiro ao marido, deve se sacrificar pelos filhos, provoca os estupros e outras violências, desde a infância deve cuidar dos irmãos menores e dos trabalhos domésticos, deve frear sua sexualidade, deve calar quando o homem fala e, por vezes, aceitar as opressões vindas de homens e de outras mulheres. Também encontramos, nesses eventos, exemplos do feminino em episódios onde as mulheres foram corajosas, reativas, esperançosas, solidárias, fraternas, acolhedoras, laboriosas, persistentes, resilientes, rebeldes, violentas e transgressoras. É possível afirmar que as características encontradas nas mulheres não pertencem exclusivamente ao sexo feminino, pois, dessa forma, estaríamos condicionando-as a uma lista pronta, a um modelo fechado ou a

orientações de como ela deve ser e agir. E esta não é a intenção do presente estudo.

Muitos dos comportamentos das narradoras, mesmo não sendo criminosos, foram tidos como condenáveis por não estarem em conformidade com os padrões e regras morais desejados e socialmente aceitos. É a mulher dona de bar, a que se prostitui, a que possui vários namorados, a que contrai DSTs, a que trabalha em prostíbulo, é também aquela que não abaixa a cabeça e procura responder e revidar as opressões.

Com base nas imagens encontradas é possível concluir que elas revelam os valores e conceitos das narradoras, assim como elas se referem a si e às demais mulheres. Para melhor esmiuçar as histórias de vida, procuramos ouvir a multiplicidade de vozes presentes nas narrativas, identificando a motivação de cada uma. Olhando a si, Amália carrega a culpa por “não ter sorte com homem”, pelos relacionamentos opressivos e carregados de violência. Vanuza se manifesta com o pesar de não poder ajudar os irmãos na vida adulta, assim como fazia na infância, por ser injustiçada pela família e violada por criminosos acobertados pela impunidade. Lívia se penitencia pelas ações que a levaram à prisão, ficando distante da mãe e das filhas e, em razão disso, não exercendo a maternidade como pensa que deveria, assim como acredita que possa “mudar de vida” ao sair da prisão. Já Rosa questiona o porquê de ser como é: boa e ruim. Reconhece que dentro de si habita dois sentimentos fortes que regem sua vida. E assume ambos: quando se sente necessitada de perdão e luta pelos filhos e também quando mata e aguarda a chegada da polícia.

O olhar para as outras mulheres, em situações positivas, geralmente mães, filhas, irmãs e amigas, foi expresso por meio de ações de solidariedade, carinho, dedicação, doação, respeito, diálogo e acolhida. Em situações negativas em relacionamentos com a mãe, sogras, patroas e rivais, encontramos violência, raiva, rancor, dominação e competitividade. Nossos estudos nos permitem afirmar que mesmo sofrendo com atitudes decorrentes do machismo, em muitas situações, as mulheres reproduzem essa ideologia, seja por meio de palavras, julgamentos ou ações.

O olhar do outro foi nos mostrado também pelas vozes das narradoras. Tivemos o desejo de trazer as matérias jornalísticas, os autos processuais, assim como as falas de familiares, amigas e amigos das narradoras, para proporcionar

maior compreensão dos relatos, porém se descumpriria o acordo de manter a anonimato, além de confrontar, desnecessariamente, as falas das narradoras. Nessas narrativas encontramos fortemente o reflexo do patriarcado nas falas de Amália e Rosa, as narradoras com mais idade. É o pai que proíbe o acesso à educação, espanca e maltrata, o irmão que discrimina por ser “mulher separada”, o avô que violenta, a mãe que chicoteia, as patroas que querem decidir a vida das funcionárias, os pais omissos e os maridos que oprimem e violentam. Por outro lado, também encontramos pessoas que acolhem, auxiliam, acreditam, contribuem para amenizar o sofrimento e mostram razões para prosseguir.

O desejo de retornar ao convívio em liberdade e retomar seu lugar social, o maior dos objetivos para elas, esbarra em diversos empecilhos e contrariedades, entre eles o preconceito presente no olhar construído socialmente em relação às egressas do sistema prisional.

As dificuldades que Amália, Vanuza, Livia e Rosa encontraram ao sair da prisão são semelhantes às encontradas pelas demais mulheres egressas do sistema prisional. Reaver a guarda dos filhos; encontrar dificuldade de mobilidade para cumprir as condições impostas ao novo regime; colocar documentos pessoais em dia; cuidar da saúde; reconstruir os vínculos familiares e comunitários que se fragilizaram com a distância; encontrar moradia; ter recolocação no mercado de trabalho, em decorrência da ausência de qualificação e formação profissional; e ser vinculada ao “mundo do crime”, estas são algumas das demandas que a mulher egressa precisa enfrentar e vencer.

O estigma da ex-presidiária é um dos maiores obstáculos para encontrar trabalho e, assim, prover com dignidade o sustento da família; sem essa autonomia todos os outros projetos ficam impedidos (BARROS, 2016). A condição de vulnerabilidade social das egressas que já existia é potencializada pela passagem no cárcere, de forma que muitos projetos de vida, embasados numa condição plena de cidadania, são inviabilizados ou dificultados (HERRERA FLORES, 2005)¹⁴.

¹⁴ A Lei de Execução Penal e a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE) são instrumentos do Estado que preveem ações assistenciais para as mulheres egressas, no entanto nem todos os estados brasileiros possuem equipamentos voltados às políticas públicas de atenção integral às pessoas egressas.

Para amenizar os problemas enfrentados pelas mulheres presas e egressas, a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE) foi instituída por meio da Portaria Interministerial nº 210, de 16/01/2014, / SPM - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Ela tem como objetivo reformular as práticas do sistema prisional brasileiro, contribuindo para a garantia dos direitos das mulheres, brasileiras e estrangeiras. A PNAMPE também é um instrumento que visa orientar ações práticas por meio de 24 diretrizes que norteiam todo o processo de reinserção e atenção aos egressos. Sua primeira diretriz postula que a política de atendimento à pessoa egressa deve reconhecer a existência tanto da seletividade penal, pela presença da questão social, quanto da criminalização secundária, gerada pelo sistema de justiça criminal, e a sua intervenção inclui a discussão sobre esses processos, a fim de incidir na construção de políticas públicas desencarceradoras e buscar enfrentar as condições da seletividade (BRASIL, 2020, p. 69).

A criminalização secundária é parte dos desafios que as egressas enfrentam no retorno ao convívio social. Trabalhos como faxina, lavanderia, serviços gerais e pequenos artesanatos são irrelevantes para o mercado de trabalho competitivo fora da prisão. O tempo de cárcere não as prepara para a ressocialização, empoderando-as para a autonomia e mobilidade social; é um tempo “fora do ar”, na invisibilidade, ainda que monitoradas constantemente.

Por meio desta tese, que teve como pretensão discutir a subjetividade das narrativas orais femininas, concluímos que a mulher, além da sua individualidade, é também uma construção social que está em constante mobilidade. O feminino presente em sua personalidade não cabe em normas fixas, afinal a impermanência é uma de suas características. Sendo assim, nossos estudos ganham maior importância, pois, além de assegurar a compreensão das prisões femininas, permitem novos olhares para a mulher criminosa, presidiária e posteriormente egressa do sistema prisional. Conhecer com profundidade essa mulher possibilita que políticas públicas mais eficientes sejam formuladas. À vista disso, propomos ações que visem minimizar a exclusão e a invisibilidade dessas mulheres, como por exemplo, maior interlocução com setores da sociedade que se optam pelo trabalho prisional e de egressas, para ampliação de parcerias e meios assistenciais que promovam

autonomia. Quanto ao espaço prisional sugerimos mudanças no que se refere à arquitetura prisional e à execução de atividades e rotinas carcerárias humanizadas, considerando as diversidades existentes.

Por fim, concluímos que é urgente a reestruturação do sistema prisional, a fim de cumprir sua função ressocializadora, e não apenas punitiva, pois, atualmente, ao retornarem ao convívio social, as egressas contam com si e com a determinação de construir novos caminhos.

Assim como a poeta Cora Coralina, sonhamos com um tempo sem grades físicas ou mentais em que mulheres possam viver suas feminilidades da maneira como melhor lhes aprouver, exercendo, além dos direitos individuais, os direitos econômicos, sociais, culturais, assim como os relacionados ao meio ambiente e à cultura da paz, como cidadãos de um novo mundo.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica. **Revista História da educação**, v. 7, n. 14, p. 79-95, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30223>. Acesso em: 20 out. 2022.
- ABRAMOVAY, Miriam (coord.). **Gangues, Gênero e Juventudes**: donas de rocha e sujeitos cabulosos. Brasília, 2010.
- ABRAMOVAY, Miriam; FEFFERMANN, Marisa. Novas feminilidades e gangues em Brasília. **Violências e delinquências juvenis femininas**: gênero e (in) visibilidades. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2014.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- ALBERTI, Verena. **Indivíduo e biografia na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. Tradução de Cecília Rosas. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ALMEIDA, R.O. **Mulheres que matam**: universo imaginário do crime no feminino. Rio de Janeiro: Relume Dumará/UFRJ, 2001.
- ALVES, Ivia. Imagens da mulher na literatura na modernidade e contemporaneidade. *In*: FERREIRA, Sílvia L.; NASCIMENTO, Enilda R. (org.) **Imagens da mulher na cultura contemporânea**. Salvador: NEIM/UFBA, 2002.
- ANDRADE, Bruna Soares Angotti Batista de. **Entre as leis da ciência, do Estado e de Deus**: o surgimento dos presídios femininos no Brasil. 2011. 317 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- AVELAR, Alexandre de Sá. História, tempo presente e testemunho: ainda em torno dos limites da representação. **Revista Maracanan**, v. 8, n. 8, p. 29-57, 2012. DOI: <https://doi.org/10.12957/revmar.2012.12773>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/12773>. Acesso em: 20 out. 2022.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 659-688, maio/ago. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000200018>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/DkgnY7FKCXXcwsYfdGvWktp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2022.

BAUER, C. **Breve história da mulher no mundo ocidental**. São Paulo: Edições Pulsar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução de Plínio Augusto de Souza Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 2 v.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. Tradução de Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos**. Tradução de Zuleide Alves Cardoso Cavalcante e Denise Maria Gurgel Lavallée. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2010.

BITENCOURT, C. **Falência da Pena de Prisão: causas e alternativas**. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 1993.

BOSI, Ecléa. **Memória & sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: T.A. Editor, 1979.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, P.; EAGLETON, T. A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista. *In*: ŽIŽEK, S. (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007. p. 265-278.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Entre a soberania da lei e o chão da prisão: a maternidade encarcerada. **Revista Direito GV**, v. 11, p. 523-546, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-2432201523>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/qHnWZrVyx7xV9DQwr97rdZQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 out. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Grupo de trabalho interministerial: reorganização e reformulação do sistema prisional feminino**, 2008. Brasília, 2008. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_final_reorganizacao_prisional_feminino.pdf. Acesso em: 20 out. 022.

BRASIL. **Regras de Bangkok**: Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2016.

CAMINHA, Pero Vaz. **A Carta**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 3. ed. Revista e ampliada. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Uma opinião sobre as representações sociais. *In: Representações – Contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000.

CARVALHAES, F. F. **Mulheres criminosas na mídia**: deslizamentos de fronteiras. Curitiba: Apris, 2020.

CARVALHAES, F. F.; TONELI, M. J. F.; MANSANO, S. R. V. Crimes cometidos por mulheres brasileiras: uma análise sobre enunciados de gênero. **Revista de Psicologia**, v. 9, n. 2, p. 10-20, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/11875>. Acesso em: 20 out. 2022.

CECCARELLI, Paulo Roberto. Prostituição–Corpo como mercadoria. **Mente & cérebro–sexo**, v. 4, n. 1, p. 1-14, 2008. Disponível em: http://www.cpaqv.org/socioantrop/corpo_prostituicao.pdf. Acesso em: 22 out. 2022.

CERNEKA, Heidi Ann. Regras de Bangkok – Está na hora de fazê-las valer! **ITTC**, 27 jun. 2013. Disponível em: <http://ittc.org.br/regras-de-bangkok-esta-na-hora-de-faze-las-valer/>. Acesso em: 15 maio 2019.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601>. Acesso em: 20 out. 2022.

CHIAPIN, Giuliana; ARAÚJO, Greicy Boness de; WAGNER, Adriana. Sogra-nora: como é a relação entre estas duas mulheres. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 11, p. 541-550, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-79721998000300012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/FqMBqgsNLbhzcXzjYSVL8Nf/?lang=pt>. Acesso em: 22 out. 2022.

CORALINA, Cora. **Vintém de cobre**: meias confissões de Aninha. Prefácio de Lena Castello Branco Ferreira Costa. Ilustrações de Maria Guilhermina. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1983.

CORREIA, M. J. Sobre a maternidade. **Análise psicológica**, v. 16, n. 3, p. 365-371, 1998. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277823731_Sobre_a_maternidade. Acesso em: 20 out. 2022.

CORREIA, M. J. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, v. 13, n. 24, p. 15-29, 2011. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/1598>. Acesso em: 20 out. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2022.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Tradução de Marina Vargas. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2019.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **A condição biográfica**: ensaios sobre a narrativa de si na modernidade avançada. Tradução de Carlos Eduardo G. Braga, Maria da Conceição Passeggi e Nelson Patriota. Natal: EDUFRN, 2012.

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional e PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Modelo de Gestão da Política Prisional**. Elaboração de Felipe Athayde Lins de Melo. Brasília: DEPEN, 2016.

DIAS, Ediane; SILVA, Grazielle; BARROS, Débora. A reconstrução dos vínculos afetivos, familiares e comunitários de uma egressa do presídio feminino do Distrito Federal. **Projeção, Direito e Sociedade**, v. 3, n. 1, p. 228-251, 2012. Disponível em: https://repository.ufrpe.br/bitstream/123456789/3101/1/tcc_eso_ednaferreiradecarvalho.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.

DINIZ, Normélia Maria Freire *et al.* Violência conjugal: vivências expressas em discursos masculinos. **Revista da Escola de Enfermagem da USP** [online], v. 37, n. 2, p. 81-88, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342003000200010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/sJ3DKbVnSp7PLvCtvqnZ6kf/?lang=pt>. Acesso em: 26 maio 2021.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **Revista História Oral**, n. 6, p. 9-25, 2003. DOI: <https://doi.org/10.51880/ho.v6i0.62>. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/62>. Acesso em: 20 out. 2022.

DOS SANTOS, Marlene S. As irmãs de Shakespeare (imagens femininas no drama shakesperiano). **Organon**, v. 16, n. 16, 1989. DOI: <https://doi.org/10.22456/2238-8915.39496>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/39496>. Acesso em: 20 out. 2022.

DOURADO, Giovanna de Oliveira Liborio *et al.* Prostituição e sua relação com o uso de substâncias psicoativas e a violência: revisão integrativa. **Rev. Enferm. UFPE [on-line]**, p. 1516-1521, 2013. DOI: 10.5205/reuol.4134-32743-1-SM-1.0705esp201306. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/11642/34506>. Acesso em: 20 out. 2022.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução de I. Magalhães *et al.* Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERNANDES, Frederico. **A voz e o sentido: poesia oral em sincronia**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

FERNANDES, Frederico. **Entre histórias e tererés: o ouvir da literatura pantaneira**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina (org.). "Apresentação". *In: Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

FONSECA, Deize. Tróilo e Créssida: Shakespeare, o feminino e a guerra. **Pitágoras 500**, v. 4, n. 2, p. 119-137, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1987.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GIGLIOLI, Daniele. **A crítica da vítima**. Tradução de Pedro Fonseca. Belo Horizonte: Âyné, 2014.

GINDRI, Eduarda Toscani. A representação da mulher criminosa na revista *Veja*. **Revista de Direito Brasileira**, v. 15, n. 6, p. 270-294, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2358-1352/2016.v15i6.3082>. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/3082>. Acesso em: 20 out. 2022.

GIORGI, Alessandro de. **A miséria governada através do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006.

GOMES, Izabel Solyszko. Femicídios: um longo debate. **Rev. Estud. Fem.** [online], v. 26, n. 2, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n239651>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/BRBjprfdF9vBbMmqPC9Lzsg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2022.

GOMES, Nadielene; DINIZ, Normélia; ARAÚJO, Anne. **Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração**. São Paulo, 2007.

GROSSI, Y. S.; FERREIRA, A. C. Razão narrativa: significado e memória. **História Oral**, v. 4, 2009. DOI: 10.51880/ho.v4i0.33. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/33>. Acesso em: 15 jun. 2021.

GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri. **Dicionário técnico jurídico**. 6. ed. São Paulo: Rideel, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HELPE, SINTIA SOARES. Mulheres na prisão: uma reflexão sobre a relação do estado brasileiro com a criminalidade feminina. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v. 2, n. 3, p. 160-185, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/CESP/article/view/19015>. Acesso em: 20 out. 2022.

HERRERA FLORES, Joaquim. **De habitaciones propias y otros espacios negados**. Bilbao: Universidade de Deusto, 2005.

HOLANDA, Fabíola. Construção de narrativas em história oral: em busca dos narradores plenos. **Oralidades**, 2009.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. *In*: JODELET, D. (Org). **Representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj; 2001. p. 17-44.

JOUTARD, Philippe. Nuevas Polémicas Sobre Historia Oral: algunos retos que se le plantea la Historia Oral del Siglo XXI. *In*: **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, n. 21, 1999. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=189831>. Acesso em: 20 out. 2022.

KEARNEY, Richard. Narrativa. **Educação & Realidade**, v. 37, n. 2, p. 409-438, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/30354>. Acesso em: 20 out. 2022.

LEITE, Eudes Fernando. **Aquidauana**: a baioneta, a toga e a utopia, nos entremeios de uma pretensa revolução. Dourados: UFGD, 2009.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. **O foco narrativo (ou A polêmica em torno da ilusão)**. São Paulo: Ática, 1985. (Série Princípios).

LEJEUNE, Philippe. Definir autobiografia. *In*: MORÃO, Paula (org.). **Autobiografia. Auto-Representação**. Lisboa: Colibri, 2002.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2010.

LIMA, Elke Castelo Branco. A ressocialização dos presos através da educação profissional. **Direito net**, 14 jul. 2010. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/5822/A-ressocializacao-dos-presos-atraves-da-educacao-profissional>. Acesso em: 20 out. 2022.

LISPECTOR, Clarice. **A Hora da Estrela**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1977.

MALUF, Sônia Weidner. Antropologia, narrativas e a busca de sentido. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 5, n. 12, p. 69-82, dez. 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71831999000300005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/jPnfWxZHCfXpVC6MvSDN4Fw/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2022.

MARCUSCHI, Luis Antônio. **Da fala para a escrita**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARLET, José Maria. Estudo dos homicídios de autoria feminina. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, v. 83, p. 119-128, 1988. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67117>. Acesso em: 20 out. 2022.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História oral como fonte: problemas e métodos. **Historiæ**, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2395>. Acesso em: 20 out. 2022.

MEIHY, J. C. S. B. Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. **Revista de História**, [S. l.], n. 155, p. 191-203, 2006. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i155p191-203. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19041>. Acesso em: 20 out. 2022.

MELO, Jeane Carla Oliveira. A literatura de rua na Inglaterra Moderna: uma análise das representações da mulher criminosa e da bruxaria no panfleto *The most cruel and bloody murder* (1606). **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 14, n. 27, p. 278-299, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.30612/rehr.v14i27.12210>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/346015949_A_literatura_de_rua_na_Inglaterra_Moderna_uma_analise_das_representacoes_da_mulher_criminosa_e_da_bruxaria_no_panfleto_The_most_cruel_and_bloody_murder_1606. Acesso em: 20 out. 2022.

MENEZES, Magali Mendes de. O pensamento de Emmanuel Lévinas: uma filosofia aberta ao feminino. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 13-33, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000100002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/TNj3gWhZhQqFrLzch4FXgNb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2022.

MOREIRA, Cinthia Lopes. Aspectos da criminalidade feminina. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. X, n. 40, 2007. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/aspectos-da-criminalidade-feminina/>. Acesso em: 20 out. 2022.

MOREIRAS, Alberto. **A exaustão da diferença**: a política dos estudos culturais latinoamericanos. Tradução de Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

NOLASCO, Edgar César. **Perto do coração selvagem da crítica fronteiriza**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

NUNES, Sílvia Alexim. **O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha**: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS – OEA. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, “Convenção de Belém do Pará”**. 1994. Disponível em: <http://www.cidh.org/basicos/portugues/o.Convencao.Personas.Portadoras.de.D.eficiencia.htm>. Acesso em: 22 out. 2022.

OLIVEIRA, Fábio Silva de. Regras de Bangkok e o encarceramento feminino. **Jusbrasil**, 2017. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/452905996/regras-de-bangkok-e-encarceramento-feminino>. Acesso em: 22 out. 2022.

OLIVEIRA, Jeane F.; PAIVA, Mirian S.; FERREIRA, Sílvia L. Feminização da aids e a drogadição feminina. *In*: FERREIRA, Sílvia Lúcia; NASCIMENTO, Enilda Rosendo (org.). **Imagens da mulher na cultura contemporânea**. Salvador: NEIM/ UFBA, 2002.

ONG, Walter. **Oralidade e cultura escrita**: a tecnologização da palavra escrita. Campinas: Papirus, 1998.

PAIVA, Cláudio C. Motivações para uso de drogas. *In*: BUCHER, Richard (org.). **As drogas e a vida**: uma abordagem biopsicossocial. São Paulo: EPU, 1988. p. 33-38.

PENNA, João Camilo. **Escritos da sobrevivência**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

PERROT, Michele. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra J. (org.). **Fronteiras do Milênio**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

PESAVENTO, Sandra J. História Cultural: caminhos de um desafio contemporâneo. *In*: PESAVENTO, Sandra J.; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza (org.). **Narrativas, imagens e práticas sociais**. Porto Alegre: Asterisco, 2008. p. 11-18.

PALADINO, Júlia Oblasser. A guerra no feminino por Svetlana Aleksievitch: uma leitura de A guerra não tem rosto de mulher. **Mafuá**, Florianópolis, n. 33, 2020. Disponível em: <https://mafua.ufsc.br/2020/a-guerra-no-feminino-por-svetlana-aleksievitch-uma-leitura-de-a-guerra-nao-tem-rosto-de-mulher/>. Acesso em: 1º maio 2021.

PIMENTEL, Elaine. As marcas do patriarcado nas prisões femininas brasileiras **Dossiê Punição e Controle Social**: degradações carcerárias em América Latina e Europa, v. 2, n. 2, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/revistadireito/article/view/11434>. Acesso em: 20 out. 2022.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**: a brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras. São Paulo: Record, 2015.

REUTER, Yves. **A análise da narrativa**: o texto, a ficção e a narração. Tradução de Mário Pontes. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2007.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. São Paulo: Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. A marca do passado. Tradução de Breno Mendes e Guilherme da Cruz e Zica. **História da Historiografia**, n. 10, p. 329-350, 2012. DOI: <https://doi.org/10.15848/hh.v0i10.457>. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/457>. Acesso em: 20 out. 2022.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1908.

RUIZ, Castor Bartolomé. A testemunha e a memória. O paradoxo do indizível da tortura e o testemunho do desaparecido. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 48, n. 2, p. 70-83, 2012. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2012.48.2.01. Acesso em: 20 out. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. **Violência de gênero, poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTORO, Antonio Eduardo Ramires; PEREIRA, Ana Carolina Antunes; LARA, Maíra Batista de. Gênero e prisão: o encarceramento de mulheres no sistema penitenciário brasileiro pelo crime de tráfico de drogas. **Meritum, Revista de Direito da Universidade FUMEC**, v. 13, n. 1, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6817264>. Acesso em: 20 out. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa *et al.* **A reinserção social dos reclusos**: um contributo para o debate sobre a reforma do sistema prisional. Coimbra: Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Centro De Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2003.

SANTOS, A. C. A. Fontes orais: testemunhos, trajetórias de vida e história. **Revista Via Atlântica**, n. 4, p. 1-10, 2000. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Testemuhotrajetoriasdevidaehistoria.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

SARAT, Magda; SANTOS, Reinaldo. História oral como fonte: apontamentos metodológicos e técnicos da pesquisa. *In*: COSTA, Célio J.; MELO, Joaquim J. P.; FABIANO, Luiz. H. (org.). **Fontes e Métodos em História da Educação**. Dourados: EDUFGD, 2010. p. 49-78.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCAVONE, L. Maternidade: Transformações na família e nas relações de gênero. **Interface**: Comunicação, Saúde e Educação, v. 5, n. 8, p. 47-60, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/NzTkJJrXYGPHDZ3sQRbR9tc/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 20 out. 2022.

SILVA, Márcio Seligmann. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 67, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/5SBM8yKJG5TxK56Zv7FgDXS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

SILVA, Márcio Seligmann. O local do testemunho. **Revista Tempo e Argumento**, v. 2, n. 1, p. 3-20, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/5SBM8yKJG5TxK56Zv7FgDXS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

SILVA, Gessica Aline; PEREIRA, Ivonete. Entre damas e vadias: um olhar sobre as feminilidades constituídas no discurso da imprensa. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 14, n. 27, p. 300-320, 2020. DOI: <https://doi.org/10.30612/rehr.v14i27.12248>. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/12248>. Acesso em: 20 out. 2022.

SOARES, Barbara M.; ILGENFRITZ, Iara. **Prisioneiras**. Vida e violência atrás das grades. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SOARES, Nana. A cultura do estupro existe sim. **Estadão**, 10 dez. 2015. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/blogs/nana-soares/a-cultura-do-estupro-existe-sim/>. Acesso em: 22 out. 2022.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano0. *In*: DEL PRIORI, Mary (org); BASSANEZI, Carla (coord.). **História das mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997, p. 362-400.

SOUZA, B. **Vamos juntas?** O guia da sororidade para todas. Rio de Janeiro: Galera Record, 2016.

SOUZA, Eloisio Moulin de; COSTA, Alessandra de Sá Mello da; LOPES, Beatriz Correia. Ressocialização, trabalho e resistência: mulheres encarceradas e a produção do sujeito delinquente. **Cadernos Ebape. Br**, v. 17, n. 2, p. 362-374, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395171382>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/s4pJfFkW6cmRs4VyTHBBWD/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2022.

SOUZA, Robério A. C. Narrativas orais como fontes para uma compreensão histórica da experiência vivida. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 118-129, jul./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.12957/revmar.2017.28212>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/28212>. Acesso em: 20 out. 2022.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Almeida, Marcos Feitosa e André Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SWAIN, Tania N. Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas femininas. **História: questões & debates**, v. 34, n. 1, 2001. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/his.v34i0.2657>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2657>. Acesso em: 20 out. 2022.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

UNICEF; OIT. Trabalho infantil: estimativas globais para 2020, tendências e o caminho a seguir. **Unicef**, jun. 2021. Disponível em: <https://data.unicef.org/resources/child-labour-2020-global-estimates-trends-and-the-road-forward/>. Acesso em: 22 out. 2022.

VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. Visões sobre as mulheres da sociedade ocidental. **Revista Ártemis**, n. 3, dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/2209>. Acesso em: 22 out. 2022.

VECCHI, Roberto. Barbárie e representação: o silêncio da testemunha. **Revista de Ciências Sociais**, v. 47, n. 2, p. 215-232, 2004. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp040519.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

VERGER, J. **Os livros na Idade Média**. Homens e saber na Idade Média. Bauru: Edusc, 1999.

WACQUANT, Loïc. Os excluídos da sociedade de consumo: toxicodependentes, psicopatas e sem-abrigo nas prisões americanas. **Análise Social**, v. XLII, n. 185, p. 987-1003, 2007. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218641303E7nFS9qj1Jb14WA2.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

WACQUANT, Loïc. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. **Novos Estudos**, v. 80, p. 8-19, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002008000100002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/4pLhLSn6R8h5kSMthj4p5nJ/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2022.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

WACQUANT, Loïc. **Corpo e alma**: notas etnográficas de um aprendiz de boxe. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WOLFF, Mary P. Reflexões sobre o Feminino. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 42, n. 77, p. 157-165, dez. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352009000200011. Acesso em: 20 out. 2022.

XAVIER, Elódia Carvalho de Formiga. **Tudo no feminino**: a presença da mulher na literatura contemporânea. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

ZOLIN, L. O. Crítica Feminista. In: ZOLIN, L. O.; BONNICI, T. (org.). **Teoria Literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 3. ed. Maringá: Eduem, 2009, v. 1, p. 217-242.

ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

ZUMTHOR, Paul. **Introdução à poesia oral**. Tradução de Jerusa Pires Ferreira *et al.* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

Entrevistas:

AMÁLIA. Gravada em áudio por BARROS, Maria Aparecida de Barros, 7/09/2015. PFRBR – Rio Brilhante/MS.

LÍVIA. Gravada em áudio por BARROS, Maria Aparecida de. 07/09/2015. PFRBR – Rio Brilhante/MS.

ROSA. Gravada em áudio por BARROS, Maria Aparecida de. 07/09/2015. PFRBR – Rio Brilhante/MS.

VANUZA. Gravada em áudio por PINHEIRO, Alexandra Santos; BARROS, Maria Aparecida de. 07/03/2014. PFRBR – Rio Brilhante/MS.

GLOSSÁRIO

Tacha: panelas de barro

Jujo: medicamento à base de ervas medicinais

Agripinça: tipo de efusão com ervas

Cativi: povoado paraguaio próximo à fronteira brasileira

Taqua: golpe com pedaço de madeira

Taioba: planta ornamental e comestível

Paradas: pequenas quantidades de entorpecente